



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

ISABELLA NASCIMENTO CORRÊA

DITADURA ILUSTRADA: ABORDAGEM DAS CHARGES D'O
GLOBO E DA FOLHA DE S. PAULO

BRASÍLIA - DF

2014

ISABELLA NASCIMENTO CORRÊA

DITADURA ILUSTRADA: ABORDAGEM DAS CHARGES D'O
GLOBO E DA FOLHA DE S. PAULO

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, da Universidade de Brasília (FAC/UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação Jornalismo.

Orientador: Prof. Drº Paulo Paniago

BRASÍLIA - DF

2014

ISABELLA NASCIMENTO CORRÊA

DITADURA ILUSTRADA: ABORDAGEM DAS CHARGES D'O GLOBO E DA FOLHA
DE S. PAULO

Monografia aprovada pela Banca Examinadora com
vistas à obtenção do título de Bacharel em
Comunicação Social, área de concentração:
Jornalismo, da Universidade de Brasília.
Brasília, DF ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Drº Paulo Paniago
Universidade de Brasília – UnB
Orientador

Prof. Drº Luiz Martins da Silva
Universidade de Brasília – UnB
Membro

Prof.ª Drª Elen Gerales
Universidade de Brasília – UnB
Membro

Prof.ª Drª Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília – UnB
Membro suplente

Brasília, DF, julho de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Léa, por sempre ter sido mãe, pai e amiga; por sempre ter aceitado o meu silêncio, se preocupado sem restringir a minha liberdade, me incentivado a amar a leitura e o conhecimento e me ensinado a não depender de ninguém. Pela paciência, pela dedicação e pelo amor de sempre, obrigada.

Ao meu orientador Paulo Paniago, por ter sido atencioso, paciente e sempre disposto a ajudar.

Ao meu querido Reinaldo Alencar, por ser o meu melhor professor. Pelo amor, amizade, carinho e companheirismo de sempre, obrigada.

Às companheiras Iasminny Thábata e Kelsiane Nunes, pela amizade, confiança e carinho. Pelas madrugadas, músicas, conselhos e desabafos compartilhados. Por me fazerem enxergar a razão quando eu perdia a lucidez.

À Sílvia Mendonça, amiga de todas as horas, sempre disponível, mesmo ocupada. Agradeço pelas palavras certas nos momentos certos, pela sintonia e pelo amor de uma vida inteira.

À querida Giulia Batelli, pela revisão cuidadosa, pela dedicação e rara amizade de todos os momentos.

À amiga Sarita González, pela inspiração. Por ter me mostrado como é bom viver.

À Lidyane Barros, por estar por perto, inesperadamente, quando eu mais preciso. Pela sensibilidade e pelo carinho.

Ao amigo Jefferson Bispo, pela amizade e pelas corridas e caminhadas que me aliviaram nos momentos de stress.

Ao querido Rafael Miller, pela doçura, amor e carinho de todos os dias.

À amiga de infância Quéssia Fernanda, por sempre ter sido companheira, mesmo quando a distância esteve entre nós.

Aos professores Juliana Doretto, Solano Nascimento e Letícia Renault, pela dedicação e inspiração.

Aos meus chefes, Guilherme Lobão, Arnaldo Junior, Larissa Domingues, Lorena Pacheco, Carolina Jardon, Mônica Pedroso, Marcela Gracie e Rose Angélica, com quem pude aprender que jornalismo não é fácil, mas é valioso e recompensador.

RESUMO

O presente trabalho procurou verificar como os jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* abordaram as charges durante a ditadura militar. A partir disso, com base no princípio de que elas colaboram para levantar questões relevantes da sociedade e que tiveram papel importante de resistência no período, buscou-se entender se os veículos utilizaram o humor gráfico como instrumento de crítica política. Para a proposta da pesquisa, foram analisadas ilustrações produzidas por cada jornal ao longo dos anos 1964, 1975 e 1985, como forma de verificar início, meio e fim dos governos militares. A observação e a análise do material coletado foram baseadas em três passos: investigação do contexto histórico por meio de notícias publicadas nos periódicos e de consulta de livros de história, fundamentação teórica acerca das charges para entender o que são e como podem ser compreendidas e na influência e no papel delas como fonte de opinião. Ao final do estudo, foi possível conferir, nos três períodos observados, que *O Globo* posicionou-se de maneira conservadora e não fez uso de ilustrações nacionais como crítica até 1985, e que a *Folha* fez críticas mais leves até 1975. Os dois diários, no entanto, modificaram a abordagem das charges, tornando-as mais duras com o governo, à medida que o regime se abria para a democracia.

Palavras-chave: charge, ditadura militar, *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, humor gráfico

ABSTRACT

The present study aimed to investigate how the newspapers *O Globo* and *Folha de S. Paulo* approached cartoons during the military dictatorship. From this, based on the principle that they collaborate to raise relevant issues in society and had a important role of resistance in that period, it was sought to understand whether the vehicles used graphic humor as a tool of political critique. For the research proposal, were analyzed illustrations of each journal over the years 1964, 1975 and 1985 as a way to verify the beginning, middle and end of the military governments. Observation and data analysis were based on three steps: research of the historical context through news published in journals and by consulting history books; theoretical foundation about the cartoons to understand what they are, how they can be understood, their influence and their role as a source of opinion. At the end of the study, it was possible to check, in the three observed periods, that *O Globo* was positioned conservatively and did not use as critical national illustrations until 1985, and that *Folha* made lighter criticism until 1975. Both dailys, however, modified the approach of the cartoons, making them harder with the government, as the regime got more opened to democracy.

Key-words: cartoon, military dictatorship, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, graphic humor

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 1 de abril de 1964.....	25
Figura 2 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 2 de abril de 1964.....	26
Figura 3 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 15 de abril de 1964.....	28
Figura 4 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 31 de março de 1968.....	33
Figura 5 – Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 3 de abril de 1968.....	34
Figura 6 – Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 4 de abril de 1968.....	35
Figura 7 - Acervo <i>O Globo</i> – 27 de junho de 1968.....	36
Figura 8 – Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 22 de junho de 1970.....	39
Figura 9 – Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 22 de junho de 1970.....	39
Figura 10 – Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 16 de outubro de 1973.....	40
Figura 11 – Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 16 de janeiro de 1974.....	41
Figura 12 - Acervo <i>O Globo</i> – 27 de outubro de 1975.....	43
Figura 13 – Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 27 de outubro de 1975.....	43
Figura 14 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 15 de abril de 1977.....	45
Figura 15 – Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 12 de março de 1978.....	45
Figura 16 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> - 26 de abril de 1984.....	49
Figura 17 – caricatura de Maomé feita por Kurt Westergaard.....	61
Figura 18 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 29 de julho de 1925.....	68
Figura 19 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 1º de maio de 1983.....	69
Figura 20 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 1995.....	71
Figura 21 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 9 de setembro de 1964.....	72
Figura 22 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 17 de abril de 1984.....	73
Figura 23 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> - 18 de abril de 1984.....	73
Figura 24 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 6 de fevereiro de 1964.....	76
Figura 25 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 1966.....	78
Figura 26 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 1968.....	79
Figura 27 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 2 de março de 1968.....	80
Figura 28 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 31 de março de 1964.....	81
Figura 29 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 9 de junho de 1964.....	83
Figura 30 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 12 de setembro de 1964.....	85

Figura 31 - Fonte: acervo Folha de S.Paulo - 25 de dezembro de 1964.....	86
Figura 32 - Fonte: acervo <i>Folha de S.Paulo</i> – 17 de junho de 1975.....	88
Figura 33 - Fonte: acervo <i>Folha de S.Paulo</i> – 29 de setembro de 1975	89
Figura 34 - Fonte: acervo <i>Folha de S. Paulo</i> – 30 de dezembro de 1975	90
Figura 35 - Fonte: acervo <i>Folha de S.Paulo</i> – 15 de março de 1985	92
Figura 36 - Fonte: acervo <i>Folha de S.Paulo</i> – 8 de junho de 1985.....	94
Figura 37 - Fonte: acervo <i>Folha de S.Paulo</i> – 13 de setembro de 1985	96
Figura 38 - Fonte: acervo <i>Folha de S.Paulo</i> – 6 de dezembro de 1985	97
Figura 39 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 13 de outubro	99
Figura 40 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 19 de dezembro.....	101
Figura 41 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 22 de dezembro de 1964	103
Figura 42 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 30 de dezembro de 1964	104
Figura 43 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 14 de janeiro de 1985.....	106
Figura 44 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 21 de janeiro de 1985.....	107
Figura 45 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 24 de julho de 1985.....	108
Figura 46 - Fonte: acervo <i>O Globo</i> – 30 de dezembro de 1985	109

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1. O ESTUDO DAS CHARGES NA DITADURA MILITAR	15
2. A COBERTURA DO REGIME MILITAR N’O <i>GLOBO</i> E NA <i>FOLHA</i>	20
2.1 Os governos militares na imprensa	20
2.2 A derrubada.....	24
2.3 Ato institucional.....	26
2.4 Castelo Branco	27
2.5 Costa e Silva.....	31
2.6 Medici	37
2.7 Geisel.....	42
2.8 Figueiredo	46
2.9 Cobertura dos jornais.....	49
2.10 Folha de S. Paulo.....	50
2.11 O Globo	53
3. POR TRÁS DA CHARGE.....	55
3.1 A imagem	55
3.3 A caricatura e o riso.....	56
3.4 A compreensão da charge.....	58
3.5 Humor gráfico: a “arte ferina”.....	60
3.6 O surgimento do humor gráfico	62
3.7 Humor gráfico no Brasil.....	63
3.8 Tipos de humor gráfico na imprensa.....	64
3.9 O grotesco no humor gráfico	66
3.10 Caráter noticioso da charge.....	67

3.11 O Globo ilustrado	68
3.12 A Folha ilustrada	71
4. ANÁLISE DAS CHARGES D'O GLOBO E DA FOLHA DE S. PAULO	74
4.1 Considerações metodológicas para a análise	74
4.2 Análise geral da Folha de S. Paulo	75
4.3 Análise detalhada da Folha de S. Paulo.....	81
Charges de 1964.....	81
a) Charge 1 – 31 de março	81
b) Charge 2 – 9 de junho	83
c) Charge 3 – 12 de setembro.....	85
d) Charge 4 – 25 de dezembro	86
Charges de 1975.....	88
a) Charge 1 – 17 de junho	88
b) Charge 2 – 29 de setembro	89
c) Charge 3 – 30 de dezembro.....	90
Charges de 1985.....	92
a) Charge 1 – 15 de março	92
b) Charge 2 – 8 de junho	94
c) Charge 3 – 13 de setembro.....	96
d) Charge 4 – 6 de dezembro	97
4.4 Análise geral d'O Globo	98
4.5 - Análise detalhada d'O Globo.....	99
Charges de 1964.....	99
a) Charge 1 – 13 de outubro	99
b) Charge 2 – 19 de dezembro	101
c) Charge 3 – 22 de dezembro.....	103
d) Charge 4 – 30 de dezembro	104
Charges de 1975.....	105
Charges de 1985.....	106
a) Charge 1 – 14 de janeiro	106
b) Charge 2 – 21 de janeiro.....	107
c) Charge 3 – 24 de julho	108
d) Charge 4 – 30 de dezembro	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
ANEXOS	119

Entrevista com o chargista Nelson Coletti:119

Capas123

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura militar no Brasil – de 1964 a 1985 –, não apenas a tortura física vitimou muitas pessoas no país. Pode-se chamar, também, de tortura intelectual a sofrida por muitos profissionais. A produção de cultura, embora carregada de censura, foi rica e colaborou para recontar a história do período por outros ângulos, além de representar uma forma de resistência ao regime. Ir contra a ditadura exige medidas duras que, muitas vezes, impedem a divulgação de ricas colaborações culturais. Nesse sentido, no período, o humor gráfico foi utilizado, principalmente na imprensa alternativa, como instrumento de crítica ao governo ditatorial. A proposta do trabalho é verificar, no entanto, como a grande mídia impressa abordou as charges durante os governos militares de 1964 a 1985.

A pesquisa parte do princípio de que a ilustração exerce influência na vida social, assim como a cultura e a imprensa. Portanto, entende-se que as charges podem servir para dar leitura diversificada a temas variados da sociedade. O questionamento que motivou a investigação, então, é de que modo foi feita a abordagem das charges pelos jornais tradicionais de grande circulação e se ela se comprometeu com o papel social atribuído à ilustração de humor. Para isso, optou-se por observar os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* principalmente pela abrangência nacional e pela tradição.

O primeiro capítulo explica melhor o que será realizado no trabalho, detalha os objetivos das atividades realizadas e discorre a respeito da importância de estudar o assunto. No segundo capítulo, buscou-se priorizar o resgate da história da ditadura contada pelos dois jornais aqui analisados. Para isso, foram consultadas notícias, editoriais e charges publicadas nos dois periódicos entre 1964 e 1985. Como complemento, a pesquisa conta com apoio de bibliografias que dão base histórica aos fatos noticiados pelos dois jornais. Ao final, analisou-se, de maneira geral, como cada diário se posicionou em relação ao regime militar.

O terceiro capítulo apresenta alguns conceitos necessários para compreender o que são as ilustrações de humor e qual é a importância delas como fonte de opinião. A seção é estruturada a partir dos seguintes subitens: imagem, histórico e conceitos do humor gráfico, os tipos de ilustração existentes na imprensa, a caricatura como função cômica, a compreensão e o caráter noticioso da charge. Além disso, acrescentam-se dois tópicos para dar noção geral de como *O Globo* e a *Folha* desenvolveram a produção de charges ao longo do tempo.

O quarto e último capítulo apresenta a análise de todo o conteúdo observado durante a pesquisa. Essa seção é dividida em duas: a primeira expõe uma análise ampla da produção de

charges de cada jornal, de modo a dar mais base de conhecimento e facilitar a compreensão para a segunda parte da análise. Nessa etapa mais aprofundada do capítulo, o trabalho reúne um compilado de charges dos anos 1964, 1975 e 1985 a fim de conferir unidade ao período inteiro da ditadura militar, visto que seria inviável analisar todos os anos do regime.

Assim, por meio dos periódicos analisados, tentou-se ter noção ampla do modo como as charges foram utilizadas por eles. Com a análise, pode-se avaliar, a partir disso, se a produção de charges diminuiu, se aumentou, se criticou ou apoiou o governo, se apresentou os mesmos posicionamentos dos editoriais, se falou diretamente da ditadura ou se abordou outros assuntos.

A ilustração de humor na imprensa permite que os fatos do cotidiano sejam revisitados por ângulos distintos. O artista convida o leitor a embarcar na composição crítica criada para falar de determinado assunto. A charge pode ser entendida como um comentário ilustrado que dá perspectivas diferentes daquelas permitidas pelo texto. A imagem, nesse sentido, cria chances para o público imaginar além do fato narrado no jornal. A ilustração enriquece o resgate dos episódios da ditadura militar no Brasil além dos assuntos noticiados na época.

1. O estudo das charges na ditadura militar

Meio século após o golpe militar de 1964, ainda é possível criar interpretações e novos olhares sobre os acontecimentos daquele evento e da ditadura que se instalou nos anos seguintes no Brasil. Refletir sobre o passado é uma maneira de pensar o mundo em que se vive no presente. Observar as relações existentes entre os tempos de ontem e hoje pode sugerir novas interpretações. Como afirma Marina de Andrade Marconi¹ e Eva Maria Lakatos², no livro *Fundamentos da metodologia científica* (2006), a pesquisa histórica permite entender melhor a natureza e a função das formas atuais de vida social, visto que tais formas têm origem no passado. Ainda fatos que aconteceram anos atrás possibilitam modificar perspectivas sobre o mundo.

Apesar de existirem muitos estudos e pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil, ainda há – e sempre haverá – razões para repensá-la. Exemplo disso foi o discurso do coronel Paulo Malhões concedido em março deste ano à Comissão Nacional da Verdade. Depois de 50 anos do golpe, o militar, que atuou em um centro clandestino de tortura no Rio de Janeiro durante a ditadura, assumiu ter matado, torturado e ocultado corpos de presos políticos na época³. Percebe-se que períodos obscuros desse tipo podem sempre resgatar colaborações, desdobramentos e discussões.

Sob a ótica da notícia, o jornalismo colabora para o resgate dos acontecimentos por meio de acervos dos assuntos diários de períodos determinados. No entanto, pelo modo de produção do jornalismo, o jeito de contar os fatos sofre alterações. O jornalista Luiz Costa Pereira Junior⁴, no livro *A apuração da notícia* (2010), afirma que as pessoas geralmente contam as situações que veem no dia a dia da forma que lhes convêm, seja modificando a ordem cronológica dos fatos, enfatizando detalhes ou os reduzindo.

¹ Doutora em antropologia pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

² Mestre e doutora em Ciências e doutora em Filosofia (Metodologia Científica). Foi professora de Sociologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo

³ Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1430795-coronel-admite-que-torturou-matou-e-ocultou-corpos-na-ditadura-militar.shtml>. Acesso em 26 mar. 2014

⁴ Jornalista, doutor em filosofia e educação pela Universidade de São Paulo (USP)

Para ele, na notícia, esse processo é semelhante: para que esteja pronta para caber no espaço do jornal e para ser assimilada ao leitor comum, é necessário muitas vezes diminuir trechos, evidenciar outros ou acrescentar informações novas para facilitar o entendimento.

A realidade assim trabalhada será sempre, e forçosamente, de segunda mão, embalada para consumo e passível de deslizos de atenção. Cada percepção dará um resultado diferente ao trabalho, cada relato trará em si o paradoxo central do jornalismo, a incompatibilidade entre o que se diz apresentar (enunciado) e o que é apresentado (enunciação) (PEREIRA JUNIOR, 2010: 19)

Por esse motivo, revisitar os acontecimentos da ditadura militar contados pelos jornais possibilita executar um exercício histórico valioso, porém não permite compreensão completa de todos os acontecimentos. Por isso, procurar novas maneiras de interpretá-los é uma forma de ampliar o debate. E, assim, a opinião, no jornalismo, se torna um importante motor para desenvolver a discussão na sociedade.

O discurso jornalístico não se limita ao texto e, por isso, é importante analisar outras maneiras de informação encontradas no jornalismo. Onici Claro Flôres⁵, no livro *A leitura da charge* (2002), afirma que “as imagens propriamente ditas permitem uma apreensão mais rápida porque são percebidas como totalidades. Já a linguagem verbal é discreta e decomponível” (2002: 24). Assim, parte-se da ideia de que, muitas vezes, o texto, embora didático e informativo, não apresenta tanta clareza de assimilação quanto uma imagem.

Apesar disso, preferiu-se trabalhar com ilustrações em função da liberdade criativa que elas permitem em relação aos fatos. As imagens fotográficas muitas vezes podem ilustrar uma notícia por meio da composição dos elementos enquadrados, bem como serem fontes de informação. No entanto, nem sempre as fotografias podem elucidar uma ideia específica perfeitamente porque dependem do contexto, do momento do clique da foto e de como o fotógrafo a compõe. Antonio Luiz Cagnin⁶, na obra *Os quadrinhos* (1975), expõe que o primeiro estatuto da fotografia é o de ser documento e registro, enquanto o desenho trabalha com mensagens codificadas.

O processo do desenho (a codificação) conduz, de imediato e inevitavelmente, a uma seleção entre o significante e o insignificante. O desenho não reproduz tudo; muito frequentemente reproduz pouquíssimas coisas, sem deixar, no entanto, de ser uma mensagem forte, ao passo que a fotografia, ainda podendo escolher o seu

⁵ Doutora em Linguística pela PUCRS e professora de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS – Canoas)

⁶ Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP), foi pioneiro nos estudos de quadrinhos no Brasil

assunto, o seu enquadramento e o seu ângulo, não pode alcançar o interior do objeto” (CAGNIN, 1975: 33).

O pesquisador afirma, com isso, que a fotografia trabalha mais com a ideia de registro, enquanto o desenho trabalha com a ideia de transformação – permitida pelo processo de codificação ao qual o leitor está sujeito.

Na ilustração, a liberdade para criar é maior. Portanto, o caráter pessoal é um dos elementos que a compõe. “A elaboração manual revela a intencionalidade do desenhista na emissão do ato sêmico e transforma o desenho em mensagem icônica, carregando em si, além das ideias, a arte e o estilo do emissor” (CAGNIN, 1975: 33). O desenho tem a capacidade de passar a característica principal do autor, que é seu traço e as suas ideias.

Visto que as ilustrações de humor nos periódicos surgem da mente criativa e interpretativa de ilustradores, a ditadura pode ser vista sobre outra ótica. A edição do dia 31 de março de 1975 da *Folha de S. Paulo* apresenta uma matéria especial sobre a produção de um grupo que reuniu ilustrações de artistas de todo o mundo para falar de paz. Nela, o texto informa que “a imprensa ilustrada é uma das expressões culturais mais importantes da vida moderna” e, como tal, tem papel importante para levar reflexão à sociedade em qualquer época. A relevância do desenho de humor na imprensa tem inúmeras razões. É o que afirma o jornalista Joaquim da Fonseca⁷, no livro *Caricatura: a imagem gráfica do humor* (1999):

Ninguém pode negar a importância do desenho humorístico na imprensa, seja como documento histórico, como fonte de informação social e política, como termômetro de opinião, como fenômeno estético, como expressão artística e literária ou como simples forma de diversão e passatempo (FONSECA, 1999: 13).

As charges são “comentários sociais, que, velados pela ironia ou explicitamente opinativos pela sátira e pelo sarcasmo, mostram com simples figuras o que não poderia ser dito com menos de mil palavras” (FONSECA, 1999: 13). Assim, voltar há 50 anos e percorrer os 21 de regime militar por meio dos desenhos de humor permite resgatar a abordagem diferenciada do período.

O poder ácido de mudar o pensamento de alguém sobre determinada personalidade ou ação é atribuído à charge – e também à caricatura – pela forma inteligente e humorada de falar de coisas que às vezes todos pensam, mas pouco se arriscam a dizer. O talento artístico, o

⁷Artista plástico, designer gráfico, jornalista e professor, mestre em belas artes pela Universidade de Syracuse (EUA), foi professor de comunicação visual gráfica na UFRGS, Unisinos e PUCRS

atrevidimento e a inteligência podem ser os elementos combinados capazes de fazer da charge uma arma gráfica.

A importância dessa investigação pode ser observada pelo próprio valor conferido às charges em diversos segmentos. Desde o Renascimento – em que o homem passou a ser o centro de tudo – observa-se o desenvolvimento propriamente dito da caricatura (FONSECA, 1999). Desde aquele tempo, ela representou zombaria e ameaça a autoridades de diversas sociedades do mundo.

Revisitar o tema ainda é relevante porque, segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta⁸ (2013), não há tantos trabalhos sobre a cobertura da grande mídia durante os governos militares. Inúmeros trabalhos sobre a cobertura da mídia alternativa levantaram discussões relevantes do período. No entanto, pesquisas sobre a atuação da imprensa tradicional no Regime Militar ainda são escassas no ambiente acadêmico (MOTTA, 2013). Os estudos reforçam a importância do tema para a imprensa brasileira e para a história do país, mas não abrangem a totalidade do que representou a cobertura dos eventos.

Além da abrangência nacional, escolha dos jornais *Folha de S. Paulo* (SP) e *O Globo* (RJ) também é proposta, neste trabalho, pelo contraponto de abordagem dos dois periódicos em relação ao regime. A ideia foi colher jornais que possibilitavam maneiras distintas de exploração dos fatos. *O Globo*, do início ao fim do período ditatorial, apoiou os governos militares. No dia 7 de outubro de 1984, o dono do jornal, Roberto Marinho, admitiu o apoio em artigo publicado na primeira página:

Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente (MARINHO, *O Globo*, 7 de outubro de 1984)

A *Folha de S. Paulo*, no entanto, mesmo que tenha apoiado o golpe de 1964, atuou de maneira mais branda em relação ao jornal *O Globo*. Ainda durante a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, a *Folha* defendeu que o país fosse governado pelo sucessor João

⁸ Doutor em história econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Realiza pesquisas voltadas para a caricatura e as charges no período da ditadura militar. Foi utilizado neste trabalho o artigo *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969*, publicado em 2013.

Goulart, ainda que fizesse duras críticas à gestão dele. *O Globo*, nessa ocasião, não aceitou nem mesmo que Jango atuasse em regime parlamentarista (PILAGALLO, 2014)⁹.

No fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970, a censura dentro das redações limitou o trabalho dos jornalistas. Os trabalhos de opinião foram limitados, mas ainda é importante observar como os jornais conseguiram trabalhar em cima da repressão intelectual.

Por serem jornais de circulação nacional com grande tiragem e pelo modo como os dois jornais atuaram de maneira distinta, optou-se por utilizá-los neste trabalho acadêmico.

Nesse contexto, cabe explicar: o periódico *O Estado de S. Paulo* também defendeu o regime incisivamente, como *O Globo*. Como a pesquisa já trabalha com outro periódico paulista – a *Folha de S. Paulo* –, preferiu-se utilizar o jornal carioca. Ele é utilizado no lugar de outros, como o *Jornal do Brasil*, por exemplo, porque foi preferível abordar diários que ainda estivessem em circulação de modo a dar abertura para possíveis contrapontos com abordagens atuais sobre o mesmo tema.

Neste estudo, propõe-se identificar como os dois periódicos se apresentaram graficamente durante o período da ditadura militar. Porém, como os fatos compreendidos acontecem em um intervalo de tempo extenso, o trabalho abordou três datas pontuais que permitem expor um quadro amplo da ditadura. São elas: 1964, 1975 e 1985. O intuito é observar o momento inicial, intermediário e final, que representou a transição para o regime democrático. Nesses três momentos, avaliam-se, comparativamente, os usos dos desenhos gráficos a ponto de identificar como os governos militares foram retratados em cada veículo. Desse modo, também é possível verificar se houve mudanças ao longo do tempo.

Para chegar ao objetivo final, foram necessários alguns objetivos específicos que, juntos, possibilitaram viabilizar o objetivo final da pesquisa: 1) Descrever o contexto histórico do regime militar por meio da imprensa; 2) Identificar conceitos necessários para o entendimento da charge, verificar qual é o papel da ilustração como fonte de opinião e de informação e como as ilustrações eram abordadas nos jornais da época e; 3) descrever como *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* abordaram as charges nos anos de 1964, 1974 e 1985.

O primeiro ponto torna claro como a imprensa, de maneira geral, noticiou a ditadura militar. Assim, o trabalho observará a postura adotada pelos veículos, o contexto em que tais ilustrações foram publicadas e se seguiam ou não as posições dos jornais. Essa etapa é importante porque, nesta pesquisa, entende-se que imagem e texto não estão desconectados e,

⁹ Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/157543-imprensa-apoiou-ditadura-antes-de-ajudar-a-derruba-la.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2014

portanto, optou-se por incluir um capítulo que apresente qual foi a posição dos jornais sobre os governos militares. Nesse sentido, vale a observação: como algumas páginas dos acervos estão indisponíveis ou ilegíveis, o trabalho também utiliza livros de historiadores para entender o período de maneira mais completa. Além disso, é importante ressaltar que essa compilação histórica diz respeito ao modo como os jornais estudados contaram os acontecimentos da ditadura militar e não necessariamente como ela realmente se desenvolveu.

O segundo ponto destaca os detalhes que envolvem a compreensão de uma charge, desde conceitos como imagem, desenho e humor gráfico, até o contexto histórico e a influência desse tipo de ilustração no mundo, bem como a importância da ilustração de humor na mídia impressa como recurso opinativo e informativo.

Por fim, também é necessário descrever de que maneira as ilustrações foram aplicadas nos jornais de modo a situar o leitor sobre como esse tipo de recurso era utilizado na ditadura militar. Com a conclusão dessas etapas, será possível ter mais base para entender de que modo jornais estudados neste trabalho abordaram as charges no regime militar.

2. A cobertura do regime militar n’*O Globo* e na *Folha*

2.1 Os governos militares na imprensa

No dia 1 de abril de 1964, uma matéria da *Folha de S. Paulo* dizia: “Tropas de Minas em movimentação”¹⁰. Era a confirmação das intenções da pressão militar pela derrubada do presidente João Goulart. O governador da região paulista Ademar de Barros, em mensagem ao país, chamou Jango de ex-presidente e anunciou que seis estados estavam “unidos em defesa da legalidade” (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul). A *Folha de S. Paulo* havia dedicado quase toda a edição do dia primeiro para as movimentações da derrubada do presidente. No dia 2 de abril de 1964, o impresso estampou a manchete: “Congresso declara presidência vaga; Mazzilli assume”¹¹. O golpe havia surtido efeito. A resistência ao último governo é perceptível no editorial do dia 3 da *Folha*:

Voltou a nação, felizmente, ao regime de plena legalidade que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo João Goulart. E isto se fez, nota-se, graças ao discernimento de nossas Forças Armadas, que agiram

¹⁰ Fonte: Acervo *Folha de S. Paulo*, 1 de abril de 1964

¹¹ Fonte: Acervo *Folha de S. Paulo*, 2 de abril de 1964

prontamente para conter os desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procurava manobrar o país de acordo com o pensamento desse reduzido grupo e em ostensivo desrespeito às melhores e mais caras tradições da nossa gente. (Editorial da *Folha de S. Paulo*, 1964: 4)

Durante o pré-golpe, a imprensa – e boa parte da sociedade civil – apoiava a virada do poder. “A maioria dos grandes jornais do país apoiou, ao menos no início, o golpe militar de 1964” (MARTINS; LUCA, 2008: 182).

Além da *Folha*, tal afirmação era abertamente reverberada na mídia tradicional. Toma-se como exemplo os editoriais de outros jornais, no dia 2 de abril de 1964. O *Correio da Manhã* revela claramente a insatisfação com o governo Jango: “Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da nação?” O *Diário de Notícias* coloca o presidente como “o homem que infelicitou o Brasil, que tirou o sorriso e a verve do seu povo e quase lhe tira a esperança”. Para o *Jornal do Comércio*, o presidente estava para “aprofundar o fosso”. O *Estado de S. Paulo* afirmou que “a presidência da República perdeu inteiramente a confiança que nela poderia depositar a nação e o respeito sequer da minoria agitadora que pretende apoiá-la”. O *Globo* publicou editorial intitulado de “Ressurge a democracia”, e nele, acrescentava: “graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições”¹². Dessa maneira, era perceptível o apoio da imprensa ao golpe.

Embora o apoio tenha sido nítido, a *Folha de S. Paulo*, por exemplo, rebateu, no editorial do dia 26 de março, as críticas de que o impresso e outros da mídia tradicional eram parciais: “Não é verdade que os jornais brasileiros reflitam apenas os interesses de uma determinada classe”. No mesmo texto, acrescenta: “Temos feito muitas restrições ao governo federal nos últimos tempos. [...] Em páginas nobres deste jornal, todavia, com destaque, publicamos diariamente colunas assinadas com opiniões diametralmente opostas” (*Folha de S. Paulo*, 26 de março de 1964: 4).

Pelos impressos da época, é notável o fato de que as tensões foram intensificadas em março de 1964. No dia 25 do mesmo mês, cerca de três mil praças da Marinha e dos Fuzileiros Navais se reuniram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na Guanabara, para comemorar o segundo aniversário da associação das duas corporações. Durante o evento, o presidente da associação, José Anselmo, fez críticas às instituições e defendeu as reformas de base – iniciativas que consistiam, ao todo, reformas fiscal, bancária, urbana, administrativa,

¹² Os trechos dos jornais citados foram consultados no acervo da *Folha de S. Paulo*, na edição do dia 2 de abril de 1964

universitária e agrária¹³ – que Jango queria propor. O encontro não agradou o ministro da Marinha, Silvio Mota, que exigiu punições duras aos marinheiros reunidos no encontro. João Goulart, no entanto, os anistiou. A atitude de não puni-los agravou as relações entre o governo e os militares.

No dia 30 de março, o presidente Jango proferiu um discurso no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. O pronunciamento, unido aos desdobramentos da manifestação dos marinheiros no dia 25, intensificou, ainda mais, a insatisfação geral com o mandato de Jango. O ex-presidente havia sido desaconselhado por Tancredo Neves e pelos demais apoiadores do governo a não comparecer ao local. Mesmo assim, o discurso foi ouvido para 300 sargentos, cercado por todo o ministério e acompanhado milhões de brasileiros pelo rádio e pela TV (CHAGAS, 1985).

O presidente anunciou uma série de “decretos nacionalizando refinarias particulares de petróleo e desapropriando terras com mais de 100 hectares que ladeavam rodovias e ferroviárias federais” (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010: 276). Além disso, levou ao Congresso Nacional um projeto de reforma agrária no país. De acordo com Carlos Chagas (1985), João Goulart criticou e questionou diretamente os opositores do governo: “De onde chegam os recursos para a insidiosa campanha movida contra mim, senão dos profissionais da remessa ilícita de lucros para o estrangeiro, que acabei de regulamentar?” (CHAGAS, 1985: 15).

De acordo com o jornalista Carlos Chagas (1985: 14), naquela noite, Jango decidira-se “a governar e tapar a boca dos que o apontavam como indiferente e amorfo”. O discurso fez com que o general Olímpio Mourão Filho, em Juiz de Fora, resolvesse antecipar o golpe, negociado para dali a algumas semanas. Jango defendia medidas pouco lógicas economicamente e políticas contrárias aos ideais militares:

Referiu-se às reformas de base que implantara por decreto e às que implantaria na marra, se o Congresso não as votasse. [...] Levantaria as restrições para sargentos se candidatarem a postos eletivos e para soldados votarem. [...] Acabaria com os vestibulares, dando ingresso a quantos o solicitassem, nas universidades. Estatizaria as empresas de aviação, criando a Aerobrás. Tabelaria os gêneros de primeira necessidade, fixaria os preços dos produtos industriais na saída das fábricas, nacionalizaria as empresas de publicidade estrangeiras, controlaria o papel de imprensa e interviria nos laboratórios de remédios. Regularia a participação dos empregados no lucro das empresas e daria aos inquilinos muito mais garantias que aos senhorios (CHAGAS, 1985: 15).

¹³ Disponível em: <

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em: 31 mai. 2014

As atividades militares e civis para a derrubada do presidente João Goulart foram, então, antecipadas, impulsionadas pela crise na Marinha. Para justificar tal afirmação, é possível perceber que a organização militar foi responsável, no dia 31 de março, por ocupar a capa principal e a página de opinião da *Folha de S. Paulo* – o tema era capa do jornal desde o dia 27. O editorial falava que os inquéritos de investigação dos envolvidos no evento vieram tardiamente, mas que eram necessários “para que não se degingolasse completamente o princípio da autoridade das Forças Armadas”¹⁴, descredibilizada pela anistia concedida por Jango.

O estopim para o golpe foi o envolvimento de Goulart na mobilização sindical da Marinha. “A quebra de hierarquia militar era o item que faltava para que os conspiradores conseguissem apoio da ala legalista das forças armadas” (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010: 277). Mas, no geral, os problemas do país, para a sociedade e para a oposição política e militar, eram gerados pela má gestão vigente.

O historiador Marco Antonio Villa (2014) aponta, no livro *Ditadura à brasileira*, que, em 1964, o Brasil estava “politicamente repartido”. Além da ameaça de golpe militar, havia crise econômica e greves por todo o país. Em *A Guerra das estrelas*, Carlos Chagas (1985) reforça que a tensão do período pré-golpe era nítida e o descontrole sem chance de qualquer reparação imediata:

Acirramento de posições políticas e ideológicas, virulentas acusações entre o Executivo e o Legislativo, greves, movimentação sindical e intromissão de suas lideranças em questões de governo, agitação militar, inflação, debate pelas reformas de base, boatos sobre conspirações, revoltas de sargentos e praças, estremecimento da hierarquia nas Forças Armadas – tudo vinha de muitos meses. (CHAGAS, 1985: 11)

Na economia, a inflação havia passado de 50% em 1962 para 75% em 1963. No ano do golpe, segundo o jornalista Elio Gaspari, no livro *Ditadura envergonhada* (2002), esse valor havia subido e já era a maior taxa anual do século, com 140%. Consequentemente, as insatisfações também afetaram a classe trabalhadora. Em 1963, o país teve 304 greves, quase o dobro em relação ao ano anterior, 154 greves.

As tensões para a derrubada de João Goulart impactavam outras regiões do mundo. No dia 1 de abril de 1964 – um dia após o início das manobras para garantir o golpe militar, a *Folha* republicou o editorial do jornal americano *The New York Times*, que dizia que “quando

¹⁴ Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 27 de março de 1964

alguma coisa acontece no Brasil nos dias de hoje, um mal-estar alastra-se por toda parte, isto é, nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina”¹⁵. Segundo o impresso americano, a situação da política brasileira estava “à beira do caos”. Uma nota publicada no jornal *O Globo*, no dia 31 de março do mesmo ano, revela que “a influência comunista no Brasil preocupa Washington”. Segundo a publicação, “a situação do Brasil tem-se agravado paulatinamente e o Governo brasileiro está caindo cada vez mais sob a influência comunista”¹⁶.

O mundo vivia sob o palco da Guerra Fria. Pela primeira vez prosperou, em uma área de influência americana, uma sociedade comunista, em 1959. A Revolução Cubana criou receio de que outros países adotassem a mesma ideologia.

A crise em Berlim (1961), a Crise dos Mísseis (1962), a Guerra do Vietnã (1961-1963), a morte do presidente americano John Kennedy (1963) e outros eventos mantiveram os embates ideológicos aquecidos que geraram fortes reflexos na América Latina.

O principal argumento contra a crescente onda do comunismo era o de que o modelo poderia prejudicar a liberdade entre os países. Mary Del Priore e Renato Venancio (2010) apresentam, no livro *Uma breve história do Brasil*, que após a Segunda Grande Guerra foi possível tornar clara a ideia de que o comunismo passou a ser a principal ameaça mundial. “Por volta de 1950, o sistema comunista havia deixado de ser uma experiência isolada, sendo agora compartilhado por um número crescente de países do Leste Europeu” (2010: 265).

2.2 A derrubada

Após escutar o pronunciamento do presidente João Goulart no dia 30 de março, o general Olímpio Mourão Filho, em Juiz de Fora, iniciou os esforços para virar o poder que estava, até o momento, com Jango.

No dia 31 de março pela manhã, pouco se imaginava que um esquema de levante militar avançava de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, onde o presidente estava. No dia 1 de abril, uma das chamadas do jornal *A Folha de S. Paulo* dizia: “Calma é completa no Estado de São Paulo”¹⁷.

¹⁵ Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 1 de abril de 1964

¹⁶ Fonte: acervo *O Globo*, 31 de março de 1964

¹⁷ Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 1º de abril de 1964

Apesar da calma, a *Folha* publicou manchete informando que o exército de Minas Gerais se movimentava em direção à Guanabara. O comandante da Guarnição Federal de Belo Horizonte, Luis Carlos Guedes, confirmou a movimentação e informou, em 31 de março, que o dia D havia chegado e que tudo funcionava perfeitamente.

O governador de Minas, Magalhães Pinto, demonstrou apoio direto ao golpe por meio de manifesto publicado nos jornais com críticas ao governo Jango. De acordo com o impresso, no mesmo dia, quatro mil policiais militares estavam disponíveis no estado mineiro e tropas interditavam as ruas de acesso ao palácio no Rio de Janeiro.

O impresso publicou a notícia de que o governador paulista Ademar de Barros já chamava Jango de ex-presidente e que seis estados estavam “unidos pela legalidade” como forma de evitar a “comunização” do país. São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul se juntavam pela volta da ordem no Brasil.

O mapa da situação

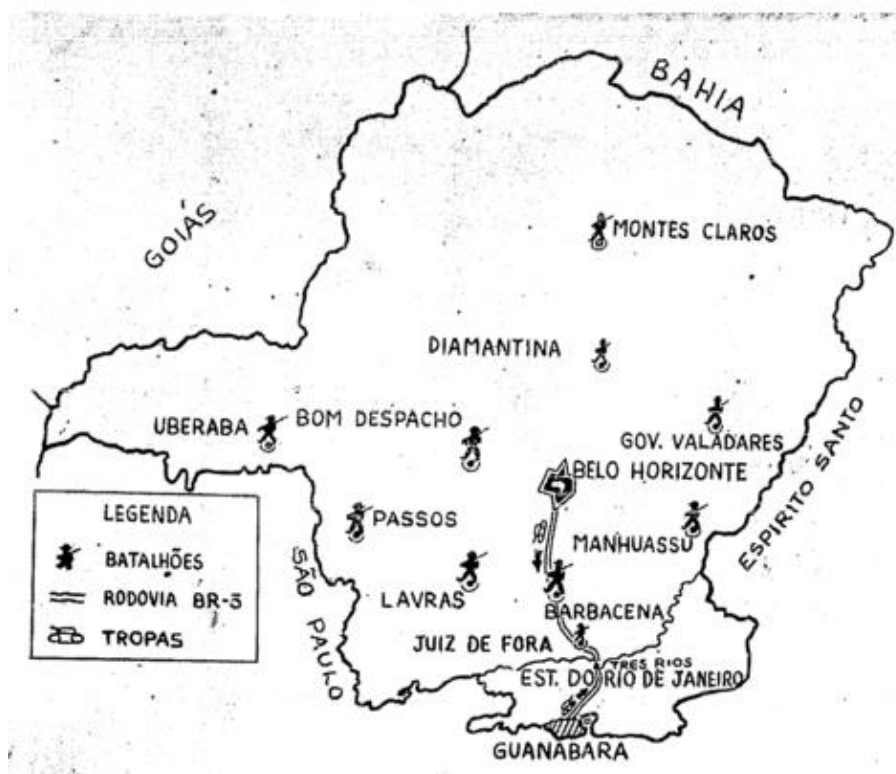


Figura 1 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 1 de abril de 1964

Ainda na mesma edição, uma nota informava que o deputado Leonel Brizola pedia aos brasileiros que resistissem ao golpe e que apoiassem o presidente. Como se nota, o impresso do dia 1 de abril foi dedicado aos acontecimentos relacionados às tentativas de derrubada de Jango iniciadas no dia anterior.

Em 2 de abril, *O Globo* anunciava que Goulart não estava mais sob o comando do país. A manchete da capa informava que o presidente da câmara, Ranieri Mazzilli, havia ocupado o lugar vago. Na mesma página, o editorial do impresso comemorava a vitória dos militares. No dia anterior, *O Globo* não foi veiculado. Segundo nota publicada posteriormente pelo jornal, a redação foi invadida na noite do dia 31 “por fuzileiros navais comandados pelo almirante Cândido Aragão, do ‘dispositivo militar’ de Jango”. Na edição do dia 2, o impresso explica o episódio.



Figura 2 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 2 de abril de 1964

2.3 Ato institucional

Manchete publicada em *O Globo* no dia 7 de abril afirma que os chefes militares apresentaram um ato institucional para que o país pudesse ser “descomunizado”. O jornal informava, ainda, que a medida era a prioridade do momento:

Os líderes do Movimento Revolucionário Democrático estão levando à apreciação dos dirigentes partidários documento que engloba uma série de medidas que julgam imprescindíveis para o desmantelamento do processo comunizante. Apontam a providência como mais fundamental e mais premente que a própria eleição do novo Presidente da República. (*O Globo*, 7 de abril de 1964: 1)

O Comando Supremo da Revolução – junta militar responsável por governar o país até a definição oficial do presidente – realizou uma série de medidas: autorizou cassações de mandatos e suspendeu direitos políticos. Segundo Carlos Fico (2004), esses procedimentos faziam parte de uma “operação limpeza” e deveriam continuar por pouco tempo além do mandato completo de Castelo. Tais formulações foram oficializadas com o Ato Institucional¹⁸, de 9 de abril.

O ato cassou cem mandatos¹⁹: os cinco primeiros foram, respectivamente, os de Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arrais e Darcy Ribeiro. O último da lista foi José Anselmo, presidente da Associação dos Fuzileiros Navais, que desencadeou a manifestação dos marinheiros em março. A publicação determinava que o período das cassações durasse 10 anos.

2.4 Castelo Branco

No dia 15 de abril de 1964, o general Carlos Castelo Branco tomou posse como presidente do Brasil. Nas páginas de opinião, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* apontaram que, naquele período, o atual governante precisaria lidar com a dívida externa deixada pelo governo anterior. *O Globo* lamentou que o país estivesse passando por uma “desordem financeira” e a *Folha* tratou do problema como herança.

¹⁸ Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 10 abr 2014.

¹⁹ Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 10 abr 2014.



Figura 3 - Fonte: acervo *O Globo* – 15 de abril de 1964

No discurso de posse, Castelo Branco disse que se caminharia para frente e que a vocação do país era a liberdade democrática. De acordo com o historiador Boris Fausto, “o grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma ‘democracia restringida’ depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1” (FAUSTO, 2009: 259). Inclusive, o presidente chegou a determinar uma investigação sobre possíveis casos de tortura denunciados pelo jornal carioca *Correio da Manhã* (FAUSTO, 2009).

Porém, ainda nos primeiros meses do mandato de Castelo, os jornais começaram a criticar o governo e a se afastar dos editoriais positivos publicados no fervor da posse do presidente. A *Folha* defendeu, em editorial do dia 7 de maio de 1964, que as autoridades não abusassem de seus poderes para perseguir pessoas, em especial intelectuais. O texto opinativo destacou o exagero em categorizar qualquer indivíduo de comunista.

No editorial do dia 2 de junho daquele ano, o *Jornal do Brasil* também questionou os desdobramentos da revolução iniciada no dia 31 de março: “Estará a revolução condenada ao autoritarismo por não estar sabendo usar a autoridade que lhe foi dada”?²⁰

No mês seguinte, no dia 4 de julho, *O Jornal do Brasil* criticou o governo por um possível desvio de objetivo, quando Castelo se propôs a apoiar as reformas: “O debate

²⁰ Fonte: acervo *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1964

político, aberto pela proposta das reformas encaminhadas ao Congresso, perdeu o controle e parece à opinião pública o eco de interesses anteriores a primeiro de abril”²¹.

No mesmo mês, no dia 14, a *Folha de S. Paulo* publicou a notícia de que o mandato do presidente Castelo Branco poderia ser estendido. O impresso revelou que o grupo militar do governo enviou um relatório em que considerava a prorrogação indispensável “à continuação dos objetivos do movimento que depôs Goulart”²².

A edição do dia 18 de julho do jornal anunciou que o Congresso aprovou a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967. O editorial do mesmo dia criticou a decisão, que aconteceu de modo rápido. O impresso questionou se o Ato Institucional deveria, assim, vigorar até 31 de janeiro de 1966 – data prevista inicialmente – ou se deveria ser prorrogado também: “Mais uma emenda, ou subemenda, ou tenha lá que nome for, terá de ser aprovada. Mais uma brecha acabará sendo aberta no Ato. Será a última”²³. A *Folha* acrescentou que o ato foi uma maneira de a revolução se autolimitar e que quando esses limites começam a cair, “as incertezas começam a aumentar”. O jornal foi contra o prolongamento, mas concordou com o nome de Castelo para continuar o mandato. “Só um consolo realmente resta: o de que está em boas mãos a presidência da República”.

Castelo, apesar de ter continuado no poder, era contra continuar como presidente, ou mesmo de prolongar a vigência do Ato Institucional:

Tivesse o mal, Castelo Branco percebido que sua presença na chefia do governo por tempo superior ao previsto na Constituição e no Ato Institucional (até janeiro de 66) era a única garantia de que o processo revolucionário estaria salvaguardado – não há dúvida de que, vencendo escrúpulos pessoais, já teria demonstrado empenho na concretização da medida. (*Folha de S. Paulo*, 15 de julho de 1964: 4, 1º caderno)

Além da prorrogação, também foram aprovadas emendas que decidiram pela elegibilidade de militares, pelo fim da isenção do imposto de renda a magistrados, professores e jornalistas e pela rejeição do voto de analfabetos, mesmo em eleições municipais.

Ainda no ano de 1964, o governo aprovou o Plano Nacional de Habitação – para oferecer casas populares à população carente – e a reforma agrária.

²¹ Fonte: acervo *Jornal do Brasil*, 4 de julho de 1964

²² Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 1964

²³ Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 18 de julho de 1964

No dia 1 de janeiro de 1965, o *Jornal do Brasil* publicou a mensagem de Ano Novo do presidente. Segundo o diário, Castelo Branco disse que o novo ano seria de retomada do caminho da estabilização e do desenvolvimento nacional.

Em editorial, a *Folha de S. Paulo* do dia 1º de janeiro de 1965 foi favorável ao primeiro ano do governo militar: “Se cotejarmos esta época com a mesma do ano passado, veremos que a situação do país melhorou”. No jornal, foi publicado editorial que afirmou que Jango levou o país ao declínio: “Toda ilusão que se pudesse alimentar quanto à sua capacidade de promover o bem-estar social, a recuperação econômica e a pacificação política do país”. O texto ainda apresentava que a revolução foi iniciada nas ruas “por grandes parcelas do povo incontaminadas da pregação demagógica do governo deposto” e que o governo de Castelo Branco trouxe novo ânimo ao povo. No texto, o presidente prometeu, ainda, que a inflação seria abrandada para níveis mais toleráveis. “Venceremos totalmente a inflação até meados do próximo ano”, disse Castelo, à época²⁴.

No final do ano anterior, o jornal anunciou que o Brasil recebeu apoio financeiro externo para ajudar a controlar a inflação em 1965. Os empréstimos de US\$ 125 milhões pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e de US\$ 150 milhões dos Estados Unidos colaboraram para desafogar “momentaneamente as necessidades de caixa” (VILLA, 2014: 71). No entanto, os preços dos produtos essenciais continuaram subindo (VILLA, 2014).

Em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 foi decretado pelo presidente. Entre os pontos principais, o ato exigiu a reforma dos poderes Legislativo e Judiciário, o julgamento de civis pela Justiça Militar, as eleições indiretas para presidência da República, o estado de sítio direto pelo presidente, a extinção dos partidos políticos, a incompetência do Poder Judiciário para apreciar as decisões no “Comando Revolucionário” – frente militar organizada pelos principais nomes envolvidos no golpe militar –, o direito de o presidente, por meio de atos complementares, decretar o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, o direito de o presidente decretar a intervenção nos estados, o direito de o presidente legislar por decreto durante recesso do parlamento, cassação de mandatos e direitos políticos pelo presidente da República. A *Folha de S. Paulo* afirmou que o ato foi recebido tranquilamente pelo país e destacou:

²⁴ As citações do parágrafo foram consultadas no acervo da *Folha de S. Paulo* do dia 1 de janeiro de 1965

Temos agora, neste segundo Ato, uma série de medidas (nem sempre coerentes, diga-se desde logo) destinadas a ordenar melhor a vida nacional, corrigindo deformações e criando a possibilidade de construção de uma base mais sólida para o progresso econômico, político e social (*Folha de S. Paulo*, 28 de outubro de 1965: 4).

No dia 4 de novembro, Carlos Lacerda, governador da Guanabara afastou-se do cargo. De acordo com notícia publicada na *Folha*, Lacerda não explicou as razões que motivaram a desistência. No mesmo mês, no dia 14, o governo anunciou a adoção do cruzeiro novo a partir de 1º de janeiro de 1966.

O novo ano começou com os planos sucessórios do presidente. Dentro desse contexto, é assinado o Ato Institucional Nº 3, que define regras mais claras para as próximas eleições. Entre as principais medidas, o ato estabeleceu eleições indiretas para governadores – passaram a ser eleitos por meio de assembleias estaduais – e para prefeitos dos municípios das capitais – seriam decididos pelo governador do estado – e definiu as datas das votações.

O marechal Artur Costa e Silva foi eleito sucessor de Castelo no dia 3 de outubro de 1966. A *Folha* fez ampla cobertura: detalhou todas as informações sobre a rotina do novo presidente no dia da decisão e até o tempo que durou a contagem dos votos.

Antes da posse do novo governante, Castelo assinou, no dia 20 de outubro, o Ato Complementar nº 23, que determinou o recesso da Câmara dos Deputados – reaberto no dia 22 de novembro. Três dias depois o presidente assinou 38 novos decretos-leis. No dia 30 de novembro, foi instituído o Ato Institucional nº 4. Que convocou uma reunião em janeiro de 1967 para discutir, votar e promulgar o projeto da nova Constituição Federal.

Ao todo, Castelo deixou “quatro atos institucionais, 37 atos complementares, 312 decretos-leis e milhares de atos punitórios” (VILLA, 2014: 102). Ainda segundo Villa, Castelo Branco “tentou manter algum espaço de liberdade em meio ao arbítrio. [...] Contudo, não conseguiu controlar a ação política”, que nem sempre atuava de acordo com os interesses do chefe de estado.

2.5 Costa e Silva

Após dois dias da posse, em uma reunião ministerial, o novo presidente traçou os principais pontos de governo. Entre eles, estavam, de acordo com a *Folha*, continuar o combate à inflação, revigorar o setor privado da economia, fortalecer a empresa nacional, dar

apoio à Petrobras, criar diálogo com classes trabalhadoras, multiplicar oportunidades de educação e o restabelecer a ordem democrática.

Dois dias antes, havia sido decretada a primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar – no total, quatro. Constava no primeiro parágrafo, como determinava o AI-2, que não seria tolerado nenhuma propaganda de guerra, “de processos de subversão da ordem pública e social ou de preconceitos de raça ou classe”. Na lei, havia determinação de que “qualquer veículo impresso poderia ser apreendido se contivesse ‘as propagandas de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe’, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social” (VILLA, 2014: 102). A lei restringiu, em grande medida, a liberdade de imprensa. A mídia começava a sentir as dores da repressão da ditadura militar.

No dia 18 de julho, Castelo morreu em um acidente de carro. O jornal *Tribuna da Imprensa* publicou artigo com forte crítica ao ex-presidente: “A humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, coisa alguma”. Para o autor do texto, o jornalista Hélio Fernandes, Castelo era “frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, sem grandeza, sem nobreza e seco por dentro e por fora” (FERNANDES *apud* VILLA, 2014: 113).

O ano de 1967 terminou ainda com bons resultados na economia. A inflação caiu de 39% no ano anterior para 25%, O PIB cresceu 4,2% e a taxa de juros diminuiu, bem como a dívida externa.

A *Folha* disse, em editorial no dia 31 de dezembro de 1967, que foi “um bom ano”, apesar de que “não foi tão bom quanto seria de desejar, nem tão mau como apregoam os eternos pessimistas” e que 1968 “pode ser o grande ano brasileiro”.

Durante o início do governo Costa e Silva, o furor da revolução diminuiu e grupos começaram a se organizar para enfrentar o governo (VILLA, 2014). Em 1967, estudantes passaram a se mobilizar por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Isso se torna claro em algumas manchetes da época ao longo dos meses.

No ano seguinte, em 31 de março, a *Folha de S. Paulo* publicou capa afirmando que havia calma no país, apesar de protestos persistirem. Dois dias antes, no entanto, o mesmo jornal divulgou notícia sobre a morte de um estudante de 16 anos, causada por policiais militares durante invasão da assembleia estudantil no Rio de Janeiro. Edson Luis de Lima Souto foi acertado no peito por um tiro de metralhadora. Durante a reunião, os estudantes acertavam detalhes de uma passeata que seria realizada naquele dia. Milhares de pessoas acompanharam o enterro do jovem. A morte mobilizou estudantes, representantes da

Igreja e de cidadãos da classe média. Edson foi enterrado ao som da multidão cantando o Hino Nacional brasileiro.



Figura 4 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 31 de março de 1968

O país vivia um momento tenso. No início de 1969, a população já estava cansada do domínio militar (VILLA, 2014). “A manutenção de um regime que combinava características autoritárias, como a legislação ‘revolucionária’, e liberais, como o funcionamento do Congresso Nacional, tinha chegado ao seu limite” (VILLA, 2014). Dentro desse contexto, notava-se a insatisfação do movimento estudantil, que lutava contra a reforma universitária, a censura, a legislação repressiva e a falta de vagas nas universidades (VILLA, 2014).

No dia 1º de abril, o governo anunciou que endureceria a ação do exército em relação às passeatas que começavam a ser organizadas por todo o país. De acordo com *O Globo*, no texto, era recomendado que “os comandos de áreas adotem, desde já, providências que os habilitem, caso necessário, a manter a todo custo ordem e lei”.

Ainda na mesma edição, o presidente anunciava que o dever do governo estava sendo cumprido e que ainda haveria de “cumprí-lo à custa de qualquer sacrifício”. Mas, apesar disso, ponderou: “Os agitadores pedem sangue, mas o Brasil continuará sem sangue”. A capa do diário foi destinada ao assunto porque várias manifestações estavam marcadas para o dia 1º de abril.

No dia seguinte, *O Globo* condenou a ação dos manifestantes. Na capa, um editorial, intitulado de “inimigos do Brasil”, dizia: “Quase não havia estudantes entre os agitadores. Os que ontem atacaram a polícia eram guerrilheiros urbanos. Profissionais da arruaça”. O presidente declarou que não cederia “à desordem e à baderna”.

Na passeata em Goiás, um homem de 25 anos morreu baleado com um tiro no crânio e dois policiais ficaram gravemente feridos. Em Belo Horizonte, dois policiais também saíram machucados, além de ter veículos depredados e dez estudantes presos. Em São Paulo, não houve incidentes registrados. *O Globo* ressaltou que, no caso da região paulista, as passeatas foram permitidas. A *Folha* ressaltou, em editorial no dia 3, que nos estados onde a polícia permitiu as manifestações dos estudantes, “elas decorreram sem maiores incidentes” e “onde houve repressão, os ânimos estiveram exaltados”.

No dia 3 de abril, a manchete da *Folha de S. Paulo* informava: “Governo poderá adotar medidas mais rigorosas”. O presidente anunciou que via os incidentes como um “movimento subversivo organizado, com os estudantes dominados e insuflados por agitadores”. Ele disse, ainda, que os fatos ocorreram em função da morte de Edson Luis, como um “pretexto para a ação anti-revolucionária”. O tema foi capa dos jornais ao longo dos dias, em que nota-se a tensão instaurada no país pelas manifestações. À época, o governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, afirmou que não iria mais tolerar os protestos violentos.

Sodré adverte que governo não vai admitir mais tentativa de agitação

O Governo de São Paulo “previne, de forma peremptória, que não admitirá nenhuma tentativa de agitação, quaisquer que sejam seus agentes”, e assegurará ao povo paulista a paz que deseja para trabalhar — diz a nota oficial que o sr. Abreu Sodré divulgou ontem à tarde, a propósito das manifestações estudantis de anteontem.

das corporações policiais do povo paulista, e lamenta os ferimentos sofridos por alguns policiais de parte de agitadores infiltrados;

“V — É hora, contudo, de alertar o povo paulista para a perversa mobilização de crianças, secundaristas e da minoria de estudantes, utilizando-se do seu generoso ímpeto juvenil, induzindo-os à subver-

Figura 5 – Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 3 de abril de 1968

Percebe-se, ao longo das edições, que o governo e a imprensa não condenavam inteiramente o movimento estudantil. Pelo contrário, a visão observada nas páginas dos jornais era a de que estudantes estavam cercados por agitadores que apenas sugeriam confusão nas ruas. *O Globo* publicou reportagem afirmando que estudantes e mestres condenaram a baderna e que a desordem nas passeatas serviu para “desvirtuar o justo protesto juvenil”.

No dia 4, mesmo dia em que foram celebradas missas para Edson Luis, a manchete *d'O Globo* era: “Exército adverte: trataremos arruaceiros como inimigos da pátria”. O general José Horácio da Cunha Garcia, comandante do I exército, informou em nota: “A tranquilidade pública e o bem particular serão defendidos a qualquer preço para que a anarquia e o deboche não tomem conta da cidade”. Nos dias que se seguiram, novas manifestações aconteceram.

Tensões a respeito de torturas também ganharam as páginas dos jornais. No dia 16 de abril, a *Folha* trouxe a manchete “Exército afirma que não torturou ninguém” a respeito de acusações dos irmãos Rogério e Ronaldo Duarte, presos durante manifestações no Rio de Janeiro. Na ocasião, um médico legista, no entanto, identificou lesões nos homens.



Figura 6 – Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 4 de abril de 1968

Ao longo dos meses, outras manifestações aconteceram nas capitais do Brasil. Mas foi em junho a maior delas. No dia 26, grupos de diversos setores da sociedade se reuniram na chamada passeata dos cem mil no Rio de Janeiro. O evento, posterior à “semana sangrenta” – de 19 a 21 de junho, o período causou a morte de quatro estudantes, foi responsável por outras dezenas de feridos e por prisões – foi motivado pela forte opressão dos militares a estudantes e demais manifestantes durante os protestos dos últimos meses.



Figura 7 - Acervo *O Globo* – 27 de junho de 1968

Tanto a *Folha* quanto *O Globo* fez ampla cobertura, ressaltando que não houve incidentes ou qualquer ato violento durante a passeata. Em relação à quantidade de participantes, a *Folha* comparou a manifestação com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 1964 em favor da “revolução militar”.

No dia 6 de julho, o governo proíbe qualquer tipo de passeata, em função da desordem causada nos protestos. Mesmo assim, na edição de 24 de outubro de 1968, *O Globo* informou que um grupo de cerca de 200 manifestantes causou confusão com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. No confronto, um comerciante e uma operária morreram e inúmeras pessoas ficaram feridas. Dois dias antes, outro estudante havia sido morto. Luiz Paulo Cruz Nunes foi atingido enquanto caminhava pelo local do conflito, sem fazer parte do protesto, de acordo com o impresso.

O Ato Institucional nº 5 foi instaurado no dia 13 de dezembro de 1968. Entre as principais medidas, o presidente teria o poder de legislar e intervir em estados e municípios livremente. Além disso, poderia suspender direitos políticos de qualquer pessoa por até dez anos, cassar mandatos, suspender *habeas corpus* em crimes políticos e suspender garantias constitucionais. A censura também se intensificou. O Ato Complementar nº 38 definiu o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado (VILLA, 2014).

O ano de 1968 começou a revelar a melhora do cenário econômico do país. A sociedade brasileira começava a presenciar o que seria chamado de “milagre econômico”.

“Quando o regime começou a apresentar seus primeiros êxitos veio o apoio velado de alguns, a simpatia de outros e a indiferença da maioria” (VILLA, 2014: 141).

O surgimento do “milagre econômico”, porém, tinha explicação. Segundo Fausto (2009), a melhora na economia foi resultado, principalmente, da ampla disponibilidade de recursos na economia mundial. Com essa oportunidade, o Brasil – e outros países em desenvolvimento – pôde pedir empréstimos externos e ter maiores investimentos de capital estrangeiro. Houve, portanto, uma expansão do comércio exterior (FAUSTO, 2009).

De acordo com a economista Jennifer Hermann, o crescimento referente ao “milagre” – de 1968 a 1973 – também é explicado pelo “aumento da dependência estrutural da economia brasileira com relação ao petróleo” (2011: 75). Ela afirma que o consumo de petróleo cresceu nesse período. A importação do insumo subiu de 59% para 81%.

O mandato de Costa e Silva durou até março de 1971. Devido a sua impossibilidade de governar, uma junta militar assumiu as funções presidenciais até a escolha definitiva do próximo presidente. Em 1969, o presidente sofreu um derrame e ficou paralisado. Ministros militares violaram a legislação que concederia o mandato ao vice-presidente, Pedro Aleixo, e declararam vago o cargo do chefe de estado e do vice. Os postos foram ocupados por Emilio Garrastazu Medici e por Augusto Rademaker, respectivamente, no dia 30 de outubro de 1969.

2.6 Medici

Medici começou o mandato com o discurso de devolver a democracia ao Brasil. Apesar de declarações de que era contra torturas e de que desejava aproximar o futuro da democracia, as repressões continuaram. O presidente assinou um decreto que estabelecia a censura prévia a espetáculos e publicações (VILLA, 2014). A ideia era impedir que se produzisse e publicasse materiais “contrários à moral e aos costumes”. Em 1970, casos de sequestros, torturas e censuras continuaram a se opor com as promessas de retorno à democracia (VILLA, 2014). Em especial, o primeiro ano daquela década foi marcado pelo aumento do número de sequestros de autoridades em função da tentativa de liberar presos políticos.

Já no primeiro ano de mandato, o presidente se viu diante da pior seca no Nordeste desde 1958. A situação se agravou de modo que não havia medidas claras e eficientes para solucionar o problema. Após visitas ao local, o presidente Medici assinou um decreto, no dia 16 de junho, que permitiu crédito de 60 milhões de cruzeiros para atender a população

afetada. Além disso, também foi aprovado o programa de integração nacional que financiaria obras de infraestrutura no Nordeste e na Amazônia. A primeira seria a construção das rodovias transamazônica e Cuiabá-Santarém, além de um sistema de irrigação das regiões áridas do Nordeste²⁵. Pelo projeto, 5.200 nordestinos castigados pelas secas trabalhariam na ocupação da Amazônia por 18 meses. Segundo a *Folha de S. Paulo* no dia 19 de junho, seriam viabilizados “três mil quilômetros de estradas para anexar à vida brasileira mais de quatro milhões de quilômetros quadrados da Amazônia, metade do território nacional”²⁶.

As obras da rodovia transamazônica foram importantes para vender a ideia do desenvolvimento. A estrada permitiria mais acesso da Amazônia ao Acre, facilitaria a exploração mineral e também desenvolveria a agricultura e a pecuária (VILLA, 2014). No entanto, a construção da estrada foi criticada por não ter um projeto claro de execução e acabou fracassando.

Naquele momento, porém, a população só tinha olhos para a Copa do Mundo, ao ver a seleção brasileira de futebol ser tricampeão. O bom desempenho no Brasil seria vendido com interesse no discurso do governo. De maneira oportunista, Medici relacionou a vitória ao regime e enfatizou o pensamento desenvolvimentista brasileiro. Em contrapartida, as ações repressivas já tinham causado pelo menos duas centenas de mortes de “supostos delinquentes” (VILLA, 2014). No dia seguinte ao título conquistado pela seleção brasileira, a *Folha* e *O Globo* deram ampla cobertura ao resultado, aos bastidores da competição e desdobramentos da Copa.

²⁵ Fonte: Acervo *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 1970

²⁶ Fonte: Acervo *Folha de São Paulo*, 19 de junho de 1970



Figura 8 – Fonte: acervo *O Globo* – 22 de junho de 1970



Figura 9 – Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 22 de junho de 1970

Em 30 de outubro de 1970, *O Globo* se posiciona em relação ao primeiro aniversário do Governo Medici e afirmou, entre outras coisas, que “o Brasil andou” e que “a economia deu saltos”. Para a *Folha*, o mandato foi além da expectativa.

De 1970 para 1971, a inflação baixou de 24,5% para 22%, de acordo com dados oficiais do governo. O ministro da Fazenda, Delfim Neto, afirmou que o crescimento de 10% representou a taxa mais elevada dos últimos dez anos. O Brasil também conseguiu obter bons

resultados econômicos ao fortalecer o setor industrial com a parceria de grandes empresas estrangeiras.

Diante dos efeitos positivos da economia, o embaixador brasileiro da Grã-Bretanha, Sergio Correa da Costa, anunciou que o país teria crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) superior ao de todas as outras economias²⁷.

Decisões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em outubro 1973, marcaram o que seria o início de uma forte crise econômica mundial, apresentada, no início, como o “primeiro choque do petróleo”. Composta por Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait, a organização diminuiu a oferta de petróleo aos países ocidentais, causando, dessa maneira, aumento do preço do barril. “A produção sofre firme redução em tempos de alta demanda, forçando o preço do barril a subir cerca de 400% em três meses”²⁸. Os produtores da região cortaram a produção em 25%²⁹.



Figura 10 – Fonte: acervo *O Globo* – 16 de outubro de 1973

Como no período do “milagre econômico” a produção brasileira – principalmente no setor industrial – aumentou, a demanda por bens de capital – bens que possibilitam retorno financeiro – e por petróleo também se elevou. Porém, o Brasil não tinha capacidade de acompanhar esse crescimento da demanda e precisou aumentar a importação desses materiais, intensificando, assim, a dependência externa (HERMANN, 2011).

²⁷ Fonte: Acervo *Folha de S. Paulo*, 30 de outubro de 1970

²⁸ Disponível em:

<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 mai. 2014.

²⁹ Fonte: Acervo *O Globo*, 17 de outubro de 1973

Com a crise do petróleo, verificou-se que tal dependência gerava risco para a economia do país. A situação passou de “dependência”, para “restrição” externa (HERMANN, 2011). Com os novos valores do barril de petróleo, o país passou a ter problemas na sua capacidade de importação e, portanto, teve dificuldade para suprir a demanda crescente do país. Entre as consequências, a balança comercial fechou em déficit de US\$ 4,7 bilhões em 1974 (HERMANN, 2011).

Em 15 de janeiro de 1974, Ernesto Geisel foi eleito presidente por indicação direta de Medici. Um dos desafios do governo foi controlar a economia, sentida com a crise do petróleo e com a crise da carne.



Figura 11 – Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 16 de janeiro de 1974

No início do governo, a inflação estava a 22%. Ao final, afirmou que ela já havia sido reduzida para 12%. De acordo com Carlos Chagas (1985), o valor não estava correto. “Ela já alcançava os 35%, conforme dados da própria Fundação Getúlio Vargas (FGV)” (CHAGAS, 1985: 222). Geisel mudou a equipe que comandaria a pasta da economia brasileira. O novo ministro da Fazenda, o professor Mario Henrique Simonsen, afirmou à *Folha* que o ano de 1974 teria inflação inferior, “menor do que se pensa”. No discurso de posse, Geisel disse que a crise abalava o mundo, mas que acreditava na superação do problema. Tanto a *Folha* quanto

o *Globo* apresentou aos leitores dos jornais um tom de confiança no novo governo. Apesar de a *Folha* não ter mais, desde 1973, o espaço destinado para o editorial, a sensação era notável pela cobertura factual do periódico.

2.7 Geisel

Ernesto Geisel assumiu o poder no dia 15 de março com o mesmo discurso dos antecessores: devolver a democracia ao país e realizar as mudanças necessárias para conquistá-la. Determinou que “se a tortura continuasse, era preciso reagir” (CHAGAS, 1985: 228).

Em 25 de outubro de 1975, um caso marcante do período foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, supostamente causada por suicídio. Geisel, tomado de críticas à tortura, exigiu explicações do general Ednardo D’Ávila, comandante do II Exército, em São Paulo, onde o jornalista morreu. Da conversa, decidiu-se abrir inquérito de investigação e adotar “medidas seguras para que o fato nunca mais se repetisse” (CHAGAS, 1985: 228). Mas se repetiu: em 1976, o operário Manoel Fiel Filho se “suicidou” e, desta vez, o presidente mandou demitir o comandante.

A morte de Herzog foi notícia, sem grande destaque nas capas dos jornais, apenas no dia 27 de outubro de 1975, após divulgação de nota oficial do II Exército, dizendo que o jornalista se suicidou depois de admitir fazer parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ser deixado sozinho em uma sala para redigir a confissão. O *Globo* e a *Folha* assumiram a versão oficial e noticiou a morte como suicídio. Apesar disso, a *Folha* abriu mais espaço para divulgar o assunto do que o jornal carioca: além da notícia da morte, publicou-se a nota do Exército, bem como nota do Sindicato dos Jornalistas lamentando o acontecimento.

Para o jornalista Alberto Dines, que mantinha a coluna “Jornais dos Jornais” – tratava de analisar a mídia da época –, a cobertura dos jornais paulistas foi melhor do que a dos jornais cariocas. “A imprensa de São Paulo fez um jornalismo mais livre e espontâneo e extremamente responsável. No Rio, ficou claro o noticiário dirigido e controlado” (DINES *apud* GONÇALVES, 2008: 54).

Nota do II Exército explica suicídio de jornalista na prisão

SÃO PAULO (O GLOBO) — O Comando do II Exército distribuiu nota oficial informando que o jornalista Wladimir Herzog, da Tv-Cultura, se enforcou na tarde de sábado, em dependências daquela unidade, após prestar declarações e confessar-se militante do Partido Comunista Brasileiro.

O corpo do jornalista, liberado através da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, está sendo velado no Hospital Albert Einstein e será sepultado hoje, às 10 horas, no Cemitério Israelita.

Figura 12 - Acervo *O Globo* – 27 de outubro de 1975

II Exército anuncia suicídio de jornalista

O jornalista Wladimir Herzog, de 38 anos, diretor do Departamento de Jornalismo da TV-Cultura, Canal 2 e que se suicidou na tarde de sábado nas dependências de um órgão do II Exército, segundo nota oficial deste, será sepultado hoje no Cemitério Israelita do Butantã, no km 13,5 da rodovia Raposo Tavares.

O corpo de Wlado — como era conhecido entre os amigos — sairá às 10h30 do velório do Hospital Albert Einstein, no Morumbi, onde vem sendo velado desde as 17 horas de ontem.

Wladimir Herzog deixa esposa e dois filhos menores: ela, Clarice, 34 anos, publicitária; os garotos: Ivo, de 9 anos, e André, de 7, ambos



Figura 13 – Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 27 de outubro de 1975

O assunto foi relevante para suscitar o debate: “A evidência do assassinato despertou reações da sociedade civil, sobressaltou políticos de todas as colorações e mobilizou o meio intelectual, estudantil e religioso” (GONÇALVES, 2008: 54). A partir desse momento, pode-se afirmar que a *Folha de S. Paulo* passou a atuar com um pouco mais de liberdade (GONÇALVES, 2008).

Em 1976, *O Globo* divulgou entrevista exclusiva com o ministro do Planejamento, Reis Velloso. No texto, afirmava que o Brasil havia atingido o fundo do poço no começo de 1975, mas que a economia não parava de crescer. O título já informava: “Brasil superou a crise e economia já se recupera”. A matéria era manchete do jornal que trazia “economia brasileira já está em plena recuperação”.

No entanto, como demonstrou manchetes dos jornais *Folha* e *O Globo*, a seca e outros problemas sociais preocupavam o governo. Jennifer Hermann (2011) também afirma que medidas para melhorar a situação econômica não encabeçavam as prioridades:

Ao longo do governo Geisel, embora a preocupação com o processo inflacionário estivesse presente, o objetivo de vencer os desafios do desenvolvimento parece ter predominado na condução da política econômica. No que tange à inflação, o governo foi capaz apenas de evitar sua aceleração (HERMANN, 2011: 84).

Além da economia, outra promessa cumprida parcialmente foi a abertura política. O presidente encontrou medidas de evitar que o processo se desse rápido demais – a oposição havia crescido, as cassações começaram a vencer e estudantes voltaram a protestar nas ruas. Entre 1976 e 1977, usou o AI-5 para cassar mais mandatos, censurou programas de televisão e fechou o Congresso por duas semanas para fazer uma reforma política. As mudanças na Constituição ficaram conhecidas como “Pacote de abril”, em 1977. Como a oposição havia crescido, as medidas trataram de diminuir os poderes dela em relação às eleições. A partir daquele momento, o mandato de presidente passou a ser de seis anos, e não mais cinco, as votações para o cargo também continuaram a ser indiretas, bem como para o de governador e prefeito.

No dia seguinte ao recesso decretado para o Congresso, a *Folha* publicou editorial dando razão às decisões do presidente em fechá-lo. O texto do dia 2 de abril informava: “o país observa com aprovação o fato de o presidente da República ter apresentado o recesso como medida de caráter reformista e não como uma punição ao Congresso”³⁰.

Políticos do MDB criticaram a reforma. O assunto foi capa da *Folha* do dia 16, em que o deputado Alencar Furtado afirmava que “democracia não se faz pela vontade de um homem, mas pela manifestação soberana do povo”³¹.

³⁰ Fonte: Acervo *Folha de S. Paulo*, 2 de abril de 1977

³¹ Fonte: Acervo *Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 1977

Geisel assina a Emenda Constitucional n.º 8 e reabre o Congresso Nacional

Consumada a reforma política

Os mandatos dos presidentes da República serão de 6 anos	Os governadores serão eleitos indiretamente por um colégio	Um em cada 3 senadores será eleito indiretamente	A Constituição poderá mudar com quorum de maioria absoluta
--	--	--	--

O presidente Geisel, recorrendo aos poderes que lhe confere o Ato Institucional n.º 5, assinou ontem emenda constitucional e seis decretos-leis, promulgando as chamadas reformas políticas. Firmou também ato complementar que reabre o Congresso Nacional a partir de hoje. Entre as mudanças na Constituição, algumas não se referem à esfera política.

“O Governo — disse o assessor de imprensa do Planalto, coronel Toledo de Camargo — não vai apresentar justificativa para suas decisões. Não haverá nota, documento ou pronunciamento do presidente ou de qualquer outra autoridade do Poder Executivo

Figura 14 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 15 de abril de 1977

Em janeiro de 1977, em uma reunião com o Diretório Nacional da Arena, Geisel oficializou diálogo para democratizar o país. No encontro, o deputado Francelino Pereira afirmou que “a democracia não é possível sem partidos políticos nos quais cabe captar os anseios da sociedade”. Já em maio de 1978, o governo anunciou uma série de novas reformas políticas que começaram a iniciar o processo de abertura. Entre elas, estava previsto o fim do AI-5 e a volta do “habeas-corpus”. O formato final, divulgado com exclusividade pela *Folha de S. Paulo*, no dia 12 de março de 1978, trazia algumas medidas que nada tinham de democráticas e outras consideradas pequenos avanços.

FOLHA DE S. PAULO

Editor Responsável: Boris Casoy • São Paulo, domingo, 12 de março de 1978 • Um jornal a serviço do Brasil • Ano LVII • N.º 17.573 • Al. Barão de Limeira, 425 • Cr\$ 5,00

Em primeira mão: estas são as reformas

A substituição do AI-5 por salvaguardas de defesa do Estado e as restantes reformas políticas preconizadas pelo governo deverão ser feitas por meio de 17 emendas à Constituição vigente.

A reforma institucional — elaborada por setores do Executivo e ora divulgada com exclusividade pela “Folha” (com a ressalva de que é uma das alternativas em exame pelo Planalto) — permitirá que o presidente da República ainda casse mandatos, suspenda direitos políticos, configure pena e restrinja o habeas-corpus, que em “esse” volta a vigorar plenamente.

O presidente poderá decretar o estado de sítio sem a necessidade de aprovação do Congresso Nacional.

Na, no entanto, uma novidade no caso das punições: o acusado terá oito dias de prazo, na fase de investigação sumária, para defender-se.

Conforme o presidente já havia anunciado

ciado em sua mensagem ao Congresso, a reforma virá sob a égide do “pacote de abril”, já que basicamente as modificações introduzidas na Constituição no ano passado serão mantidas.

No que se refere ao habeas-corpus, a emenda a ser introduzida na Constituição prevê que o presidente da República poderá pedir a suspensão, com prazo certo, da garantia do habeas-corpus em casos de crimes políticos contra o regime, a segurança nacional, a ordem econômica e social. A competência para o julgamento desse pedido presidencial caberá ao Superior Tribunal Militar.

Cassações

Quanto às cassações, o artigo a ser inserido na Carta terá a seguinte redação: “O presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos

pelo prazo de dois a dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, nos casos de subversão do regime democrático e atentado contra a segurança nacional. Parágrafo 1º — Ao indiciado assegurar-se-á, na fase de investigação sumária, defesa no prazo não excedente de oito dias e em segredo de Justiça. Parágrafo 2º — Lei complementar poderá dispor sobre outras restrições para quem tenha sofrido as sanções previstas neste artigo”.

Sítio

Atualmente, a Constituição prevê a decretação de estado de sítio em dois casos: grave perturbação da ordem ou ameaça de sua interrupção; e guerra. Em ambas as circunstâncias, os decretos devem ser submetidos ao Congresso Nacional até cinco dias após sua edição, não podendo ter prazo de vigência superior a 180 dias.

A nova proposta governamental pre-

coniza mais um caso para a decretação do estado de sítio: “Quando os poderes da União, ou um deles, a Independência do País, a integridade do território nacional estejam ameaçados de maneira grave e imediata”.

O sítio poderá ser decretado, no primeiro dos casos, sem ser submetido ao Congresso Nacional. O presidente terá apenas de ouvir o Conselho de Segurança Nacional, o presidente da Câmara dos Deputados e os líderes da maioria e da minoria nas duas casas do Legislativo. O prazo de vigência, contudo, fica reduzido para 60 dias.

O artigo da atual Carta que diz: “a emenda à Constituição será promulgada pelas mesas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem” será acrescido — pelo projeto do Planalto — desta frase: “desde que aprovada pelo presidente da República”.

Os parágrafos referentes à apreciação de veto presidencial apostos em matérias aprovadas pelo Congresso serão suprimidos. De acordo com a sugestão do novo “pacote”, o Congresso perderá a prerrogativa de examinar vetos.

A fidelidade partidária ficará suspensa pelo prazo de 120 dias quando se tratar da apreciação de emendas constitucionais. A argumentação é de que, estando o parlamentar imbuído de poderes constitucionais, não poderá seguir orientação partidária.

Em Brasília, comentava-se na última semana que o Governo vem recebendo pressões para adiar o plano de reformas. A discussão em torno do tema da anistia teria gerado um clima de descontentamento nos setores militares mais conservadores.

A íntegra do anteprojeto de reformas nas págs. 4 e 5.

Figura 15 – Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 12 de março de 1978

Nesse ponto, o jornal se posicionou, por meio de editorial, de maneira cautelosa: considerou que o conjunto de reformas era, de fato, positiva, “embora basicamente insuficiente para promover a total redemocratização do país”. Nesse período, o periódico já havia mudado de postura e não se continha tanto por receio da censura.

Prova disso foi a edição do dia 5 de março, em que o jornal publicou o “Dossiê censura”, afirmando que era a primeira vez que as proibições da censura aos jornais apareciam na imprensa brasileira. A reportagem, cujo título foi “Fica proibida a divulgação de...”, apresentou, na íntegra, as determinações que a Censura Federal transmitia aos jornais naquele período. No dia 8 de junho, a censura prévia à imprensa escrita chegou ao fim – embora tenha sido mantida nas mídias de rádio e televisão (VILLA, 2014).

No dia 14 de março, *O Globo* publicou manchete reproduzindo opinião do senador Petrônio Portella, ao afirmar “reforma divulgada não aperfeiçoa regime e contraria diálogo”. Mesmo contrariando o governo, a *Folha* não concordava totalmente com a reforma que poderia iniciar o processo democrático no país.

Em 4 de janeiro de 1978, Geisel anuncia o general João Baptista de Figueiredo como sucessor. O pacote de reformas foi essencial para deixar o terreno preparado para a transição à democracia no governo Figueiredo (VILLA, 2014).

2. 8 Figueiredo

João Baptista de Figueiredo tomou posse no dia 15 de março de 1979. “Foi o presidente mais econômico em citações de “democracia” na cerimônia de posse: apenas duas vezes. E foi na sua presidência que, aos trancos e barrancos, o país encerrou o regime militar” (VILLA, 2014: 264).

Ainda no ano anterior, quando era candidato da Arena, Figueiredo manifestava interesse na aproximação de um regime democrático. A capa d’*O Globo* de 22 de julho trouxe o pronunciamento dele sobre ser “favorável a mudanças no modelo econômico brasileiro, por entender que a atual abertura política tem necessariamente de ser ligada a uma abertura econômica”³².

Antes da troca de gestão, era possível perceber a mudança que o país passava naqueles últimos anos de regime militar. De acordo com o historiador Marco Antonio Villa (2014), a sociedade brasileira passava por momentos decisivos de transição do sistema político. “Na antevéspera da posse de Figueiredo, 180 metalúrgicos entraram em greve no ABC. O Brasil não era mais o mesmo. A ditadura tinha acabado. Mas a democracia plena ainda não havia nascido” (VILLA, 2014: 261).

³² Fonte: Acervo *O Globo*, 22 de julho de 1979

Quanto a isso, o presidente anunciou, em março de 1979, um prazo para a volta integral da democracia plena: 18 meses, no máximo. O caminho para um país mais democrático, aos poucos, era construído. No dia 28 de agosto de 1979, por exemplo, o presidente Figueiredo deu um importante passo. Ele sancionou a Lei nº 6.683, que dava a anistia a diversas pessoas entre o período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Alguns dias depois, a *Folha* divulgou notícia de que o Superior Tribunal Militar julgou 40 processos e beneficiou 326 pessoas com a Lei da Anistia. Entre os absolvidos, estava o ex-governador Leonel Brizola. O órgão também liberou informações de desaparecidos e pessoas já consideradas mortas.

Em dezembro, houve outro avanço para a volta da democracia: a reforma política foi sancionada por Figueiredo, por meio da Lei nº 6.767. A principal mudança era a fragmentação partidária, condensada anteriormente entre Arena e MDB. A partir daquele momento, outros partidos surgiram, tais como o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Social (PDS), o Partido dos Trabalhadores (PT). O MDB incluiu a palavra “partido” e tornou-se PMDB.

Em 1979, também aconteceu o “segundo choque do petróleo” e a crise acabou forçando o Brasil a racionar energia e a pensar em alternativas ao insumo. O preço do barril, nesse período, chegou a US\$ 40. O impacto dos aumentos fez com que, no ano de 1980, o governo adotasse medidas para conter a inflação.

Em setembro, Iraque e Irã entraram em conflito. A *Folha de S. Paulo* destacou na manchete que o motivo da guerra seria o petróleo. No Brasil, as consequências continuaram a afetar a sociedade. A manchete do dia 30 do mesmo mês anunciou campanha do governo para que a população reduzisse em 50% o consumo de gasolina e em 10% o de óleo diesel.

Na nova década, as promessas de democracia pareciam estar mais próximas da realidade. Editorial da *Folha* questionou o *boom* da abordagem do sexo em diversas áreas – como a pornochanchada no cinema – e argumentou que, em parte, era consequência do fim da censura prévia e que viviam-se novos tempos. O editorial condenou que houvesse censura para evitar o que “não só existe, mas é do conhecimento público”, como desculpa para a censura política e à informação.

Em 1982, houve eleições diretas para governador. Aos poucos, a abertura política se tornava mais próxima da realidade. Dois anos depois, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para trazer as eleições diretas para presidente foi apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB/MT) e, a partir de então, a rotina do país seria modificada com a campanha das Diretas-Já. A *Folha* defendeu o movimento abertamente. No

dia 16 de abril de 1984, o cartunista Fausto publicou charge em que um homem está em frente ao Congresso Nacional com uma placa que dizia: “Votem na emenda Dante para que o Brasil não continue como Dantes”³³. O editorial publicado no mesmo dia fala da importância da aprovação da PEC. Ele fala de democracia, espírito pacífico e de vontade nacional.

O Globo afirmou, também na mesma data, que a campanha pró-diretas “impulsionou a dinâmica da abertura, despertou o governo para certas responsabilidades de liderança institucional que não vinham merecendo o zelo necessário e prestou um serviço útil aos interesses da república”³⁴. O editorial ainda reforçou que o Brasil não deveria parar de agir, caso a emenda não fosse aprovada.

No dia 26 de abril, a PEC foi votada, mas não obteve o número necessário de votos para ser concretizada. Nessa data, a *Folha de S. Paulo* comprovou o apoio às diretas com editorial intitulado “Cai a emenda, mas não nós”³⁵. Nele, afirma que “não mediu esforços, desde o início, para que a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciado e estimulado”. Ainda fez um apelo aos cidadãos:

Neste momento de amargura é fundamental preservar aquilo que tem sido a força do movimento. Em lugar do tumulto, a tranquilidade; em lugar do desespero, a persistência; em lugar do desânimo, a vitalidade renovada a cada revés. [...] É preciso aprender com os erros, certamente; mais importante é não abandonar os acertos. [...] A emenda Dante de Oliveira está derrotada, não nós. (*Folha de S. Paulo*, 26 de abril de 1984: 2)

O Globo não publicou nenhum texto opinativo sobre o assunto no dia da votação. No entanto, noticiou, além do factual dos desdobramentos, que no momento em que o resultado foi divulgado, crises de choro e gritos foram algumas das reações do público no Comitê Pró-Diretas da Zona Sul, no Rio de Janeiro, e em outros pontos da cidade.

³³ Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 1984

³⁴ Fonte: acervo *O Globo*, 16 de abril de 1984

³⁵ Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 26 de abril de 1984



Figura 16 - Fonte: acervo Folha de S. Paulo - 26 de abril de 1984

Com o projeto de emenda das diretas-já rejeitado, a sucessão de Figueiredo passou a ser ainda mais comentado e questionado. O próximo presidente seria decidido por meio de eleições indiretas. Entre disputas partidárias para decidir quem concorreria ao posto, definiu-se pela chapa de Tancredo Neves e José Sarney, pelo PMDB, enquanto na oposição, garantia-se Paulo Maluf, pelo PDS.

Tancredo foi eleito no dia 15 de janeiro de 1985. No entanto, não chegou a assumir o cargo. Com a saúde enfraquecida, o quase presidente faleceu antes de tomar posse. Sarney ocupou o lugar dele e, em seu governo, tentou conter a inflação.

2.9 Cobertura dos jornais

O Globo e a *Folha de S. Paulo* apoiaram o golpe de 1964. O apoio não foi escondido. Ao contrário, era visto de bom gosto por boa parte da sociedade. À época, o golpe, ou melhor, a “revolução” era o “mal necessário” para garantir democracia e para evitar expansão do comunismo, que ameaçava outros países.

No início, após a derrubada de Jango, “a mídia e os militares tiveram um período de lua de mel, que não foi interrompido mesmo quando ficou claro que a ditadura não seria breve quanto fora previsto”³⁶ (PILAGALLO, 2014)

Ao longo dos anos, os dois jornais continuaram a defender as ações dos governantes militares, com discurso entusiasmado pela mudança no curso da gestão política do país. No final de 1960 e início da década seguinte, com o AI-5, a cobertura começou a se adequar às imposições dos militares. Com censores dentro das redações, a atuação dos jornais ficou limitada. Nesse contexto, a liberdade cerceada modifica o modo de produção das notícias e, principalmente, dos conteúdos de opinião.

2.10 Folha de S. Paulo

A *Folha de S. Paulo*, assim como a maioria dos jornais da época, apoiou o golpe militar de 1964, bem como os governos que sucederam a gestão de Castelo Branco. No entanto, com o passar dos anos, em especial, a partir da década de 1970, o periódico começou a defender a abertura política, sendo o primeiro a levantar tal bandeira.

“De 1969 até 1972, a Folha atravessou um período negro, em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava” (ABRAMO, 1988: 87). Desse modo, a *Folha* procurou não confrontar a censura, intensificada no mandato Medici. O periódico acatava “as orientações dos censores, comunicadas por telex ou telefone, praticando a autocensura” (PILAGALLO, 2014).

O ilustrador Nelson Coletti colaborou com as charges no período inicial do regime militar – entre 1964 e 1966 – e afirmou que tinha liberdade para criar os desenhos na *Folha de S. Paulo*. Ele sempre acompanhava o noticiário e, em geral, tinha ideia do que ilustrar. Na rotina produtiva, os temas também eram debatidos com o editor-chefe do jornal. Segundo ele, a partir de 1965 ficou difícil fazer charges principalmente sobre o governo. Nos anos que se seguiram, trabalhou de acordo com a linha editorial do jornal. “A pressão era bastante grande

³⁶ Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/157543-imprensa-apoiou-ditadura-antes-de-ajudar-a-derruba-la.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2014

sobre a redação e diversas charges minhas foram censuradas pela direção da *Folha* para evitar problemas com o governo”³⁷.

De acordo com o chargista, a orientação da direção do jornal era para desenhar charges que não fossem contra ou a favor do governo, limitando-se apenas a fatos corriqueiros, como manifestações a problemas rotineiros de trânsito, enchentes e alguns fatos pitorescos que aconteciam na cidade e no Brasil.

O jornalista Cláudio Abramo (1988) afirmou, no livro *A regra do jogo*, que a passagem para os anos 1970 significou um momento importante para a *Folha*. “Era um momento de mudança política no Brasil [...]. O golpe estava esgotado, o que ficou claro quando o general Geisel iniciou o processo de abertura e reduziu a força dos militares. O jornal também precisava mudar” (ABRAMO, 1988: 87). O jornalista Marcos Augusto Gonçalves afirmou, no livro *Pós-Tudo: 50 anos de cultura na Ilustrada*, que “sentia-se um sopro de otimismo naqueles meados da década de 70. Alguma luz parecia à vista, depois dos tenebrosos anos do governo Medici” (2008: 52). De acordo com o jornalista Oscar Pilagallo (2014), “a Folha acreditou no projeto de abertura e fez uma reforma editorial que deu voz à sociedade civil, franqueando suas páginas a intelectuais de oposição”.

Em 1975, o jornal passou a apresentar potencial como concorrente ao *Estado de S. Paulo*. “Começou a se tornar mais influente no debate político brasileiro, mostrando-se disposto a provocar discussões e a questionar a ditadura” (GONÇALVES, 2008: 52).

Naquele ano, em junho, o periódico passou por mudanças decisivas: lançou uma seção de opinião reestruturada e mais completa em relação ao que era feito anteriormente – um editorial na página 4 e uma charge política que, nos anos anteriores mais intensos da ditadura, desapareceram (GONÇALVES, 2008).

A nova seção, ao contrário, ocupava a página 2 do primeiro caderno inteira e contava com um editorial, uma coluna de Brasília – que logo ganhou as versões do Rio de Janeiro e de São Paulo –, dois artigos assinados, a coluna Análises/Perspectivas e uma charge – porém nem sempre era publicada.

Além das mudanças estruturais, o jornal também passou a contar mais com o trabalho de intelectuais de esquerda – Fernando Henrique Cardoso, Plínio de Arruda Sampaio, Alberto

³⁷ Nelson Coletti concedeu entrevista para o desenvolvimento desta pesquisa

Dines, Mino Carta, Glauber Rocha, Paulo Francis, Newton Rodrigues, entre outros. Na ilustração, entrou o cartunista Angeli.

Em 1975, a morte do jornalista Vladimir Herzog fez regredir a ideia de que a ditadura esfriava com o passar do tempo. “Era uma demonstração de que o projeto de abertura de Geisel encontrava a forte resistência dos porões da repressão e de adversários da cúpula militar” (GONÇALVES, 2008: 54). Para a redação do periódico, esse momento foi como um “divisor de águas, em que o jornal se comportou com liberdade e empurrou as coisas um pouco além do que alguns julgavam possível” (GONÇALVES, 2008: 54).

Em 1976, a *Folha* deu um salto na cobertura. Em junho, lançou a coluna “Tendências/Debates” que se tornou espaço privilegiado e bem procurado no que diz respeito a assuntos políticos. Para a missão de debater política, a coluna abrigou intelectuais com ideais variados. Foi “um novo passo para tornar o jornal mais agressivo e mais próximo da esfera de prestígio na qual reinava o *Estadão*” (GONÇALVES, 2008: 55).

A ousadia do periódico pôde ser notada em uma edição de setembro de 1977, em que Lourenço Diaféria – cronista, contista e colunista do caderno de cultura, Ilustrada – assinou coluna com o título “Herói. Morto. Nós”. No texto, ele falava sobre o gesto nobre de um sargento que morreu para salvar um menino caído em um poço, no Zoológico de Brasília:

Prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias. O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na praça Princesa Isabel – onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer – oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar. O povo quer herói sargento que seja como ele: povo (DIAFÉRIA *apud* GONÇALVES, 2008: 60)

A coluna causou ao jornalista a acusação de ferir a Lei de Segurança Nacional (LSN) e investigação. Poucos dias depois, Diaféria foi preso em casa. Como resposta, a redação do periódico decidiu publicar, no dia seguinte, espaço em branco no local que deveria aparecer a coluna. Por telefone, o chefe da Casa Militar avisou à redação que, caso o periódico circulasse novamente com o mesmo buraco na página, o jornal seria fechado. De acordo com Marcos Augusto Gonçalves (2008), a *Folha* nunca tinha chegado a esse limite. O episódio resultou na saída de Cláudio Abramo da direção e o evento ficou conhecido como “caso Diaféria”.

Apesar disso, Abramo (1988) reconheceu que as modificações que ajudou a construir dentro do jornal naquele período transformaram o modo como ele foi conduzido dali em

diante. Para ele, a “reforma da *Folha* representou uma mudança completa de atitude, de comportamento, que até hoje permanece um pouco” (1988: 89).

Com a saída de Abramo, entrou Tarso de Castro, um dos fundadores do *Pasquim*, conhecido por ser inimigo do regime militar. Ele “mudou a diagramação e deu mais visibilidade a personagens e temas da esquerda cultural” (GONÇALVES, 2008: 62). Ainda em 1977, lançou o suplemento *Folhetim* – que surgiu com proposta semelhante a do *Pasquim* –, que discutia temas inclinados à esquerda, entre entrevistas, reportagens, cartuns e opinião (GONÇALVES, 2008). O suplemento foi essencial para “difundir a imagem de ‘esquerda’ que o jornal ia adquirindo” (GONÇALVES, 2008: 66). O *Folhetim* acabou por reforçar o novo perfil que o jornal construía com o passar dos anos de tal modo que chegou a ser chamado de “pasquinção” durante a transição dos anos 1970 para 1980. Segundo Gonçalves, havia se tornado “um ‘jornalão’ com jeito diferente” (2008: 66).

Embora a *Folha* tenha acatado orientações dos censores do governo no período mais duro do regime, foi o primeiro jornal, alguns anos depois, a partir de 1983, a adotar campanha pelas Diretas Já (PILAGALLO, 2014). Disse, em editorial publicado em 17 de abril de 1984, um dia depois da passeata que reuniu um milhão e meio de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, que “as faces do país alteram-se. Vivemos momentos decisivos para os destinos da nacionalidade. Diretas-já”. A partir de 1985, a *Folha* adotou uma linha editorial com base “na prática de um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista³⁸”.

2.11 O Globo

O jornal carioca defendeu o golpe de tal forma que, anteriormente, quando ainda decidia-se sobre João Goulart ficar ou não no poder após a renúncia de Jânio Quadros, queria-o fora do sistema presidencialista (PILAGALLO, 2014).

Em 2013, *O Globo* publicou editorial explicando o apoio: “Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart”³⁹. O texto deixou claro que, em 31 de março de 1964, a redação sofreu um atentado de fuzileiros navais que apoiavam o ex-presidente. No dia 1º, o periódico

³⁸ Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1985.shtml>. Acesso em: 26 mai. 2014

³⁹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 25 mai. 2014

não circulou, somente no dia seguinte. Nesse dia, o editorial “Ressurge a democracia” foi sinal claro de que não havia dúvidas do posicionamento do diário.

De acordo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2013), *O Globo* foi o jornal mais leal ao governo Castelo, mesmo após a determinação do AI-2. Apoiar o novo ato institucional era uma forma de patriotismo e um passo necessário para cumprir os objetivos da revolução de devolver ao país a ordem democrática que precisava naquele momento. No editorial do dia 28 de outubro de 1965, dois dias depois da instauração do AI-2, *O Globo* afirmou que após um ano e meio no poder, “não houve um só gesto ou decisão sua que pudesse ser inquinado de excessivo ou classificado como de abuso de poder”. Concluiu que o ato continha, “em seus artigos, preceitos que realmente atendem aos interesses do país e da administração pública”.

Com o fim do mandato de Castelo, o jornal se posicionou favoravelmente à sucessão, porém colocou ressalvas ao novo presidente, de que não deveria dar ouvidos aos que eram contrários ao governo anterior e que, então, pareciam simpatizar com o sucessor.

Na visão do veículo, segundo Motta (2013), a eleição indireta para presidente era a melhor opção naquela época porque o país não “suportaria o choque das eleições diretas” (MOTTA, 2013: 74). Para ele, na verdade, existia receio de que o regime pudesse não ser aprovado em uma eleição direta e, portanto, as chances de mudança propostas com a “revolução” não fossem concluídas.

Motta (2013) coloca que *O Globo* aceitava um regime ditatorial razoável, onde fosse possível governar o país com leves doses de autoritarismo – o mal necessário para os ideais da revolução – e de ações liberais (MOTTA, 2013).

No mandato Costa e Silva, *O Globo* foi o jornal “mais simpático ao AI-5, o que tornava desnecessário enviar censores militares para sua redação. [...] O jornal de Roberto Marinho evitou defesa aberta do novo AI e optou por linha cuidadosa” (MOTTA, 2013: 81). Ao contrário, defendia que os militares fizessem o que fosse necessário para evitar atos anarquistas. O diário foi um dos poucos “a não manifestar discordância com o novo surto autoritário em preparação desde abril de 1968. [...] Criticou violentamente o que chamou ‘agitação’ e ‘anarquia’ nas ruas, e demandou ação do governo para impedir a desordem” (MOTTA, 2013: 80).

3. Por trás da charge

3.1 A imagem

Em uma reportagem sobre um grupo que reuniu charges de artistas do mundo inteiro para falar sobre a paz, a *Folha de S. Paulo* observa que a “nossa civilização é visual e, desde os cartazes publicitários ou políticos, até as ilustrações que compõem os livros e revistas, é a imagem que em primeiro lugar retém nossa faculdade de percepção”⁴⁰. O jornal conclui, dessa maneira, que a imagem faz parte da vida e influencia o modo como as pessoas a compreendem.

Para Antonio Luiz Cagnin (1975), a imagem é compreendida como uma representação “imitativo-figurativa” de alguma coisa (1975: 32). Em outras palavras, ela é a cópia de determinado elemento.

De acordo com Jacques Aumont (2007), não há possibilidade de se olhar uma imagem sem carregar, nesse ato, contextos – sociais, técnicos ou ideológicos. A relação que se cria entre imagem e espectador é o que constrói o sentido de imagem e, portanto, a percepção visual. Para ele, “não há imagem sem percepção de uma imagem” (AUMONT, 2007: 73).

A imagem, em essência, funciona como mediadora entre o espectador e a realidade e pode “garantir, reforçar, reafirmar e explicitar nossa relação com o mundo visual” (AUMONT, 2007: 81). Ela possibilita, por exemplo, dar informação sobre o mundo e conceder valor estético a experiência humana, oferecendo sensações visuais que geram prazer.

Onici Claro Flôres (2002), doutora em linguística, no livro *A leitura da Charge*, aponta que o conceito de imagem é estabelecido a partir de dois pontos: 1) representações visuais: composta por objetos que representam o campo visual existente no mundo; 2) representações mentais: visões, fantasias e elementos construídos mentalmente. Quando relacionados, entende-se que a imagem é entendida a partir de tais referências visuais e mentais. Portanto, não existe imagem criada apenas pelo que se vê e, do mesmo modo, apenas pelo que se imagina. A compreensão é construída pela união dos dois fatores.

Outro aspecto é o reconhecimento que a imagem permite identificar. Nesse ponto, encontra-se uma propriedade importante dada à caricatura. Como “muitas características visuais do mundo real encontram-se tais quais nas imagens” – por meio das formas, das cores, dos tamanhos e das texturas – (AUMONT, 2007: 82), tem-se a noção de “constância

⁴⁰ Fonte: acervo *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1975

perceptiva”, que está “na base de nossa apreensão do mundo visual, ao nos permitir atribuir qualidades constantes aos objetos e ao espaço, está também no fundamento de nossa percepção das imagens” (AUMONT, 2007: 82).

Com a constância perceptiva, é possível reconhecer objetos e características de pessoas por mais que haja tempo prolongado sem contato visual. “O caricaturista capta invariantes do rosto, que não tínhamos necessariamente notado, mas que, a partir de então, poderão desempenhar o papel de índices de reconhecimento” (AUMONT, 2007: 83). É por meio desse conceito, também, que se torna possível identificar elementos completos, mesmo que haja distorções em sua composição, como é o caso da caricatura.

3.3 A caricatura e o riso

Na caricatura, exalta-se o que há de mais característico de uma personalidade, seja um nariz grande, uma boca pequena ou bochechas excessivamente redondas. A ideia é que a simetria saia do controle para destacar aquilo que mais chama a atenção no caricaturado de modo a ridicularizá-lo e torna-lo cômico.

O escritor Henri Bergson (2001), no livro *O riso*, ao questionar o que viria a ser a fisionomia cômica, argumenta que, para responder isso, seria necessário entender o que é a feiura. Nesse sentido, atribui à deformidade a reação cômica causada. Segundo ele, “é incontestável que certas deformidades têm sobre as demais o triste privilégio de poder, em certos casos, provocar o riso” (2001). Para ele, “pode-se tornar-se cômica toda deformidade que uma pessoa bem conformada consiga imitar” (2001: 15).

O filósofo Aristóteles também partia da ideia de que o cômico se relacionava com a noção do “feio”. Afirmava isso porque, para ele, a comédia, diferentemente da tragédia, imitava ações de homens inferiores (SANTOS; ROSSETTI, 2012).

Bergson coloca, no entanto, que tal potencial cômico não necessariamente está relacionado diretamente com personalidades que tenham deformidades – consideradas feias. “Por mais regular que seja uma fisionomia, por mais harmoniosas que suponhamos as suas linhas, por mais flexíveis os movimentos, jamais o equilíbrio dela será absolutamente perfeito” (2001: 17). Bergson aponta que os rostos têm expressão e eles revelam as mais variadas possibilidades de estado de alma, mas que a comicidade de determinada face apresenta, porém, nada além do que mostra: “É uma careta peculiar e definitiva”. Assim, por mais perfeita que uma pessoa possa parecer, cabe ao caricaturista encontrar os traços risíveis dentro da sua imperfeição natural e humana. “A arte do caricaturista consiste em captar esse

movimento às vezes imperceptível e em torna-lo visível a todos os olhos mediante ampliação dele” (BERGSON, 2001: 17).

Para isso, Bergson aponta a necessidade, muitas vezes, de se procurar detalhes pertinentes na hora de reproduzi-los aos mondes de uma caricatura.

O caricaturista que altera a dimensão de um nariz, respeitando-lhe a fórmula, alongando-o, por exemplo, no mesmo sentido em que o alongou a natureza, de fato faz esse nariz caretear: daí por diante o original nos parecerá, por sua vez, ter querido se alongar e fazer a careta. Nesse sentido, poderíamos dizer que a própria natureza não raro consegue o êxito do caricaturista. No movimento pelo qual rasgou certa boca, encolheu certo queixo, avolumou uma bochecha, parece que conseguiu ir ao extremo da sua careta, iludindo a vigilância moderadora de uma força mais razoável. Rimos então de um rosto que é por si mesmo, por assim dizer, a sua própria caricatura (BERGSON, 2001: 17)

O autor argumenta, ainda, que apesar de a caricatura ser uma arte que valoriza o exagero, há ressalvas. Nem sempre o exagero é uma característica da caricatura. Segundo o autor, algumas apresentam mais verossimilhança que o próprio retrato e outras que nem se percebem as distorções (BERGSON, 2001). “Para parecer cômico, é preciso que o exagero não pareça ser o objetivo, mas simples meio de que se vale o desenhista para tornar manifestas aos nossos olhos as contorções que ele percebe se insinuarem na natureza” (2001: 17). Assim, a arte da caricatura às vezes requer mais que os excessos: precisam-se acentuar, com inteligência e coerência, as assimetrias da personalidade caricaturada.

Também não é certo afirmar que a caricatura, por valorizar muitas vezes aspectos assimétricos e exagerar características consideradas feias, tenha como objetivo o deboche. O riso, que é um ponto chave da caricatura, exerce importante papel. Para o filósofo francês Henri Bergson, “o riso tem função social e deve, assim, ter uma significação social” (2001: 9). Verena Alberti⁴¹, no livro *O riso e o risível*, considera que “o riso e o cômico são literalmente indispensáveis para o conhecimento do mundo e para a apreensão da realidade plena” (2002: 12). Dessa forma, o humor é peça essencial para a construção da caricatura.

⁴¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora em Teoria da Literatura pela Universität Gesamthochschule Siegen, na Alemanha e pós-doutora em Ensino de História pelo Institute of Education da University of London.

3.4 A compreensão da charge

Como já destacado, a imagem é carregada de sentidos e interpretações influenciados por experiências vividas pelas pessoas. Na charge, a compreensão do significado da mensagem contida nela depende do mesmo princípio. Para entender o que é retratado na ilustração, é necessário que o público consiga perceber o fato existente nela.

Assim como a notícia, a charge é construída a partir de um fato considerado noticioso – em condições de virar informação. Nesse sentido, tal construção é realizada a partir de uma linguagem específica: une elementos visuais com elementos mentais que, juntos, são capazes de indicar um terceiro sentido – aquele que o ilustrador deseja passar ao público e que, geralmente, tem objetivo de ironizar os elementos apontados separadamente, ou seja, o fato por trás do desenho e/ou os elementos visuais que envolvem esse fato.

A charge tem um caráter icônico que a define: ele é uma representação dos objetos da realidade sem, no entanto, ser uma cópia fiel. Para compor o caráter icônico, a charge é construída a partir de elementos gráficos, tais como as linhas, os pontos e as massas. Separados, não significam nada para a compreensão de uma ideia, mas quando estão combinados, tem-se o “sintagma icônico”. Sintagma significa o conjunto de componentes que dependem entre si e que, juntos, formam uma relação lógica. Assim, o sintagma icônico diz respeito a um combinado de itens que atribuem iconicidade à ilustração⁴².

Mas, embora se relacione as características gráficas às ideias mentais do autor da charge, a compreensão do público só será atingida se ele estiver inserido no contexto em que tais elementos estão enquadrados. Nesse sentido, embora o elemento visual da charge traga a vantagem da compreensão rápida de um assunto e ainda possibilite o questionamento, há condições que impedem determinados grupos de entendê-la. A charge em que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, é representado com um corpo de corvo em cima de um jornal cuja manchete é a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros é um bom exemplo: antes de tudo, é preciso entender a situação em que Lacerda se insere no fato da charge – a renúncia de Jânio Quadros. Ele era visto como a personalidade política de oposição que agourava o cargo da presidência, visto que era desejo dele se eleger ao posto. E, mesmo entendendo a posição do governador, é necessário perceber o sentido figurado de um corvo: alimentar-se da desgraça

⁴² 42 Informações retiradas da dissertação de mestrado “Intertextualidade e ironia na interpretação de charges”, da pesquisadora Avanúzia Ferreira Marias. Disponível em: <www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/3596/1/2010_diss_%20AFMatias.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014

do outro. Juntando os elementos visuais às ideias mentais e ao contexto histórico, é possível ter noção do objetivo central da charge.

É nesse sentido que o especialista em quadrinhos Antonio Luis Cagnin (1975) separa três contextos icônicos importantes para a compreensão da charge: contexto intracônico, intericônico e extraicônico.

O contexto intracônico diz respeito à relação entre os diversos elementos gráficos próprio do desenho – linha, ponto, forma, etc –, que não têm sentido sozinhos, como já citado. Combinados, criam uma imagem compreensível e, portanto, significado.

O contexto intericônico é a relação entre duas ou mais imagens. Na charge, como aponta a pesquisadora Avanúzia Ferreira Matias⁴³ (2010), não é tão comum, pois tal característica é atribuída mais à tirinha.

O contexto extraicônico apresenta dois contextos internos: o situacional e o global. De modo geral, o contexto extraicônico está relacionado ao mundo externo: é quando se associa a imagem à cultura, à história e às vivências pessoais e sociais de cada indivíduo (MATIAS, 2010). Os dois outros contidos nele compõem essa ideia: o situacional diz respeito “ao conjunto de elementos comuns ao emissor e ao receptor no ato da comunicação” (CAGNIN, 1975: 46). O global envolve “todas as implicações culturais e espaço-temporais” (CAGNIN, 1975: 46).

A pesquisadora em linguística Onici Flôres (2002) diz que “utilizamos nossa experiência anterior para exprimir abstrações, sutilezas, através da personificação, a representação concreta passa a indicar algo difícil de ser posto em palavras” (2002: 25). Dessa forma, o leitor participa ativamente e contribui para dar sentido completo à charge. Quando há o recurso textual, a compreensão da peça gráfica é facilitada.

No que diz respeito ao entendimento da composição espacial da imagem – em que aqui, nesta pesquisa, se refere especificamente à caricatura –, é possível observar a ideia de “tela” apresentada pelo pesquisador Giovrandro Ferreira⁴⁴ (2012: 107). Para ele, a tela é “um espaço concreto que implica a presença de seus próprios limites”. O quadro “é limitação, separação, seu primeiro efeito é seletivo: ele delimita materialmente um interior e um exterior”. Por existir essa barreira entre o que há dentro do desenho e o que há fora, entende-se que o conteúdo interno não revela a realidade, embora fale sobre ela.

⁴³ Avanúzia Ferreira Matias é mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará

⁴⁴ Doutor em Ciências da Informação Medias pelo Institut Français de Presse et Communication

O autor explica que “enquadrar quer dizer: Veja aqui uma representação”. O objeto enquadrado entra em diálogo com o leitor-espectador. “Nesse sentido, o quadro define um corte na origem da construção do sentido”. O sentido é conduzido pelo autor da imagem – pelos limites da tela –, mas, ao mesmo tempo, não se completa sozinho. Assim, mais uma vez, o contexto do espectador é importante na construção da mensagem visual.

3.5 Humor gráfico: a “arte ferina”

O escritor Joaquim da Fonseca (1999), no livro *Caricatura: A imagem gráfica do humor*, chama a caricatura de “arte ferina” porque os traços do desenhista podem transformar personalidades em vítimas ridicularizadas. Por causa disso, ao longo do tempo, são inúmeros os casos em que ilustrações causaram desordem na sociedade e mudaram cenários políticos.

Fonseca (1999) cita o caso de um candidato à prefeitura de Porto Alegre que não conseguiu se eleger por causa do trabalho do cartunista Sampaio. Na charge dele, o atual prefeito apresenta a cidade para o candidato, dando a entender que ele não fazia ideia do lugar que iria atuar, se eleito.

Em 2005, o jornal dinamarquês *Jyllands Posten* publicou uma série de 11 charges sobre o Islã⁴⁵. O conjunto de ilustrações causou comoção e revolta na comunidade mulçumana. Milhões protestaram em todo o mundo, com atentados a embaixadas, bandeiras queimadas e mais de duzentas mortes. Uma delas ganhou destaque: a caricatura de Maomé com uma bomba no lugar do turbante.

⁴⁵ Disponível em: <noticias.bol.uol.com.br/internacional/2010/02/28/caricaturista-dinamarques-autor-de-charge-sobre-maome-conta-como-mudou-sua-vida.jhtm>. Acesso em: 20 mai 2014.



Figura 17 – caricatura de Maomé feita por Kurt Westergaard

A charge de Kurt Westergaard tirou dele a liberdade de ir e vir: desde a publicação, ele e a família precisaram se mudar com frequência e trocar o carro uma vez por semana devido a tentativas de assassinato. Atualmente, com 78 anos, ainda vive escoltado e a habitação em que mora é protegida por seguranças e por mecanismos de tecnologia.

Fonseca (1999) também lembra que o líder fascista Benito Mussolini, na Itália, determinou, por meio de lei, não ser caricaturado. Quino, cartunista argentino famoso pelos quadrinhos da *Mafalda*, precisou deixar o país por causa dos trabalhos que produzia durante a repressão argentina.

Assim, de modo geral, as caricaturas sempre foram motivo para a insatisfação das personalidades que viram alvo de artistas. Socialmente, esse descontentamento revela que o papel da charge é mostrar a crítica e gerar reflexão. “Além de orientar ou refletir a opinião do público a que se dirige, é também sua voz, o que a torna uma forma de expressão importante e temida” (FONSECA, 1999: 12).

3.6 O surgimento do humor gráfico

A caricatura, tal como se conhece hoje, não nasceu em uma data específica. Muitas características dos desenhos da antiguidade podem ser entendidas como traços que passaram a fazer parte da arte caricatural. De acordo com Fonseca (1999), foi no final do século XVI e início de XVII que se pode definir um período claro do surgimento da caricatura. Ludovico Carracci (1555 - 1619) fundou uma academia em Bolonha, na Itália, onde eram ensinadas as bases da arte de artistas do Renascimento e da observação da natureza. Ele, junto com dois primos, desenhou, a partir da observação do movimento das ruas da cidade, uma série de 80 tipos populares de pessoas que andavam por ela. Os desenhos foram publicados em 1646 com o título de “Diverse Figure Al Numero di Ottata” (FONSECA, 1999).

Uma definição dada por Annibale Carracci, um dos primos de Ludovico, complementou o sentido de caricatura que eles retrataram nos desenhos à época e a maneira como ela é entendida até hoje:

A natureza em si tem prazer em deformar as feições humanas: ela dá para uma pessoa um nariz grosso e, para outra, uma boca grande. Se estas inconsistências e desproporções têm em si mesmas um efeito cômico, então o artista, ao imitá-las, pode acentuar sua impressão e causar risco a um espectador (CARRACCI *apud* FONSECA, 1999: 50 – 51)

Fonseca (1999) aponta que, após a publicação do livro, o trabalho dos Carracci passou a ser imitado. No entanto, o autor observa que é preciso considerar que existiu “uma série de precursores cujo trabalho tem que ser levado em conta se quisermos conhecer não apenas o resultado, mas também os passos que levaram ao seu surgimento” (FONSECA, 1999: 51). Os Carracci foram essenciais para definir um “método caligráfico” de desenho e, portanto, dar forma aos moldes que fizeram nascer a caricatura. O termo tornou-se conhecido mais tarde: foi introduzido nos dicionários apenas no século XVIII.

A popularidade da caricatura consolidou-se na medida em que as técnicas de impressão se desenvolviam e se aprimoravam. De acordo com Luiz Beltrão (1960), a ilustração solidificou espaço definitivo nos jornais, no século XIX, devido à descoberta da fototipografia e da fotogravura. O ofício se tornou, com o passar do tempo, cada vez mais viável.

O crescimento da arte caricatural se deu paralelamente ao da imprensa (FONSECA, 1999). Com o aumento do número de periódicos em circulação, as ilustrações passaram a

fazer parte do conteúdo dos jornais, e eram compostas de charges, caricaturas, cartuns e tiras de quadrinhos (SANTOS; ROSSETTI, 2012).

Ilustrações eram inseridas com o objetivo de criticar a vida política ou social de uma sociedade. O surgimento da imprensa impulsionou “o desenho humorístico e crítico como forma jornalística” (BELTRÃO, 1960: 26). Exemplo disso pode ser notado nas charges do artista inglês James Gillray que, no século XIX, brincavam com a política na Inglaterra (SANTOS; ROSSETTI, 2012).

Em 1910, na França, foi fundado o primeiro diário ilustrado, o *Excelsior* (BELTRÃO, 1960). O jornal priorizava as imagens em vez do texto para informar a população. De lá para cá, a junção entre caricatura e jornalismo evoluiu e deu novo olhar ao trabalho caricatural. Ilustrações ligadas aos fatos do cotidiano possibilitavam tratar de assuntos importantes da sociedade de maneira debochada e irônica sem descaracterizar a seriedade dos assuntos. A caricatura possibilitou dar maiores recursos à imprensa para falar de temas políticos.

3.7 Humor gráfico no Brasil

No Brasil, já nos primórdios do desenvolvimento do país era notável o uso de ilustrações para debochar do poder público. A primeira caricatura brasileira foi a de Manoel de Araújo Porto Alegre, em 1837, e já trazia a crítica como elemento principal. Na ilustração, o artista criticava propinas recebidas por um funcionário do governo (FONSECA, 1999).

Angelo Agostini, italiano naturalizado brasileiro, foi o primeiro chargista e cartunista a criar um jornal de charges no Brasil. Com a publicação semanal paulista *O Cabrião*, fez críticas ao governo de Dom Pedro II. O periódico durou apenas um ano, de 1866 a 1867, mas foi suficiente para gerar repercussão e sofrer processo judicial em função de uma caricatura publicada.

Em 1876, Agostini inaugurou a *Revista Ilustrada*, que alcançou público grande, com quatro mil exemplares, número que nunca havia sido atingido por outra publicação do tipo na América Latina (FONSECA, 1999).

Novas tecnologias técnicas chegaram à imprensa no Brasil a partir de 1895, quando os jornais estavam mais organizados como corpo empresarial (FONSECA, 1999). O *Jornal do Brasil*, fundado em 1893, levou o caricaturista Celso Hermínio para criar ilustrações no periódico utilizando técnicas inovadoras. A partir disso, *O Correio da Manhã* e também *O País* inovaram tecnicamente.

No início do século seguinte, diversas publicações estouraram e trouxeram a ilustração como recurso gráfico e opinativo. Entre elas, *Malho* (1902), *A Avenida* (1903), *Kosmos* (1904), *Tico-Tico* (1905), *Fon-Fon!* (1907) e *Careta* (1908). Fonseca (1999) destaca a revista *Ilustração Brasileira* (1922), com design luxuoso.

De acordo com José Marques de Melo (2003), é por volta da década de 1960 que a imprensa brasileira se vê diante de um processo de modernização. Novas tecnologias são adotadas na rotina produtiva e abordagens parecidas com a do jornalismo norte-americano são incorporadas. Um exemplo disso é a apropriação de textos que emitem opiniões assinadas por jornalistas e intelectuais diversos. O jornal *Última Hora*, criado pelo jornalista Samuel Wainer, no Rio de Janeiro, foi o primeiro a adotar o modelo. A partir disso, outros impressos acompanharam a tendência.

Neste cenário, as ilustrações ganham espaço nos jornais como gênero opinativo (MELO, 2003). Para José Marques de Melo (2003), a imagem se difere do texto na assimilação do conteúdo informado:

Muitas vezes, o leitor interessado em saber rapidamente o que acontece, e que se limita a uma visita d'olhos pelo jornal, escapa a uma adesão, a um posicionamento quanto às opiniões explícitas do veículo. É claro que nesse contato, por mais breve que seja, com o veículo, o leitor naturalmente incorpora uma certa ótica do real. Mas isso fica limitado a um nível inconsciente. Já no caso da imagem, que produz um impacto imediato, seja pela evidência, seja pelo eventual humorismo, nota-se uma participação consciente na captação do cotidiano. (MELO, 2003: 163)

O autor destaca que há, claramente, ilustrações usadas com mero objetivo informativo e gráfico. Mas alguns tipos delas são específicos do gênero opinativo: a caricatura e a charge. Elas se apresentam nos jornais com teor crítico, satírico e/ou humorístico. Portanto, apresentam juízos de valor e são consideradas manifestações de opinião (MELO, 2003).

3.8 Tipos de humor gráfico na imprensa

Entre as ilustrações enquadradas como gênero opinativo estão a caricatura, a charge, o *cartum* e a tirinha. A primeira só foi possível ser adaptada aos jornais quando a litografia – técnica de gravura sobre papel utilizada para impressão – tornou-se parte da produção jornalística. Por outro lado, a distribuição dos impressos ganhou força e permitiu que novas tecnologias fossem incorporadas à rotina produtiva (MELO, 2003). As imagens ilustradas possibilitaram, ainda, que mais pessoas tivessem acesso à informação, ampliando as

possibilidades para quem não tinha condições de entender e interpretar bem o que era noticiado em texto.

De acordo com Melo (2003), a caricatura pode ser definida jornalisticamente de duas formas: é representação da figura humana, porém com características que venham do grotesco ou do cômico e também pode ser uma maneira de se expressar artisticamente por meio de um desenho humorístico. A partir da caricatura, têm-se outras espécies de ilustrações. Melo (2003) caracteriza-os como caricatura, de fato, charge, *cartum* e tirinha.

A caricatura, na definição do autor, é “o retrato humano ou de objetos que exagera ou simplifica traços, acentuando detalhes ou ressaltando defeitos” (MELO, 2003: 167). Tais características servem para gerar o riso e a ironia.

A charge vem do verbo francês “charger”, que significa “carregar”, mas pode ter o sentido de “exagerar” e, inclusive, “atacar violentamente (uma carga de cavalaria)” (FONSECA, 1999: 26). A charge, para Melo (2003), é a “crítica humorística de um fato ou acontecimento específico”. Nela, leva-se em consideração um assunto tratado na mídia e que o público já tem conhecimento. Pode vir acompanhada de texto ou não. Os autores Roberto Elísio dos Santos e Regina Rossetti apontam a charge como “um comentário ilustrado” (2012: 80) a partir de algum fato atual difundido na mídia.

O chargista do jornal *O Estado de S. Paulo* Gilberto Maringoni diz que a “charge é parte desses ‘penduricalhos’ que o jornal apresenta como material de opinião⁴⁶” (MARINGONI, 1996: 86). Para ele, a charge funciona como um tipo de “editorial gráfico”, parafraseando Fortuna, chargista de jornais como *Correio da Manhã*, *Folha de S. Paulo* e *O Pasquim*.

Com uma diferença, lembrava ele: enquanto num artigo o autor pode, após um contundente ataque, emendar um “mas-contudo-toda-via”, na charge estes malabarismos de estilo não são muito permitidos. A charge - palavra que vem do francês carga, de “carga de cavalaria” - não permite muitas acrobacias de estilo e conteúdo. A charge ou é contra ou é a favor. É porrada ou não. (MARINGONI, 1996: 86)

O *cartum* se diferencia da charge porque geralmente acolhe personagens fictícios para tratar de assuntos da realidade. Melo (2003) coloca que “representa uma expressão criativa do caricaturista, que penetra no domínio da fantasia, mas mantém-se, contudo, vinculado ao espírito do momento, incorporando eventualmente fatos e personagens”. Fonseca (1999) apresenta o *cartum* como a charge que não tem obrigação de tratar de um fato atual. Roberto

⁴⁶ Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/4316/4046>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Elísio dos Santos e Regina Rossetti colocam que o *cartum* “permanece engraçado mesmo depois de décadas de sua publicação, porque aborda situações atemporais, privilegiando o comportamento humano e suas contradições” (2012: 81).

Já a tirinha é a história em quadrinhos propriamente dita, composta por imagens com narrativas que combinam imagem e texto. No jornal impresso, vem em forma seriada (MELO, 2003). Essas duas últimas espécies estão mais ausentes do universo do jornal por não possuírem “limites de tempo e espaço. São criações da livre imaginação do desenhista”. Fonseca afirma que o elemento básico dos quadrinhos “é o painel, um desenho simples encerrado em uma moldura geralmente retangular ou quadrada, que fica ao mesmo tempo isolado e em relação íntima com os outros painéis da sequência” (FONSECA, 1999: 27). Já a caricatura e a charge estão ligadas ao jornalismo porque o humor vem do real e conseguem expressar fatos da realidade:

A caricatura reproduz a imagem isolada dos personagens vivos da cena noticiosa. A charge contém a expressão de uma opinião sobre um determinado acontecimento. Ambas as espécies só adquirem sentido no espaço jornalístico, porque se nutrem dos símbolos e valores que fluem permanentemente e estão sintonizados com o comportamento coletivo. (MELO, 2003: 168)

Segundo os autores Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002), a caricatura e a charge têm um espaço importante na escrita brasileira porque “sempre foram um meio de comunicação de assuntos sérios, sem a sisudez da linguagem convencional” (SODRÉ; PAIVA, 2002: 69). É uma maneira diferenciada de opinar sobre os fatos do cotidiano, sem as mesmas linhas tradicionais no modo de narrar da escrita.

3.9 O grotesco no humor gráfico

Poderiam se encaixar na categoria dada pelos autores do que seria o grotesco crítico. Para eles, o grotesco crítico é “um recurso estético para desmascarar convenções e ideias, ora rebaixando as identidades poderosas e pretensiosas, ora expondo de modo risível ou tragicômico os mecanismos do poder abusivo” (SODRÉ; PAIVA, 2002: 69).

O dicionário Houaiss define o grotesco como aquilo “que se presta ao riso ou à repulsa por seu aspecto inverossímil, bizarro, estapafúrdio ou caricato”. Ainda acrescenta que nas artes pode ser colocado como “categoria estética cuja temática ou cujas imagens privilegiam, em seu retrato, análise, crítica ou reflexão, o disforme, o ridículo, o extravagante”. Portanto, a crítica é feita por meio da descaracterização do real, embora se trate de um fato da realidade.

O recurso faz com que determinadas particularidades do objeto da charge ou da caricatura sejam realçadas para que se crie uma situação de comédia e desconforto capaz de incitar o deboche e a crítica.

3.10 Caráter noticioso da charge

Por que alguns assuntos são escolhidos como tema para a charge de uma edição de jornal? Como definir qual fato merece ser “caricaturado”? Para compreender essa questão, faz-se necessário incluir o conceito de valor-notícia. Segundo Mauro Wolf (1985), os valores-notícia “são regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redacionais” (WOLF, 1985: 86). Em outras palavras, são formas de nortear o trabalho do jornalista a respeito do que deve ser considerado um fato noticioso.

Para compreender por que alguns fatos se destacam de outros, há diversas questões a serem observadas. Como em um editorial, por exemplo, o diário pode optar por publicar charges de determinado assunto por decisão própria, mas tal escolha não é feita arbitrariamente, visto que também leva-se em consideração a liberdade criativa do autor do desenho.

Porém, a própria preferência do veículo em falar de uma questão em detrimento de outra é uma maneira de definir o valor-notícia das ilustrações. De acordo com o jornalista Mario Mario L. Erbolato (2002), entre os critérios de noticiabilidade para a notícia, estão os de “política editorial do jornal”. Se aplicado à charge, considerada como um comentário ilustrado, poderia ser “escolhida” pelo periódico com critérios que o próprio veículo considera importantes para, assim, veiculá-la.

No entanto, claramente, o assunto a ser abordado também tem interesse público: podem-se enquadrar o critério de “importância”, em que o editor responsável determina qual, entre as opções de notícia, é a mais relevante para o público; o de “utilidade”, no sentido de que o comentário ilustrado aborda um tema que deve, não apenas levar um posicionamento, mas também gerar debate na sociedade; o de “repercussão”, quando o assunto tem grande apelo no meio social para ser difundido e, o principal, o de “atualidade”, quando, além de ser importante, o fato é recente.

Embora não tenham sido definidos critérios de noticiabilidade específicos para a charge, é possível verificar que existe lógica na escolha dos temas a serem ilustrados.

Portanto, pode-se aplicar critérios para as ilustrações de humor. Uma das características da notícia que pode ser aplicada à charge é a transitoriedade⁴⁷: Ambas têm o “tempo” como determinante para a importância da mensagem que emitem. Após certo período, a informação não é mais tão relevante quanto na data em que o fato anunciado aconteceu. Sendo o humor gráfico uma forma também de falar do fato diário, justifica-se, assim, o uso dos valores-notícia.

3.11 O Globo ilustrado

A primeira charge d’*O Globo* foi publicada no dia 29 de julho de 1925, pelo cartunista Raul Pederneiras, na edição de estreia do jornal. No desenho “encontro de forças”, é mostrada a disputa entre a “despesa” e a “receita”, criticando o desequilíbrio que existia nas contas públicas do governo da época. A despesa ganhou em cima da receita. Com a publicação, “o jornal firmava um princípio que jamais abandonou ao longo dos anos no país e no mundo: o de reconhecer a importância de cartuns, charges e caricaturas na informação que o leitor busca em suas páginas”⁴⁸.



Figura 18 - Fonte: acervo *O Globo* – 29 de julho de 1925

⁴⁷ Disponível em: <www.bocc.uff.br/pag/bocc-kika-criterios.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014

⁴⁸ Disponível em: <memoria.oglobo.globo.com/humor/raul-pederneiras-9042331>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Marcelo Monteiro foi responsável pelos trabalhos na seção de esporte. Desenhos criados para os personagens de Nelson Rodrigues – na coluna “A sombra das chuteiras imortais” – ficaram marcados na história do jornal.

Nos cadernos do diário, as charges políticas do cartunista neozelandês David Low ficaram conhecidas por criticar a política da Inglaterra na década de 1960. Realizou, ainda, trabalhos em que satirizou os ditadores Adolf Hitler, Mussolini e Stalin.

Na década de 1980, *O Globo* aumentou intensamente a produção de desenhos de humor. Henfil – pseudônimo de Henrique de Souza Filho – passou a compor a equipe de cartunistas em 1983. A primeira charge foi especial para o dia do trabalho, em que ele apresentou o personagem Orelhão, um operário do movimento sindical⁴⁹.



Figura 19 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 1º de maio de 1983

Chico Caruso iniciou, em 1984, uma série de trabalhos que diferenciaria a cobertura política até então. Publicadas sempre nas primeiras páginas, as charges brincavam com personalidades, principalmente políticas – mas também da cena cultural, esportiva e de

⁴⁹ Disponível em: <acervo.oglobo.globo.com/charges-e-humor/na-estrela-de-henfil-operario-orelhao-ironiza-dia-do-trabalho-9041508>. Acesso em: 20 mai. 2014

generalidades –, com referências artísticas. Recriou quadros famosos da pintura clássica em cima de caricaturas e fez personagens sérios da política brasileira virarem alvo da risada do público.

Foi ele quem inaugurou a cor nos desenhos d’*O Globo*. Nela, ilustrou Luiz Inácio Lula da Silva – na época, presidente do Sindicato dos metalúrgicos – deitado em uma cama fazendo alusão à obra “Lição de anatomia”, do pintor Rembrandt⁵⁰.

Em 1985, o ilustrador Miguel Paiva representou os desdobramentos políticos das eleições presidenciais. Tancredo Neves e Paulo Maluf – candidatos – ficaram marcados pelo humor depositado nos desenhos do cartunista.

A partir daquele ano, a redação passou a contar com computadores de última geração à época – o departamento de arte do jornal começou a produzir ilustrações e demais produções gráficas com computadores *Macintosh*. O tempo de execução de uma peça gráfica passou de cinco horas para quase uma hora, o que facilitava o trabalho da equipe⁵¹.

Nesse sentido, periódico passou por diversas mudanças gráficas, editoriais e estruturais ao longo das edições: Sempre a cada 10 anos, o que abarca os três períodos observados neste trabalho e mostra que o tempo foi determinante para as mudanças na apresentação do humor gráfico nas páginas do jornal. Como ilustra o cartunista Chico Caruso, em 1995:

⁵⁰ Disponível em: <acervo.oglobo.globo.com/charges-e-humor/na-primeira-charge-em-1925-desequilibrio-das-contas-publicas-9059264#ixzz33EHCaesa>. Acesso em: 20 mai. 2014

⁵¹ Disponível em: <memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/computador-na-redaccedilatildeo-9173808>. Acesso em: 20 mai. 2014.

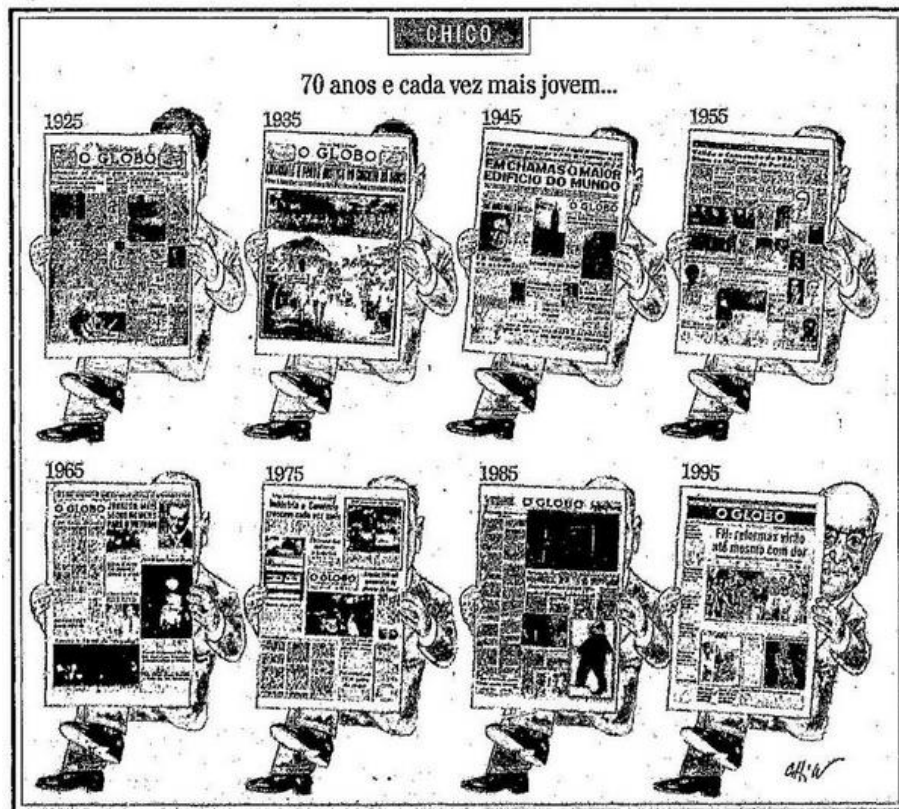


Figura 20 - Fonte: acervo *O Globo* – 1995

3.12 A Folha ilustrada

Destaque dos primórdios da história da *Folha de S. Paulo* foi o cartunista Belmonte – pseudônimo para Benedito Bastos Barreto. A participação no jornal começou em 1921, quando o periódico ainda era *Folha da Noite*. O personagem Juca Pato foi o mais memorável da carreira do artista. “Juca representava o cidadão comum, trabalhador, honesto, pagador de impostos, perplexo, irritado e às vezes apoplético contra os desmandos do custo de vida, da burocracia, da corrupção política e da exploração do povo” (FONSECA, 1988: 238). Foi censurado durante o Estado Novo e precisou modificar os assuntos que abordava nos cartuns. Passou a criticar o nazismo e chegou a sofrer ameaças e tentativas de amordaçamento (FONSECA, 1988: 238).

Nelson Coletti e Orlando Mattos foram responsáveis pelas charges publicadas ao longo da década de 1960 na página 4 – destinada aos textos de opinião – da *Folha de S. Paulo*. No contexto do golpe militar, os desenhos foram verdadeiros comentários políticos. Orlando Mattos chegou a ser processado pelo então governador de São Paulo, Ademar de

Barros, por causa da caricatura que fez satirizando-o em relação às intenções de combate à corrupção.

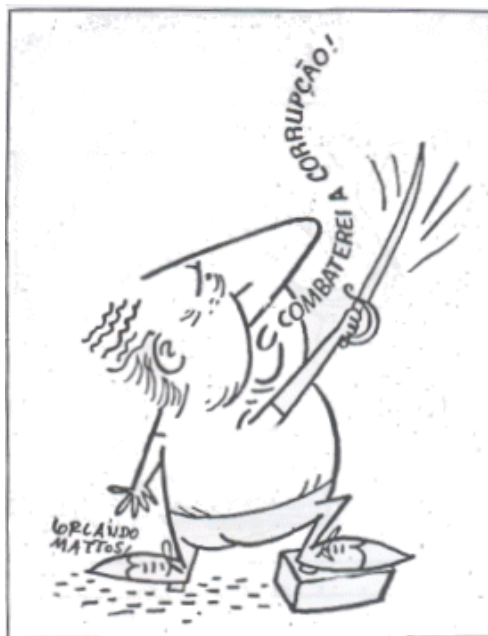


Figura 21 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 9 de setembro de 1964

De acordo com pesquisa de acervo realizada para este trabalho, durante o período de 1971 a 1974, a *Folha* não publicou editoriais ou charges. Em 1975, com as mudanças motivadas pela chegada do jornalista Cláudio Abramo, a seção de opinião foi renovada – passou a ser publicada na página 2 e a contar com novos artigos e colunas – e a redação da *Folha* recebeu o cartunista Angeli. Produziu charges e tiras cômicas no periódico – e ainda faz parte da equipe. Criou diversos personagens satíricos, entre eles, o AI-5, que, nas palavras do cartunista, “era um cara que não deixava ninguém falar” (GONÇALVES, 2008: 205).⁵² A partir de então, as ilustrações deixaram de ser diárias e passaram a ser publicadas esporadicamente.

O diário cobriu intensamente as Diretas-Já em uma espécie de campanha, como demonstrou também na cobertura textual. Após as mudanças editoriais na década de 1975, o diário passou a contar com profissionais de oposição ao regime e isso ficou claro nas páginas do jornal. Foi o primeiro deles a defender as diretas rumo à democracia no país.

⁵² Citação retirada de entrevista concedida ao jornalista Marcos Augusto Gonçalves, publicada no livro *Pós-tudo: 50 anos de cultura na Ilustrada* (2008)



Figura 22 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 17 de abril de 1984

Os ilustradores Fortuna e Fausto foram outros dois colaboradores importantes nesse período em que se discutia a abertura política. Ambos produziram trabalhos que evidenciaram a proposta da *Folha* em apoiar a redemocratização do país.



Figura 23 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* - 18 de abril de 1984

4. Análise das charges d'*O Globo* e da *Folha de S. Paulo*

4.1 Considerações metodológicas para a análise

Para a realização do presente trabalho, será executado um estudo exploratório de ilustrações selecionadas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* durante o período de regime militar no Brasil. O método histórico será utilizado como apoio para possibilitar a pesquisa. Por meio do resgate das charges presentes nos periódicos estudados, será possível compreender, sob a perspectiva das ilustrações, como a ditadura militar foi abordada nesses jornais.

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar os períodos de sua formação e de suas modificações (MARCONI; LAKATOS, 2006: 91)

De acordo com Marconi e Lakatos, com esse método, é possível preencher “os vazios dos fatos e acontecimentos” (2006: 91-92). Como o regime militar foi um período longo e de importância histórica e social para o Brasil, é necessário voltar aos fatos, repensar seus desdobramentos e buscar completar possíveis questões mal respondidas.

A descrição da abordagem das charges nos jornais e a análise serão divididas em duas etapas: a primeira diz respeito às impressões gerais, baseadas em toda a pesquisa de observação realizada para o trabalho; a segunda dá espaço para análise específica de charges selecionadas. A primeira parte dará apoio para a segunda.

A seleção das charges se deu sobre critérios de temas relevantes abordados nos anos analisados. Em 1964, o golpe, as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, a corrupção e a inflação. Em 1975, os assuntos centrais giraram em torno da queda da economia brasileira – com a crise do petróleo – e a corrupção. Por fim, em 1985, as charges foram escolhidas a partir do tema mais importante desse ano: a redemocratização. Com isso, os bastidores das eleições presidenciais foram palco central das ilustrações analisadas. Procurou-se, a partir dos critérios de seleção escolhidos e em cima da disponibilidade de opções nos jornais, tentar variar os autores das charges para apresentar, na pesquisa, diversidade na forma de retratar os fatos ilustrados.

Para a *Folha de S. Paulo*, como o periódico publicava charges praticamente todos os dias, foi escolhida uma a cada dois meses a partir de março – mês do golpe militar. Sendo assim: Há quatro charges em cada ano analisado – março, junho, setembro e dezembro.

No caso d’*O Globo*, as charges eram publicadas apenas algumas vezes e, portanto, seria inviável escolher ilustrações nos mesmos períodos analisados na *Folha*, pois não é possível assegurar publicações em datas iguais. Por isso, optou-se por selecionar quatro charges durante cada ano sob o critério da disponibilidade.

A partir de então, para a análise específica, foi utilizado um esquema de modo a facilitar o entendimento da abordagem das charges nos jornais durante o período. A análise será dividida em três eixos: 1) eixo jornalístico: Nessa etapa, a prioridade é verificar se os jornais utilizaram charges dentro do que se considera jornalismo opinativo e se os temas abordados apresentavam relevância jornalística – valor notícia. 2) Eixo histórico: apontar qual era o contexto histórico das charges apresentadas, se estavam diretamente ligadas ao tema da ditadura militar ou se tratavam de outros assuntos. 3) Eixo conceitual: Será verificado se as charges apresentaram características utilizadas nesse tipo de ilustração (intertextualidade, metáfora, ironia, paródia, polifonia).

Durante o processo de pesquisa, notou-se que um estudo voltado para a análise do significado das mensagens das charges – por meio da semiologia – poderia ter relevância e contribuição ao trabalho. No entanto, a proposta desta pesquisa se dá no âmbito da abordagem feita pelos jornais e não sobre o que tais charges quisessem dizer em suas publicações. Do mesmo modo, estudar o discurso apresentado em cada charge seria um aprofundamento não compatível com o objetivo do trabalho, categorizado, principalmente, como descritivo. Não busca-se, assim, entender qual foi a visão ideológica presente nas ilustrações e quais mensagens apresentavam, mas sim, explorar o conteúdo a fim de descrever e descobrir como os periódicos utilizaram as charges no período da ditadura militar.

4.2 Análise geral da Folha de S. Paulo

A *Folha de S. Paulo*, em 1964, publicava charges diárias no caderno 4 acompanhadas do editorial. Por sempre estarem ao lado do texto opinativo, considera-se as ilustrações como comentários, como espécie de editorial gráfico.

No período geral analisado, verificou-se que as charges abordavam sempre assuntos relacionados ao governo e que continham repercussão política. No início desse ano, o grande debate era a má gestão do então presidente João Goulart. A maioria das charges mostrava um

Jango debilitado por não dar conta de cuidar do país: em várias delas, aparecia com curativos, correndo, fugindo de algo ou alguém, caindo ou diminuído.



Figura 24 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 6 de fevereiro de 1964

A charge do cartunista Nelson Coletti (figura 24), publicada no dia 6 de fevereiro de 1964, mostra João Goulart apagando a vela do primeiro ano como presidente do país. Os traços do rosto de Jango, no entanto, revelam que algo não está indo bem: a dificuldade de gestão – refletidos pelos resultados econômicos pouco expressivos, por exemplo – e a relação conturbada com a oposição – que não concordava com as reformas de base propostas pelo estadista. Outros elementos reforçam essa hipótese: o suor saltando exageradamente do corpo mostra que, ao apagar aquela vela, representa-se todo o esforço que Jango teve naquele ano para conduzir o país, de acordo com o jornal. O ambiente reforça sinais de desequilíbrio do então presidente: mesa e quadro tortos e linhas do chão não definidas proporcionalmente.

A Marinha também foi tema de ilustrações nas semanas que antecederam o golpe militar. No dia da derrubada, especificamente, a charge apresentada era a de um navio recebendo trovoadas de todos os lados. A ideia era a de que a crise no setor alastrava-se e gerava problemas nos debates políticos entre governo e oposição. Não à toa, foi, por isso, o estopim para o golpe.

As críticas eram feitas explicitamente e, muitas vezes, se destacavam dos jornais pela rápida assimilação. No desenho, basta o leitor direcionar os olhos à charge, sem prolongar-se muito até compreender a situação representada.

Com Castelo Branco no poder, as charges mudaram de tom: de críticas ao governo, passaram a elogiosas demonstrações de apoio à posse. O clima geral era de esperança de haver modificações nos cenários político e econômico. O presidente apresentava-se, geralmente, com semblante mais sério e sereno, bem diferente da forma que Jango era caricaturado.

No entanto, a *Folha* também conseguia ser crítica com o governo. Nos editoriais, o diário criticava, porém sempre lembrava da boa intenção do presidente. Já nas charges, não havia espaço para colocar “ressalvas” e a crítica parecia apenas direcionada às ações do governo. O periódico condenava a corrupção, ressaltava níveis baixos do crescimento econômico e falhas na “operação limpeza” – medida do governo para cassar personalidades políticas que pudessem gerar problemas –, entre outras questões.

Os sinais de um regime cada vez mais fechado eram revelados com sutileza nas charges da *Folha*. Em 1966, quando dois partidos – Arena e MDB – foram criados, em virtude da determinação do Ato Institucional nº 2 – de 1965 – que extinguiu partidos políticos, a *Folha* publicou charge que, com bom humor, brincava com as mudanças. Na ilustração de Orlando Mattos (figura 25), caricaturas de Castelo Branco e Carlos Lacerda revelavam o clima de impasse político da época. Com as medidas do segundo ato, as relações entre os dois políticos foram cortadas – anteriormente, Lacerda apoiava o regime militar em oposição a Jango.



Figura 25 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 1966

A charge cumpriu o papel de enfatizar o clima tenso de divergência entre o marechal e o governador da Guanabara. Lacerda aparece enfurecido, enquanto o presidente, simpático, segura um violão com semblante tranquilo. Nota-se que o caricaturista Nelson Coletti acentuou os traços de cada personalidade e, por isso, facilitou a assimilação do público. O nariz de Lacerda, por exemplo, é fino, mas o desenho o retrata de tal forma que quase se assemelha a uma agulha. A testa alongada do presidente também era marca registrada das caricaturas. Nesse sentido, como já citado neste trabalho, Bergson (2004), aponta que a tarefa do caricaturista é encontrar o ponto de assimetria da figura representada – geralmente aquele que dará o traço mais característico do caricaturado. Nesse aspecto, essa característica da caricatura é importante, visto que não há indicação dos nomes das pessoas retratadas na charge, é possível reconhecê-las apenas por causa dos aspectos físicos evidenciados.

Os dois partidos surgem representados por um casal de mãos dadas: pode-se inferir que o jornal tinha a intenção de indicar que não haveria exatamente oposição partidária, mas sim, certo protocolo falseado para as decisões no Congresso Nacional.

Costa e Silva foi representado pela *Folha* sempre com os tradicionais óculos escuros que costumava usar, cabelos ondulados e o semblante duro – como boa parte da imprensa da época o fazia.

Em 1968, o diário aliviou a culpa de Costa e Silva de querer endurecer o regime para evitar as confusões entre universitários e governo e culpou militares radicais. As charges, nesse sentido, seguiram o mesmo tom dos editoriais que falavam sobre o assunto (figura 26).



Figura 26 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 1968

Orlando Mattos personificava diversos temas e situações abstratas. Os partidos sempre pareciam sob a forma de uma pessoa. O MDB, por exemplo, era representado por uma mulher (Figura 27).



Figura 27 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 2 de março de 1968

Como entre 1971 e 1974, o conteúdo de opinião do jornal esteve comprometido – Claudio Abramo, no livro *A regra do jogo*, justifica que eram tempos de muita repressão e preferia-se não contrariar os militares –, apenas em 1975 é que se pode notar a maior abordagem de ilustrações nos cadernos do periódico.

Pode-se observar que a partir dessa data, a imagem do presidente não se torna tão evidente nas charges do jornal. O governo – e, em especial, o presidente – continua a ser abordado, mas abre-se mais espaço para comentar outros assuntos, inclusive aumenta-se a quantidade de temáticas internacionais. Além disso, um número maior de colaboradores reveza-se na produção das ilustrações da página de opinião.

Em 1975, diferentemente de 1964, as charges passaram a transitar pelas páginas da *Folha*. Às vezes, o caderno “nacional” ou o caderno “mundo” apresentavam ilustrações vinculadas a alguma notícia do dia.

4.3 Análise detalhada da *Folha de S. Paulo*

Charges de 1964

a) Charge 1 – 31 de março



Figura 28 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 31 de março de 1964

Na visão da *Folha de S. Paulo*, a charge representa o clima tenso instaurando naquele 31 de março – arrastado há alguns meses pelos fatos já citados neste trabalho. O então presidente João Goulart havia dado, no dia 30 de 1964, um discurso no auditório de suboficiais e sargentos das Forças Armadas, localizado no salão do Automóvel Clube, na Cinelândia (RJ). Diante do pronunciamento, que incluía o anúncio de medidas que simpatizavam com ideias comunistas, o ato foi visto como o motivo que faltava para o golpe militar.

A charge revela um navio da Marinha em meio a uma forte tempestade, com águas desniveladas e trovoadas caindo diretamente no veículo. O céu escuro e o barco inclinado acentuam a ideia de desequilíbrio tanto dentro da corporação, quanto no cenário político.

Por que o assunto foi pauta para o único espaço de charge do jornal? Era consenso no país de que havia uma crise e que o futuro do presidente dependia, talvez, do desfecho dela. Como já citado, pode-se afirmar que o assunto era repercutido intensamente naquele período. A *Folha*, por meio da charge, tinha um espaço para se manifestar de outra perspectiva – não apenas por meio de texto. No caso dessa ilustração, em que não há palavras para situar o leitor, a imagem apresenta um meio mais direto de dizer o que pensa. A crise é revelada instantaneamente e de maneira autoexplicativa.

A atualidade, a repercussão e a relevância são alguns dos critérios identificados para se escolher esse assunto para a charge. O tema era debatido e tinha, como palco central, o presidente João Goulart – ampliando a importância do assunto, visto que, com isso, pode-se incluir a “notoriedade” como critério.

O assunto também era importante porque não se sabia qual fim teria a crise. O suicídio de Getúlio Vargas, por exemplo, se deu em meio a uma rebelião militar. Havia suspeitas de intenções golpistas ao governo Jango e o suspense se fortalecia a cada dia.

Portanto, a situação política era delicada. A econômica também: A inflação em 1964 estimava uma taxa anual de 140%, a maior do século (GASPARI, 2002) Assim, revela-se, que tal assunto ganhava repercussão e que, inclusive, motivou a exploração do fato no comentário ilustrado. O jornal não apenas escreveu o que pensava sobre, mas ilustrou o que representava o momento para o diário.

Em relação ao humor, nesta charge, o recurso não foi tão explorado. Mas a ideia da crise foi abordada de modo irônico por meio de uma metáfora – a tempestade em contraponto com marinha, que é uma corporação marítima.

b) Charge 2 – 9 de junho

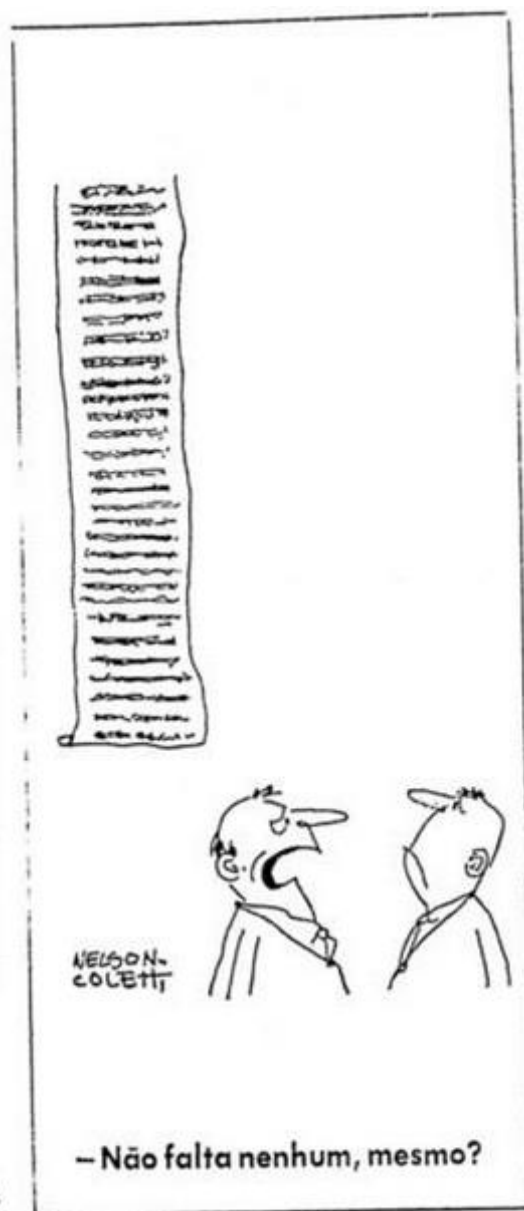


Figura 29 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 9 de junho de 1964

Em 9 de junho, Castelo Branco já estava no poder há quase três meses. Nesse meio tempo, as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos haviam avançado. O assunto foi comentado nas charges da *Folha* de maneira crítica e interessante, se comparado com os editoriais. Nestes, o jornal dizia não concordar completamente com as cassações, apesar de ressaltar a importância delas para que o governo conseguisse prosseguir com os objetivos necessários à democracia, segundo afirmava. O editorial questionava o fato de que algumas personalidades foram cassadas sem direito de resposta e outras que mereciam ser,

não foram. No texto opinativo do dia 9 de junho, mesmo dia em que a charge foi publicada, o diário foi contra a cassação de Cid Franco, embora tenha assumido que discordava de suas opiniões.

Em contrapartida, a charge não demonstra ressalvas “a favor”, o que abre espaço para uma crítica mais dura. Na ilustração, a ideia central é a de que inúmeras pessoas foram cassadas e, mesmo assim, ironicamente, parecia ainda haver quem deveria estar na lista. O tamanho da lista – que entra no espaço da charge sem um início, parece ser continuação de um documento, a princípio, ainda maior – também é apontado de maneira desdenhosa. Tantos nomes e, mesmo assim, há uso indiscriminado e sem critérios do poder do ato que permite cassar mandatos. Nesse ponto, a charge complementa o editorial, recurso nem sempre usado dessa maneira – muitas vezes surgiam autonomamente.

Nesta ilustração, fica claro o uso da ironia para abordar o assunto. O uso do texto colaborou para que esse recurso fosse melhor explorado. A figura de linguagem permite tratar de um assunto, porém abordando uma ideia oposta. A pergunta “Não faltam nenhum, mesmo?” na verdade queria dizer “faltam muitos ainda”. A crítica era a de que as cassações estavam sendo realizadas, de algum modo, arbitrariamente, e que muitas personalidades não estavam na lista, embora tivessem razões para estar. Percebe-se que o contexto extraicônico é relevante para o sentido completo da charge, visto que faz-se necessário que o público entenda todo o debate político em cima das cassações.

Em 1964, pelos editoriais, era notável o apoio da *Folha* ao governo Castelo, mas pelas charges, onde a mensagem é direta e não é há espaço explicar muito, a crítica parecia sobressair. Essa característica é observada ao longo do ano.

No entanto, muitas vezes, a charge, embora fale de um fato específico, não tem compromisso em dar apenas uma possibilidade de interpretação sobre ele (MATIAS, 2010). O caráter polifônico da ilustração de humor aparece na medida em que o público consegue extrair diversas percepções e opções de questionamento.

c) Charge 3 – 12 de setembro



Figura 30 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 12 de setembro de 1964

Nas manchetes dos jornais, à época, a corrupção era um tema bastante repercutido. No dia 12 de setembro, a notícia mais relevante, ao momento, eram as conversas dentro do governo sobre o fim da “verba pessoal” dos deputados. No entanto, havia saído no Diário Oficial da União (DOU) projeto de resolução que distribuiria verbas até 1965. Em editorial, a *Folha* questionava “Extinção, então, mas a partir de quando, se ainda no próximo ano haverá distribuição de auxílios e subvenções por conta da verba pessoal”?

Mais uma vez, editorial e charge se complementam na mesma edição, fato que colabora para a compreensão do contexto em que se passa a charge.

A ilustração apresenta, assim, a personificação da “verba pessoal” em uma cama de hospital, ao lado de um médico que questiona a dificuldade de se acabar com o benefício. Percebe-se, a partir desses elementos, que a metáfora é novamente utilizada para tratar de um assunto político – a temática hospitalar nada tem a ver, na teoria, com o fato, mas liga-se o

fim da verba com a morte do paciente, que não chega nunca. Ainda pode-se inferir a relação ao fato de que a verba pessoal causa um tipo de doença ao equilíbrio da vida política e financeira do país. Assim, entende-se a crítica por meio da apresentação de “uma coisa em termos de outra, disso resultando uma forma de conhecimento obtido interativamente” (FLÔRES, 2002: 25). Tal interação é consolidada pelas percepções do leitor a partir de suas experiências e vivências anteriores.

d) Charge 4 – 25 de dezembro



Figura 31 - Fonte: acervo Folha de S.Paulo - 25 de dezembro de 1964

A charge do dia 25 de dezembro brincou com a data comemorativa do Natal para falar dos problemas que o Brasil deixava em 1964 e das expectativas para o futuro. O chargista Orlando Mattos mostra um Castelo Branco simpático, sereno e calmo, vestido de

Papai Noel e presenteando uma “vida mais barata” aos brasileiros. A ideia é fazer uma crítica leve à economia.

O contexto extraicônico da charge – o papai noel – deixa uma dúvida no ar: se Castelo Branco é a fonte que possibilitará uma vida mais barata ou se existe a ironia de que esse é o presente que todos esperam dele. Entre um e outro, não se deixa de observar que esse é, de fato, o presente que todos querem: melhorias suficientes que possam oferecer, de fato, um custo de vida mais em conta.

Pela simpatia que a caricatura do presidente demonstra, imagina-se que a ilustração também dá a entender que a esperança ainda estava com a “revolução” de abril e que o povo – ou pelo menos o jornal – deveria confiar na missão dada ao presidente de melhorar o país.

No entanto, não basta associar a imagem do “bom velhinho” ao presidente para compreender a ironia. Sem a frase, a peça não teria o mesmo sentido. Assim, imagem e texto se complementam para gerar a interpretação desejada.

Mas, além disso, o resultado requer ainda outro requisito: o contexto extraicônico, apontado por Cagnin (1975), é notado como característica primordial. As referências sociais e econômicas – sejam observadas, por exemplo, nos aumentos dos preços dos alimentos ou pelas notícias de inflação no noticiário – são importantes para o entendimento completo da peça. Essas questões são absorvidas pelo leitor previamente, a partir de outras referências intelectuais e que permitem que ele entenda, ao final, por que “uma vida mais barata” é o presente ideal esperado por todos – segundo o jornal. No caso, é preciso compreender que a inflação estava alta naquele período e que existia uma tentativa de freá-la, bem como a influência da economia para a vida cotidiana.

A população já vinha sentindo os problemas econômicos antes do regime militar. Até o início de 1964, o país estava sob a condição de “estagflação” – quando há a estagnação da atividade econômica ao mesmo tempo em que há aumento da inflação (HERMANN, 2011). A expectativa de melhoria no cenário econômico mostrado na charge talvez tenha se dado, também, pelas medidas do governo para resolver a situação: optou-se por um programa gradual de recuperação da economia, com intuito de não afetar a produção econômica.

Charges de 1975

Em março de 1975, a *Folha de S. Paulo* não publicou charges. As publicações diminuíram desde 1970, quando o periódico preferiu não produzir textos de opinião para não contrariar o governo.

a) Charge 1 – 17 de junho



Figura 32 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 17 de junho de 1975

No dia 17 de junho, foi publicada uma charge ironizando a corrupção e o processo de investigação do governo. O episódio era o envolvimento do então senador Wilson Campos, da Arena de Pernambuco, sobre tentativa de pagamento de propina à fábrica de algodão Moreno em troca de favores políticos. A corrupção ficou conhecida como “caso moreno”.

Na charge, uma criança conta à outra que o avô deixará o caso de herança ao garoto. A ironia é colocada de maneira sutil, embora a crítica seja dura. A combinação do nome do caso

à imagem atribuída a ele – a tartaruga – gera um terceiro significado, de onde resulta a ironia da charge. É perceptível a intertextualidade no desenho: relaciona-se a tartaruga ao sentido de demora e lentidão. Nesse caso, um segundo elemento – o balão com a frase do garoto – reforça a ideia que o ilustrador deseja passar. A junção entre texto e imagem completa o sentido cômico da peça.

A compreensão, por meio do contexto extraicônico, mais uma vez é importante para nortear o leitor a respeito do conteúdo. Sem referências externas, torna-se inviável compreender o assunto do desenho.

b) Charge 2 – 29 de setembro



Figura 33 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 29 de setembro de 1975

A charge publicada no dia 29 de setembro ilustra a consequência do aumento de 10% no preço do barril de petróleo. O novo valor, definido pela Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), significou um abalo na economia mundial. Desde 1973, quando a Opep havia diminuído a oferta do insumo, o mundo inteiro havia mergulhado em uma crise econômica. O desenho revela, assim, de maneira metafórica, o que significaria na

prática a mudança de preço: como o cidadão seria afetado diretamente. O símbolo de porcentagem (%) é utilizado para gerar o aspecto cômico e irônico da charge. Com isso, percebe-se, mais uma vez, a presença da intertextualidade: a força é criada a partir do símbolo, que transmite a ideia de que é o aumento quem causa problema à vida das pessoas.

Esse desenho não contém muitos elementos no quadro. Sem o texto, caso o leitor não estivesse conectado ao noticiário, a charge não teria função informativa ou opinativa.

O assunto abordado sai do quadro ilustrado e transita pelo jornal na manchete e em uma matéria dentro do caderno. Isso significa que ela se apropria de outros recursos informativos e, portanto, mais uma vez exerce a função intertextual.

Apesar de o assunto da charge ser tratado em outras matérias informativas, na seção de opinião, apenas ela fala do assunto do barril do petróleo. Os outros textos opinativos tratam de outros temas. O posicionamento do jornal sobre a questão é dado somente por meio da charge.

c) Charge 3 – 30 de dezembro



Figura 34 - Fonte: acervo *Folha de S. Paulo* – 30 de dezembro de 1975

No dia 30 de dezembro de 1975, o cartunista Angeli desenhou dois cidadãos comentando a possível revogação do Ato Institucional nº 5. Na charge, um informa o outro sobre a possibilidade não se ouvir mais falar no ato. A ironia está na resposta do segundo homem: “Por que? Vai mudar de nome”? A ilustração está profundamente ligada aos debates políticos da época. Geisel prometia abertura política e uma das medidas que daria esperança ao povo sobre ela acontecer de verdade seria o fim do AI-5.

No entanto, nesse mesmo dia, uma nota de canto da página da editoria de assuntos nacionais anunciava que embora reconhecesse “ser reivindicação de importantes setores sociais, o governo não considera, em hipótese alguma, a reforma ou a revogação do AI-5 num prazo previsível”⁵³. Ainda segundo o jornal, as razões do governo para isso eram a falta de argumentos para revoga-lo, a falta de propostas para substitui-lo e o receio de que articulações subversivas e facções extremistas atacassem o Estado. O AI-5 era visto como medida preventiva de qualquer ameaça destrutiva de grupos de oposição ao governo.

Assim, a charge brinca, de forma bem humorada, com o que seria o “mito” do fim do ato institucional: se não se ouve falar mais em AI-5 só poderia ser porque mudou de nome. A *Folha*, dessa maneira, mostrava que não existia confiança ou esperança de realmente haver revogação.

O valor cômico do desenho é revelado a partir do texto e não pela imagem. Sem o apoio textual, provavelmente seria necessário algum elemento metafórico para passar a ideia do autor. A intertextualidade presente na charge vem de informações complementares dos debates políticos sobre o possível fim do AI-5 e sobre as intenções de abertura política do governo Geisel – noticiados pela mídia. No processo de leitura da ilustração, o público cria suas impressões por meio do conteúdo consumido por ele anteriormente. De acordo Edson Carlos Romualdo e Kelly Priscilla Lóddo Cezar (2009), quando ele relaciona a charge a outras matérias, consegue restaurar o caráter intertextual apresentado no desenho e fazer as ligações necessárias para a compreensão completa.

⁵³ Nota publicada no dia 30 de dezembro de 1975 no jornal *Folha de S. Paulo*

Charges de 1985

a) Charge 1 – 15 de março



Figura 35 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 15 de março de 1985

Em 15 de março de 1985, o então governador de Minas Gerais Tancredo Neves foi eleito presidente da república por votação indireta. A convicção sobre a posse dele era tão forte que a charge publicada no dia da decisão já o mostrava chegando ao Governo Federal, antes mesmo de conhecido o resultado.

O desenho, do cartunista Claudius, apresenta diversos elementos. Ele mostra Tancredo Neves segurando uma mala e abrindo a porta de um salão, que representa o novo aposento do presidente. O local, no entanto, é recebido por Tancredo com aspecto não desejado: há pratos quebrados, cadeiras caídas, garrafas, talheres, restos de comida e até sapatos espalhados pelo chão. Em cima da mesa, a bagunça também está por toda parte: não há objetos em ordem, apenas muitas garrafas, copos e pratos jogados e sujeira. A exposição da charge pode ser captada pela ideia de que “a farra acabou” e um pouco de realismo precisa ser posto em prática para reerguer um país atrasado por rixas políticas e decisões econômicas mal feitas.

Nota-se que, diferentemente de algumas das ilustrações apresentadas, esta não utiliza a escrita como ponto principal para se ter compreensão completa, embora o pouco de texto existente faça o desenho ter ainda força na ironia. Assim, o detalhe, que faz toda a diferença para o valor cômico da charge, é um logo papel deixado em cima da mesa cuja única palavra legível é “conta”. Ao final da lista, escrito com uma letra menor, é possível observar um valor: 100 mil⁵⁴. Segundo o livro *Economia Brasileira Contemporânea* (2011), organizado por Fabio Giambiagi, André Villela, Lavina Barros de Castro e Jennifer Hermann, ao final do ano de 1984, o Brasil tinha uma dívida externa bruta de US\$ 102,127 milhões e uma dívida externa líquida de US\$ 90.132 milhões, os maiores valores pelo menos desde 1945 – período inicial analisado no livro.

Sem o papel em cima da mesa, ainda seria possível perceber que a desorganização, a baderna, a farra e o descontrole podem ser entendidos como consequências dos governos militares deixadas ao novo presidente. Com o papel, a charge, porém, reforça a ironia: além de toda a bagunça que o regime militar deixou, há uma conta extensa e cara a ser paga.

O rosto de Tancredo, embora a caricatura esteja pequena na composição da ilustração, revela perplexidade – pelos olhos quase invisíveis e pelas sobrancelhas arqueadas. Outro elemento apresentado pelo autor da peça são os corpos escuros saindo pela janela. Imagina-se que sejam representantes do governo anterior que saem quase expulsos pelo descontentamento geral da sociedade e sob a sensação de que naquele momento só haveria lugar para uma nova administração.

Todos os elementos extraicônicos presentes no desenho só poderiam ser entendidos com relação ao momento vivido na época: se estiver claro que a caricatura diz respeito a Tancredo Neves e que a metáfora do que seria um “fim de festa” se relaciona ao governo anterior, bem como a conta deixada por ele.

No que diz respeito ao valor-notícia, o tema da charge, nesse dia, não poderia ser diferente: A mudança no cenário político era a decisão mais importante e esperada dos últimos anos. Além disso, a votação acontecia naquele dia. A ilustração representou o assunto que, naquela edição, apresentava o maior nível de valor-notícia.

⁵⁴ O valor pode não estar correto devido à dificuldade de leitura da imagem.

b) Charge 2 – 8 de junho

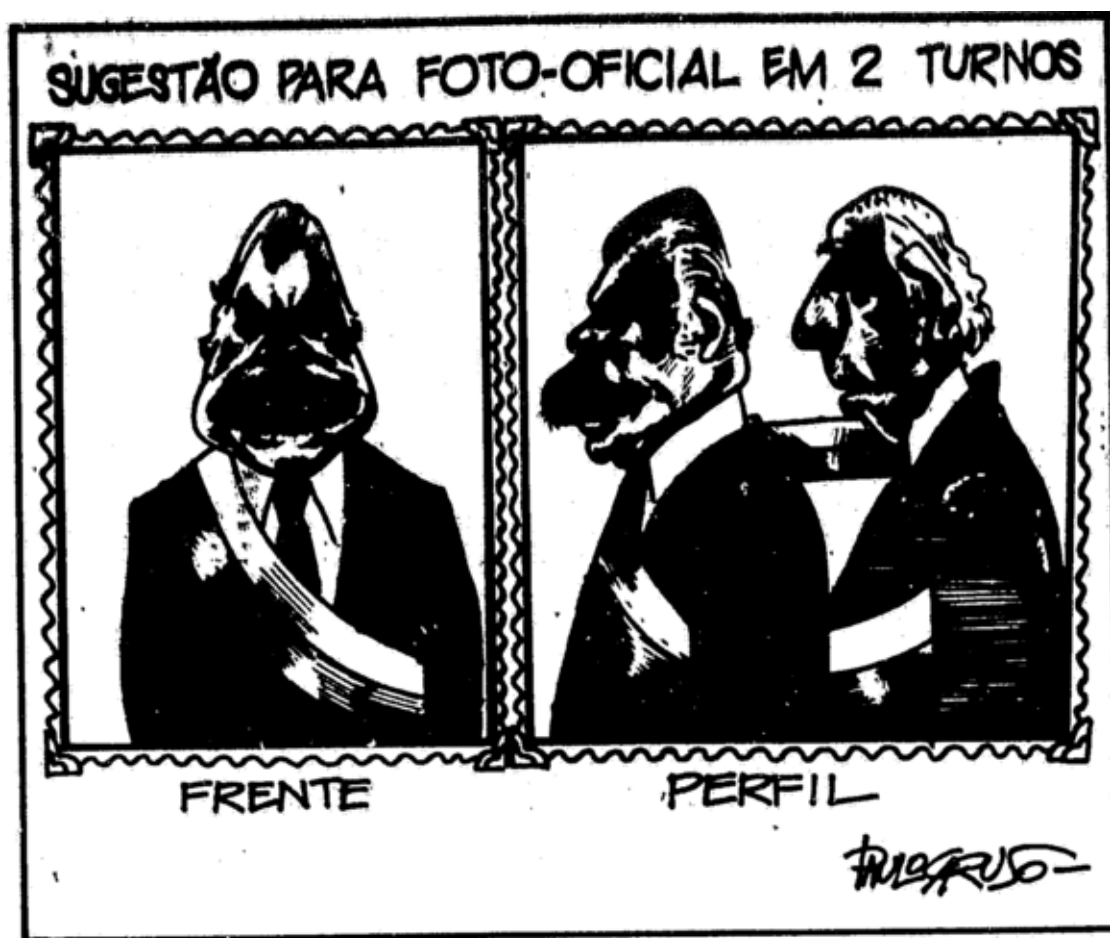


Figura 36 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 8 de junho de 1985

A charge de 8 de junho de 1985, do chargista Paulo Caruso, mostra o presidente José Sarney em uma foto oficial. O valor cômico é revelado quando ele faz o registro de perfil. Quem aparece por trás é o então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. A charge não tem necessidade de ser apresentada com apoio textual porque a imagem carrega toda a ironia proposta pelo autor.

Nota-se que Ulysses também está dentro da faixa presidencial que veste Sarney. O objetivo é mostrar que, na verdade, o presidente da Câmara não exercia a função principal de chefe de estado apenas na ausência de Sarney, mas também quando ele assumia o cargo diariamente.

De acordo com o jornalista Wanderley Preite Sobrinho, da *Folha de S. Paulo*, “Sarney tomou posse, mas o homem forte do governo era Ulysses, que participou mais ativamente da composição do governo do que o novo presidente”⁵⁵ .

Nesse período, começaria a ser debatida a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que trataria de criar a atual constituição brasileira. As discussões no plenário passaram a ser intensas e repercutiram em todo o país. Sarney e Ulysses eram vistos como extremos. Os discursos dos dois afluíam os ânimos e a oposição entre os dois era incitada.

Bergson (2004) argumenta que a caricatura aproveita-se da característica menos simétrica de uma personalidade e a exagera. Paulo Caruso, que fazia um trabalho bastante caricatural em suas charges, não só ressaltava as partes desproporcionais do corpo de Sarney – o bigode, por exemplo –, como valorizava a saturação e dureza da cor – determinadas áreas são completamente escuras e outras completamente claras. O uso da sombra no rosto do presidente pode ser compreendido como uma maneira de retratá-lo de maneira crítica, pois as feições escondidas davam a sensação de que ele era fechado, que tinha a “cara amarrada” ou que aparentava mau humor – talvez porque, por trás, havia um homem que estava presidindo mais do que ele.

⁵⁵ Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2008/10/451486-saiba-mais-sobre-ulysses-guimaraes-defensor-das-diretas-e-presidente-da-constituente.shtml>. Acesso em: 15. Jun 2014

c) Charge 3 – 13 de setembro

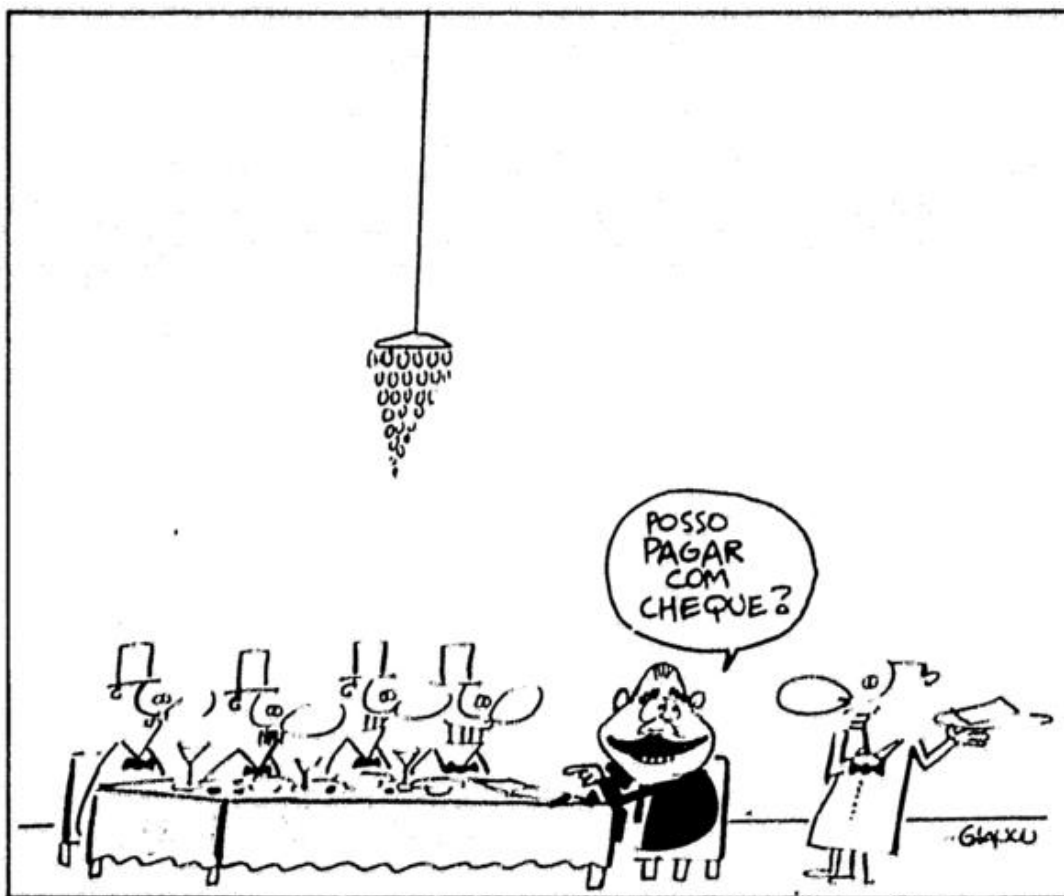


Figura 37 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 13 de setembro de 1985

Em 13 de setembro de 1985, o cartunista Glauco representou a greve dos bancários de maneira curiosa: o presidente José Sarney perguntava ao garçom de um restaurante se poderia pagar a conta da refeição com cheque. A situação não é explicada ao leitor e ele precisa inferir o que a situação tenta dizer. Pelas referências históricas, sabe-se que naquele dia terminava a greve dos bancários e que os homens que estavam com o presidente, pelas vestimentas, se tratavam de banqueiros.

A greve havia sido iniciada há apenas dois dias, em 11 daquele mês, mas foi considerada a maior da história. Só em São Paulo, cerca de 120 mil bancários participaram da greve. Ao todo, cerca de 90% da categoria estava ativa no movimento.

Os prejuízos foram altos porque decidiu-se paralisar todas as atividades por três dias. Todos os setores que envolviam transações bancárias foram afetados. O governo precisou negociar com diversas áreas para evitar maiores consequências – energia, telefonia, água, impostos etc. Como até o saque de dinheiro vivo estava comprometido, o Procon informou a população de que os cheques passariam a valer como moeda corrente. A partir daí, Glauco

apresenta a saia-justa em que o presidente se envolveu para resolver o problema. O humor está na frase do presidente, mas também nas feições do seu rosto, que revelam simpatia, mas com certo grau de constrangimento. Nesse sentido, a ilustração mostra a importância do texto para o valor cômico da charge que, nesse caso, só tem sentido ao combinar os dois elementos. Novamente, entende-se que o desenho só pode ser compreendido se o leitor dialogar com os fatos divulgados no noticiário. A intertextualidade também está presente nas roupas dos banqueiros. A referência ajuda o público a entender que os homens representam os bancários e, com isso, serve como ponto de partida para a compreensão do que o autor quer apontar na charge.

d) Charge 4 – 6 de dezembro

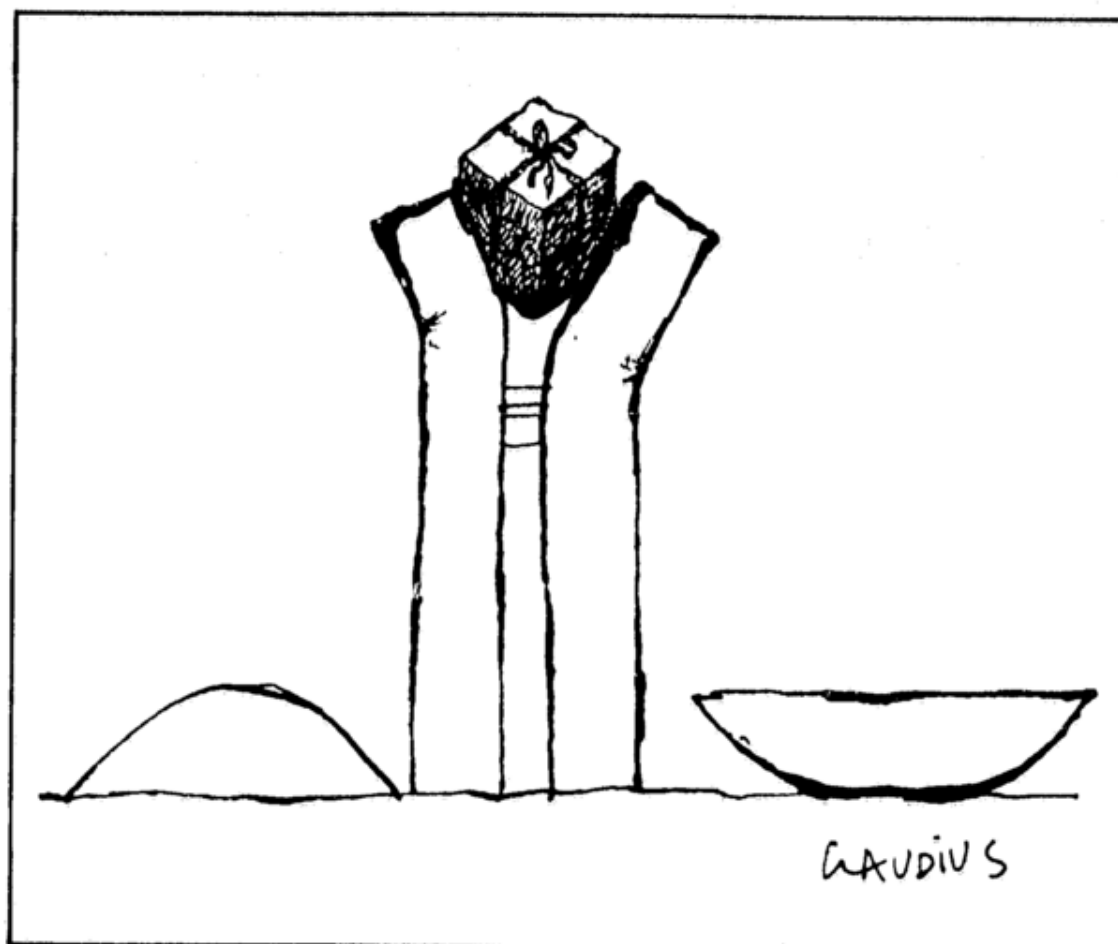


Figura 38 - Fonte: acervo *Folha de S.Paulo* – 6 de dezembro de 1985

Em 6 de dezembro de 1985, o Congresso Nacional aprovou um pacote econômico para financiar a dívida pública e melhorar a distribuição de renda do país. A aprovação da medida, no entanto, foi polêmica devido às condições em que se desenvolveu. Anunciado faltando

apenas cinco dias para a votação, parlamentares precisaram se reunir em regime de urgência para decidir a proposta.

A charge do cartunista Claudius ironiza a maneira como o pacote “entrou” na pauta de votação e como foi decidido. No desenho, o pacote entra no Congresso forçadamente e nem chega exatamente a entrar⁵⁶.

O pacote também se assemelha a um presente embrulhado e a metáfora criada gera a impressão de que ali está o presente que, ironicamente, a casa recebe: um pacote com plano econômico que pode não funcionar, visto que priorizava a arrecadação de impostos, em vez da diminuição de gastos.

4.4 Análise geral d'O Globo

Em uma matéria sobre as publicações de humor do jornal⁵⁷, *O Globo* afirmou que a política sempre foi tema das charges da primeira página e que “independentemente do período e dos governos, os deslizes das autoridades não escapavam ao crivo dos desenhistas”. Tal fato, no período da ditadura militar – até o início de 1980 pelo menos – não poderia ser confirmado, visto que o jornal não publicou charges nacionais⁵⁸.

O periódico costumava publicar ilustrações na primeira página, o que atribuía importância e destaque a elas. Até o período Jânio Quadros, algumas charges – como as do cartunista Théo – eram publicadas. Já no período do golpe militar, não é mais possível encontrar desenhos que falem da política nacional.

No período analisado, entre 1964 e 1985, é notável a evolução d'*O Globo* no que diz respeito ao uso do humor por recursos gráficos. No período anterior a 1964, o jornal utilizou mais charges políticas nacionais do que ao longo da primeira década de governo militar. Durante a ditadura, até a década de 1980, o periódico apostou em reproduzir charges de jornais estrangeiros. As ilustrações de humor eram críticas, muitas vezes ácidas, em relação aos governos de seus países.

⁵⁶ No dia seguinte, Claudius publicaria a mesma charge com o pacote mais embaixo entre os dois prédios do Congresso Nacional.

⁵⁷ Disponível em: <acervo.oglobo.globo.com/charges-e-humor/politica-corrupcao-ja-inspiravam-charges-no-inicio-do-seculo-passado-9077487#ixzz35KrdzTKu>. Acesso em: 15 mai. 2014

⁵⁸ A autora observa que o acervo consultado apresentava páginas indisponíveis e que, por isso, pode-se não ter um resultado perfeitamente conclusivo.

A partir de 1983, com a entrada de chargistas como Chico Caruso e Henfil na equipe, o jornal passou, também por meio das imagens, a ter tom mais crítico e desconfiado em relação à política brasileira. Caruso brincava com as personalidades do poder ao trazer elementos extraicônicos, como a cultura – da música, da pintura e da literatura, por exemplo.

Percebe-se, assim, que o uso das charges a partir da década de 1980 colaborou para aprofundar as seções de opinião do jornal. Durante o regime militar, com opiniões concentradas mais fortemente nos editoriais, a pluralidade de ideias ficava comprometida.

4.5 - Análise detalhada d'O Globo

Charges de 1964

a) Charge 1 – 13 de outubro



Figura 39 - Fonte: acervo *O Globo* – 13 de outubro

No dia 13 de outubro, *O Globo* reproduziu charge repercutindo os bastidores das eleições para primeiro-ministro da Inglaterra. O cartunista inglês Michael Cummings brinca

com as ofensas trocadas entre os candidatos na segunda etapa da campanha eleitoral e os compara a bonecos de tiros sendo alvejados.

O jornal afirmava que “o que antes se expressava em frases irônicas, passou a um tom amargo de ridículo e zombaria nos ataques pessoais”. Tal atitude foi tema da charge principalmente porque as motivações para as ofensas vieram dos problemas econômicos: resolveram falar do desequilíbrio na balança de pagamentos, com um déficit estimado em pelo menos 500 milhões de libras.

Ao centro, um homem perdido diante do tiroteio é apresentado como o eleitorado flutuante. A ideia é que os debates ofensivos prejudicariam o maior interessado na eleição, ou seja, o próprio público, que se sentia perdido diante de tantas farpas trocadas entre os candidatos.

Em relação ao valor noticioso, considera-se eleições um tema importante para ser repercutido na imprensa. No entanto, pela relevância, um fato específico dos bastidores – dos insultos entre os participantes – não aparenta ser, segundo os critérios de noticiabilidade, um fator considerável para a charge ser veiculada em um jornal da América Latina.

b) Charge 2 – 19 de dezembro



Figura 40 - Fonte: acervo *O Globo* – 19 de dezembro

No dia 19 de dezembro, *O Globo* publica charge de Cummings criticando medidas econômicas da Inglaterra na gestão do primeiro-ministro Harold Wilson, eleito em 1964. No desenho, ele tenta administrar e evitar desastres gastronômicos em uma cozinha. Ao lado, aparece o ministro de assuntos econômicos com ar de dúvidas sobre o que Wilson faz.

A ilustração apresenta vários elementos metafóricos que fazem alusão aos assuntos recentes da época que acaloravam os debates políticos em Londres. Em primeiro lugar, todas as refeições preparadas pelo primeiro-ministro parecem estar saltando das panelas, explodindo ou borbulhando intensamente. O fato de o ministro de economia não ajudar em nada, aparentemente, revela que os resultados ruins na cozinha – e na economia – são atribuídos à Wilson. O primeiro-ministro usa um grande chapéu de chefe de cozinha e esse elemento intertextual possibilita ao leitor entender o poder de comando e de gerência dele.

Detalhe que faz diferença no teor cômico da charge é o tamanho do fogo das bocas do fogão: Wilson não consegue sequer saber qual é o nível necessário de temperatura para cozinhar o alimento, fato que indica o total descontrole do político diante de sua função – segundo o cartunista. A desordem também é acentuada pela fumaça preta que sai do forno e sobe para o teto.

A confirmação das metáforas é revelada pelo apoio textual – que no caso não é esclarecedor ao público brasileiro por estar na língua inglesa –, que vem no formato de *menu*, anunciando o prato do dia: a economia.

Esses recursos constroem a ironia, que está claramente exposta na ilustração. As metáforas que ligam os ofícios da economia aos ofícios da cozinha foram bem pensadas, já que cozinhar exige uma série de instrumentos e etapas de execução para gerar bons resultados. Se mal executadas as fases, os desastres podem ser irreversíveis ou difíceis de salvar. Além disso, o entendimento que se tem de economia é a “administração do lar” e, em outras palavras, saber como conduzir numerosas decisões que trarão, ao final, resultados de gestão – sejam eles bons ou ruins. Cozinhar, nesse caso, é como saber administrar o lar: se dará bem quem tiver o *know-how* do tipo de procedimento a ser usado em cada situação e inteligência para saber lidar com os dilemas em casos de imprevistos e problemas.

Naquele momento, a Inglaterra ainda sofria com dificuldades na economia – por questões relativas à Guerra Fria, por exemplo – que não estava crescendo tão bem. Harold Wilson chegou à gestão pouco próximo dos ideais conservadores dos líderes anteriores. Além disso, havia criado um Ministério de Assuntos Econômicos (MAE) e decidido realizar reformas sindicais que não foram bem-sucedidas ao longo do mandato.

c) Charge 3 – 22 de dezembro



Figura 41 - Fonte: acervo O Globo – 22 de dezembro de 1964

No dia 22 de dezembro, *O Globo* publicou mais uma charge do cartunista Michael Cummings. Desta vez, a ilustração brinca com as várias facetas de Winston Churchill em comemoração ao aniversário de 90 anos da personalidade.

O ilustrador apresenta os “Churchills” jornalista, escritor Nobel de literatura, pintor, chanceler, primeiro-ministro, lorde do Almirantado britânico – responsável por cuidar da Marinha na Inglaterra, correspondente de guerra, ministro de guerra e ministro de finanças.

Não existe valor cômico ou irônico, mas a caricatura é o ponto alto da charge. Embora não seja uma ilustração baseada em um fato noticioso específico, pode-se atribuir o valor-notícia à data comemorativa e, portanto, à notoriedade que a imagem de Churchill representa.

No caso, mesmo que seja um político de outro país, sua importância é reconhecida mundialmente e, portanto, o desenho não poderia ser desconsiderado como fato noticioso. Além disso, todas as charges internacionais eram publicadas no caderno de assuntos do exterior.

d) Charge 4 – 30 de dezembro



Figura 42 - Fonte: acervo *O Globo* – 30 de dezembro de 1964

O jornal reproduziu, no dia 30 de dezembro, charge publicada no periódico inglês *The Guardian*. A ilustração fazia referência à crise do Congo que, naquela época, estava a ponto de virar guerra civil. *O Globo* colocou uma pequena legenda explicando como interpretar a charge.

O Congo, localizado no continente africano, foi considerado uma das regiões onde mais se “exportou” escravos no período colonial. Ao longo do século XIX, o rei dos Belgas, Leopoldo II, dominou a região como sua propriedade privada. No início do século XX, no entanto, após denúncias por um cônsul britânico de que havia exploração de congolenses, o parlamento belga destituiu o domínio do rei e o território passou a pertencer ao governo da Bélgica, tornando-se Congo Belga. Em 1960, a região conquistou a independência – virando República do Congo. Sem a Bélgica, como não era uma sociedade organizada, viu-se uma série de rebeliões tomar conta do local até chegar ao poder o ditador Mobutu Sese Seko, em 1965. Desde 1960 até então, cerca de 200 mil pessoas foram mortas (CASTELLANO DA SILVA, 2012).

Assim, a charge do cartunista sul-africano Bill Papas apresenta alguns elementos metafóricos: o corvo, em primeiro plano na imagem, assiste em cima de um galho seco a tragédia do Congo, personificado no corpo de um homem notavelmente debilitado. O animal tem a simbologia de agourar a tragédia alheia e de incentivá-la, como explicou *O Globo* aos leitores. O homem que representa o Congo está fraco e não consegue andar. Essa é a visão que se tem do território na charge: mesmo independente da Bélgica, o Congo não pode caminhar sozinho. O galho seco reforça a ideia: o corvo se apoia sobre a representação da fraqueza para atirá-la.

Embora a metáfora seja utilizada na ilustração, não há valor cômico. A ideia do corvo como apreciador da desgraça é usada de modo a gerar reflexão sobre a crise na região. O animal é o elemento que reforça que vivia-se uma tragédia no Congo.

No que diz respeito ao valor noticioso do desenho, em relação ao Brasil, pode-se atribuir o critério de impacto: a região era afetada de maneira brutal pela falta de controle, gerando confrontos e mortes.

Charges de 1975

De acordo com a pesquisa de acervo disponível⁵⁹, foi constatado que o ano de 1975 não foi significativo na produção de charges políticas. Algumas hipóteses podem ser consideradas: a década de 1970 foi dura no que diz respeito à censura. Com o Ato Institucional nº 5 em vigor, publicar conteúdo de opinião era mais difícil – principalmente contra o governo. Por mais que o jornal publicasse apenas charges políticas sobre assuntos internacionais nos anos 1960, não havia forte tendência de charges políticas n’*O Globo*. As razões podem ter sido técnicas e operacionais⁶⁰ – ou seja, por falta de condição de publicar as charges –, e ainda, motivadas por mera opção editorial do periódico.

De acordo com o editor de opinião d’*O Globo*, Aluizio Maranhão, o jornal apoiou o regime militar e, segundo ele, isso poderia ter motivado a preferência por não publicar charges.

⁵⁹ Durante a apuração dos dados, foram consultadas publicações dos anos de 1964 a 1985, mas algumas páginas das edições estavam indisponíveis. Esse problema pode alterar, em alguma maneira, os resultados coletados.

⁶⁰ Para a pesquisa, foi feito contato com *O Globo* para descobrir por que não foram publicadas charges em 1975, mas não houve retorno.

Charges de 1985

a) Charge 1 – 14 de janeiro



Figura 43 - Fonte: acervo *O Globo* – 14 de janeiro de 1985

No dia 14 de janeiro de 1985, um dia antes da decisão sobre o novo presidente da república por votação indireta, o cartunista Miguel Paiva ilustrou o então candidato ao cargo Paulo Maluf. A intertextualidade da charge é apresentada por meio da música *Sou um maior abandonado*, da banda Barão Vermelho.

A ideia da ilustração é mostrar que, na véspera das eleições indiretas para presidente, Maluf já não tinha mais chances na disputa eleitoral e que já não tinha apoio político. Tancredo era visto como favorito ao posto e consideravam-no praticamente presidente.

Somente por causa do trecho da música, é possível fazer a relação com a ironia proposta para a charge, pois ela alimenta o valor cômico e dá sentido ao contexto vivido pelo candidato do PSD. Assim como a letra, para compreender a rejeição do Colégio Eleitoral a Maluf é preciso entender todo o processo de antecedeu a votação. No final do mandato do presidente Figueiredo, ainda não se sabia qual seria o nome indicado por ele à sucessão. Membros da oposição – na época, sob a legenda do PMDB – viram a chance de indicar o

nome de um candidato civil que pudesse promover a redemocratização desejada por toda a sociedade, plano que anteriormente seria concretizado pela possível aprovação do projeto das Diretas Já. Como não havia sido bem-sucedido, pensou-se no plano B. O nome de Tancredo foi o mais adequado, já que ele tinha mais aceitação entre militares e poderia adquirir mais votos – com apoio de dissidentes do PSD, partido de Maluf, e do PT, que não apoiava a candidatura. Assim, aos poucos, Paulo Maluf foi perdendo popularidade e viu-se abandonado diante do Colégio Eleitoral.

b) Charge 2 – 21 de janeiro



Figura 44 - Fonte: acervo *O Globo* – 21 de janeiro de 1985

Após seis dias da votação que elegeu Tancredo Neves como presidente, realizava-se o último dia do festival Rock in Rio no estado carioca. Chico Caruso desenha o político segurando uma maleta no formato do Brasil e outros artistas – Baby Consuelo, Freddy Mercury, Rod Stewart e um Ozzy Osbourne.

O chargista aproveitou o evento internacional para criar o valor cômico da ilustração. Nela, junto com os artistas que participaram do festival, Caruso se apropria do contexto extraicônico – o Rock in Rio – para criar o humor. Enquanto os artistas chegam para fazer suas apresentações musicais, Tancredo Neves chega para dar o seu show na política. Essa seria a esperança da nação para a recuperação do país.

O valor noticioso é valorizado no sentido de que o autor aproveita dois grandes eventos: a eleição de Tancredo, ocorrida dias antes, e a realização do megaevento. Assim, critérios como os de atualidade e notoriedade são considerados para a escolha do tema da charge.

c) Charge 3 – 24 de julho

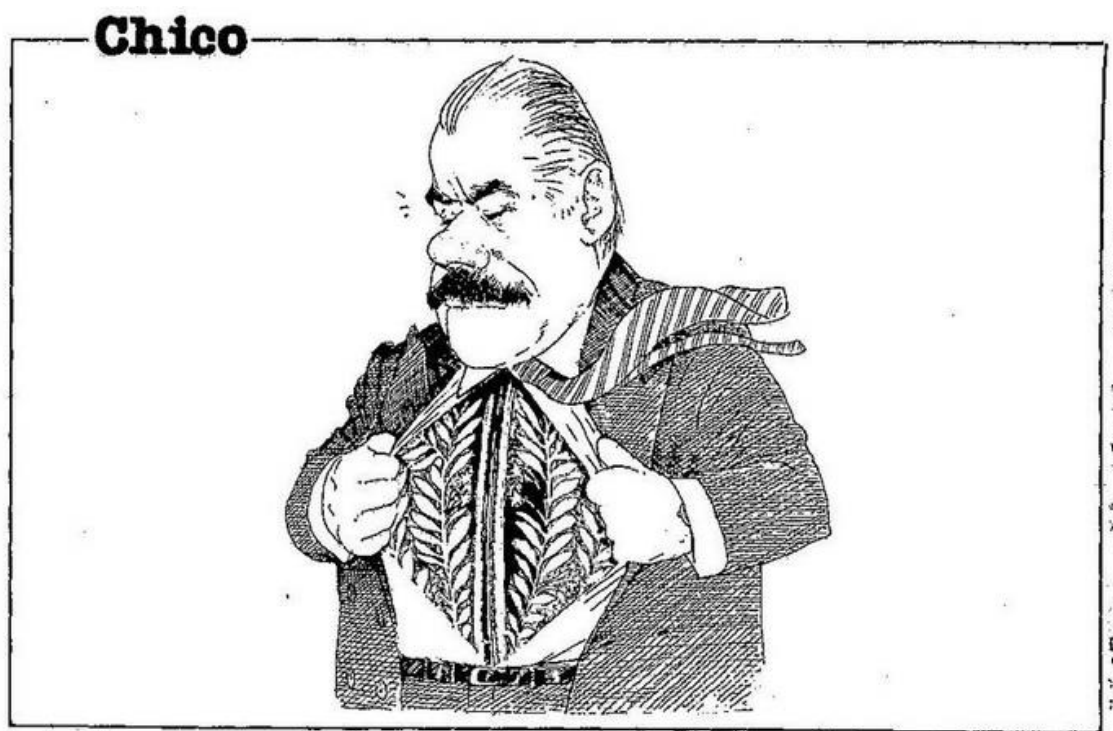


Figura 45 - Fonte: acervo *O Globo* – 24 de julho de 1985

Chico Caruso, irmão de Paulo Caruso, publicou, no dia 24 de julho de 1985, uma charge com ares de caricatura, onde o presidente José Sarney aparece de olhos fechados abrindo a camisa. Quando abre o paletó, o chargista faz referência ao super-homem – personagem de quadrinho norte-americano –, o que aparece, no entanto, é o fardão da Academia Brasileira de Letras (ABL) – da qual ele faz parte desde 1980.

Três elementos intertextuais estão presentes na charge e são fundamentais para a compreensão dela: a comparação com super-homem, o fardão que lembra o público de que

Sarney é um “imortal” da ABL e o delicado contexto histórico. Naquele momento, esperava-se que o presidente pudesse agir como um “super-herói” e que exercesse a sua força de “imortal” para resolver os problemas que o país enfrentava. Para a compreensão da charge, assim, apresenta-se três referências relevantes. Sem o apoio do texto, o público consegue contar apenas com a intertextualidade relacionada pelo autor para compreender a ideia central da charge.

Após a morte de Tancredo Neves, as expectativas colocadas em José Sarney fizeram com que ele tivesse uma missão a realizar em seu governo: trazer a esperança de volta à população, apagar a imagem de vínculo que tinha ao regime militar, construir uma constituição democrática e reerguer a força da economia. O chargista pode ter imaginado que fatores pareciam ações que talvez apenas super-heróis conseguissem concretizar.

O valor noticioso da charge concentra-se na expectativa, sendo, assim, pontuado como impacto e notoriedade por se tratar da imagem do presidente e dos desdobramentos de sua posse.

d) Charge 4 – 30 de dezembro



Figura 46 - Fonte: acervo *O Globo* – 30 de dezembro de 1985

O primeiro ano de governo de José Sarney estava chegando ao fim e a charge mostra um presidente ancião dando espaço a uma criança de fraldas, chupeta e mamadeira. Pode-se atribuir os elementos metafóricos a duas questões: A ironia é percebida quando se remete ao fato de que, à época, a sensação geral era a de renovação. Sarney veio de um período influenciado pela ditadura e, nesse momento, abria suas portas para a renovar o país por meio da redemocratização. Na charge, o passado dá oportunidade ao futuro. O segundo ponto importante é o da inexperiência – recurso conferido à criança. Bebês não sabem bem os significados das coisas ao redor e tudo se torna rica experiência. A redemocratização, pode-se dizer, era como uma pequena criança que passa a conhecer o mundo e a aprender com erros dos mais velhos. Tudo é novo e tudo é aprendido.

Pode-se tomar como exemplo as discussões a respeito da constituinte: debates acalorados mostraram que construir a democracia é um processo difícil, demorado e que exige dar atenção a pensamentos divergentes. Outro exemplo é a greve dos bancários, já citada neste trabalho, que mostrou função importante da democracia: dar voz a quem quiser falar. Tais questões não foram possíveis durante a ditadura e, dessa forma, viu-se a necessidade de se reaprender a fazer política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da imprensa foi essencial para entender o clima em que se instaurou o golpe militar e como os regimes se desenvolveram a partir de então. A produção de charges durante o período contribuiu para criticar ações do governo e gerar reflexão na sociedade. Diversos ilustradores sofreram com a censura porque a charge fere pelo deboche a imagem da personalidade ou do objeto que compõe o desenho. Como arma de resistência, muitos profissionais recorreram ao humor gráfico para demonstrar insatisfação.

A abordagem das charges d'*O Globo*, no entanto, não apresentou teor de crítica ao regime militar até o último ano analisado, 1985. Em relação à *Folha de S.Paulo*, até 1975, a abordagem das charges foi crítica, mas passou a ser mais incisiva após essa data.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar a dificuldade de se produzir conteúdo opinativo durante a ditadura. A censura afetou diretamente a produção. Mas percebe-se que houve progresso em relação às críticas políticas. A liberdade foi conquistada aos poucos e, à medida que o tempo passava, as críticas das charges se aprimoravam.

A *Folha* afirmou ter apoiado o regime até a metade do período, mas ter sido um dos veículos mais críticos no segundo momento⁶¹. *O Globo* também assumiu apoio ao regime em editorial divulgado no dia 31 de agosto de 2013. O diário afirmou ter adotado o termo “revolução” durante muito tempo, que era “visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia”⁶². O dono d'*O Globo*, Roberto Marinho, publicou em 1984 texto afirmando que o apoio do jornal ao regime existiu até a redemocratização. Disse que prosseguiu “apoando o movimento vitorioso”⁶³. Ao acrescentar essa informação, pode-se compreender o contexto em que as charges foram publicadas nos dois jornais. Ambos evitaram criticar intensamente o governo, embora a *Folha* tenha passado a ser mais dura com o governo a partir de 1975 e *O Globo*, em 1985.

⁶¹ A informação foi confirmada no editorial publicado no dia 30 de março de 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/158906-1964.shtml>. Acesso em: 23 jun 2014

⁶² Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604#ixzz35TTjUTpB>> Acesso em: 23 jun 2014

⁶³ Disponível em: <robertomarinho.com.br/vida/opiniaio/brasil/julgamento-da-revolucao.htm>. Acesso em: 23 jun 2014.

As ilustrações da *Folha* analisadas para essa pesquisa no ano de 1964 mostraram que os comentários mantinham as mesmas opiniões que o próprio jornal expunha nos editoriais. Durante a análise, foi possível identificar que a figura do presidente não era tão criticada quanto outros assuntos relacionados ao governo nesse ano. O periódico vendia, muitas vezes, a ideia de que algumas medidas não eram tão felizes, por mais que o presidente tivesse boas intenções e compromisso com a melhora do país – essa postura foi confirmada nos editoriais. Entre as ilustrações observadas, a única em que a imagem do presidente aparecia de modo irônico foi a do dia 25 de dezembro. Castelo aparece fantasiado de Papai Noel e oferece ao povo uma vida mais barata.

As quatro charges de 1964 observadas apresentam valor cômico e ironia em relação a assuntos ligados ao governo. Com exceção do desenho publicado em 31 de março, que apenas ilustrava a tensão vivida entre militares e governo e não mostrava críticas, as outras três revelam críticas a questões governamentais.

Apesar disso, o cartunista Nelson Coletti, ao conceder entrevista para esta pesquisa, afirmou que a direção da *Folha* orientava-o a não falar de temas que envolvessem o governo, apenas assuntos corriqueiros do cotidiano, justamente para evitar problemas para o jornal.

Dos diários observados, *O Globo* foi o que mais evoluiu. Em 1964, o diário não publicou charges sobre a política brasileira, apenas reproduziu ilustrações de jornais estrangeiros. No período analisado, observou-se o uso de desenhos de periódicos da Inglaterra, como *The Guardian* e *Daily Express*. O fato foi considerado incomum porque há alguns anos antes dessa data, em 1960, havia charges que satirizavam o então presidente Jânio Quadros.

Nas edições observadas em 1975, sequer era possível encontrar ilustrações políticas. Porém, em 1985, ano em que o país não estava mais em uma ditadura, e passou a veicular diversas ilustrações críticas, artísticas e que possibilitavam reflexão da vida política do momento.

Para entender por que nos dois primeiros anos analisados não houve publicação de charge, a diretoria de jornalismo d'*O Globo* foi procurada para dar esclarecimentos que pudessem aprimorar os resultados da pesquisa. Em resposta, o editor de opinião, Aluizio Maranhão, afirmou que, durante boa parte do período, o jornal se submeteu à autocensura, devido à dificuldade de dialogar com um regime que restringia a liberdade.

Outro motivo apontado foi o apoio da empresa aos governos militares. Embora Maranhão não estivesse na equipe à época – entrou em 2001 –, ainda afirmou que a razão

pode ter se dado por decisão editorial, quando houve o fim formal da censura, no governo Geisel. A partir de 1984, Chico Caruso é contratado.

A falta de conteúdo de pesquisa também é conteúdo de pesquisa. Por isso, o fato de não existir charges políticas brasileiras em um período de ditadura, quando em outras épocas, abordá-las era mais comum, faz o assunto, no mínimo, questionável. A visão conservadora do jornal na época também reforça a ideia de que o apoio aos governos militares favoreceu a falta de comentários ilustrados. Sendo assim, uma possível decisão editorial de não criticar também pode dar uma outra resposta: a de que o diário ajudou a defender o regime militar. O diário era conservador e apoiava o regime.

Em 1985, no entanto, com o processo de abertura política, o quadro se alterou completamente. As charges levaram o jornal a ter nova identidade porque, além de colaborar com mais uma forma de manifestar opinião crítica, também transmitia mais leveza, pois fazia o público rir da política do país. Os cartunistas Chico Caruso e Henfil passaram a trabalhar na equipe e as ilustrações se tornaram frequentes, quase diárias. Chico assinava – e ainda assina – espaço na capa do jornal. Essa era uma característica bastante usual.

Em outros anos, quando havia publicações de charges no diário, costumavam aparecer na capa, o lugar mais importante para chamar uma notícia. Isso demonstra que havia preocupação em destacar a produção gráfica de humor no *Globo*. Até hoje, esse fato é observado na capa do diário e responde a uma das questões sobre a importância de se abrir espaço para charges como complemento para a produção de conteúdo opinativo no jornal. Os temas mais abordados, entre as charges analisadas, foram os desdobramentos das eleições indiretas para presidente e os desafios do governo Sarney.

Quando, em 1980 a abertura política já era um fato, muitas ilustrações surgiram e, em algum nível, colaboraram para incitar a discussão na sociedade. Não havia charges no período de exceção da ditadura militar, mas, na redemocratização, diversos desenhos ajudaram a problematizar os acontecimentos. São duas situações que se coincidem e podem dar, senão respostas, possíveis questionamentos.

A *Folha de S.Paulo*, em 1975, aprimorou as publicações gráficas. As mudanças vieram acompanhadas de diversas reformulações no jornal com a contratação do jornalista Claudio Abramo para a direção de redação. Novos colaboradores, como os cartunistas Gougon e Angeli, passaram a reforçar o quadro.

Como o diário ficou sem editorial no início dos anos 1970 e sem charges políticas, o momento em que as ilustrações voltaram, em 1975, as mudanças foram mais perceptíveis. As

charges desse ano apresentaram críticas mais duras, falando abertamente, inclusive, sobre o AI-5. Nesse sentido, nota-se, aos poucos, a evolução da charge como elemento de resistência. As charges desse período apresentaram mudanças em relação as de 1964. Adotaram mais o recurso do texto e também pela própria diferença de traço entre os autores.

A *Folha*, em 1985, também abordou os temas pautados n'*O Globo*, dando destaque aos bastidores dos debates sobre os problemas do governo. O jornal abordou mais criticamente os assuntos, como as charges do cartunista Claudius e de Paulo Caruso, que pouco informavam textualmente, mas tinham um nível de ironia que só a imagem poderia transmitir. A liberdade de crítica, nessa época, é maior do que nos anos anteriores. Isso comprova como, de fato, a mídia tradicional moldava as publicações para evitar divergências.

De modo geral, a economia sempre foi um tema muito frequente na *Folha* em todo o período analisado. Já *O Globo*, quando começou a publicar charges políticas nacionais, passou a abordar intensamente as figuras políticas com mais evidência na época, como os candidatos à sucessão do presidente Figueiredo, Tancredo Neves e Paulo Maluf. A Constituinte foi outro tema bastante retratado n'*O Globo*, com humor inteligente e sensível de Chico Caruso.

A *Folha*, embora apoiasse o golpe militar e boa parte do período em que se desenvolveu o regime, conseguiu divulgar charges críticas ao governo – como a das cassações em 1964, a do AI-5 em 1975 e a Tancredo Neves chegando ao poder em 1985. No entanto, a restrição era perceptível e confirmada nos editoriais, onde sempre havia espaço para ressaltar as boas intenções dos governantes.

Charges atraem o debate e, muitas vezes, desagradam não só o governo, mas também o público. Exemplo disso é a ilustração publicada por Caruso em janeiro de 2013 em que fazia referência ao incêndio da boate Kiss em Santa Maria e a presidente Dilma com as mãos na cabeça observando a cena. Percebe-se que isso é sinal da liberdade que se tem hoje e que antes não havia. Quando as charges geram debate, cumprem o papel social de criticar e fazer pensar sobre os fatos.

Quando existe uma circunstância de exceção, como a da ditadura militar, a liberdade é restringida e a análise também é dificultada. No entanto, o que se pode dizer é que, em um Estado restrito, a produção cultural, mesmo que afetada, colabora intensamente para que ele mude e torne-se democrático, natural e comum, sem abusos de poder. Isso pode acontecer porque motiva o questionamento, impulsiona o debate e mobiliza o público a agir.

Sem dúvida, as charges publicadas na *Folha* e n' *O Globo* tiveram papel importante na época e ainda fazem como recurso de resgate histórico. Por meio delas, foi possível levantar o debate acerca do nível de censura sofrida pelos jornais e de como eles se posicionaram durante o período. Com o passar dos anos, foi notável a diferença de abordagem, até que, na década de 1980, os jornais foram enriquecidos com publicações mais livres e críticas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

ALBERTI, V. **O riso e o risível**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

AUMONT, J. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960.

BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAGNIN, A. L. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.

CHAGAS, C. **A guerra das estrelas (1964/1984): Os bastidores das sucessões presidenciais**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 2002

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, M. M. **A trajetória política de João Goulart: as reformas de base**. FGV. Rio de Janeiro. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base>. Acesso em: 31 mai. 2014.

FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004

FLORES, O. **A leitura da charge**. Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

FONSECA, J. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Aletre: Artes e Ofícios, 1999.

FOLHA DE S.PAULO. **1981: um ponto de passado e de futuro**. São Paulo. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1981-2.shtml>. Acesso em: 26 de mai. 2014.

FOLHA DE S.PAULO. **1985: novos rumos depois da redemocratização**. São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1985.shtml>. Acesso em: 26 de mai. 2014.

FOLHA DE S.PAULO. **1964**. São Paulo. 30 de mar. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/158906-1964.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2014.

FRANCO, B. M. **Coronel admite que torturou, matou e ocultou corpos na ditadura militar**. São Paulo. 25 mar. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1430795-coronel-admite-que-torturou-matou-e-ocultou-corpos-na-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2014

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, M. A (Org). **Pós-tudo: 50 anos de cultura na Ilustrada**. São Paulo: Publifolha, 2008.

GOUAZÉ, J; GIOVANDRO, F. **As novas tecnologias da informação e comunicação e as mutações no discurso da mídia**. In: PERUZZO, C; BRITTES, J (Org). Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão? São Paulo: Intercom, 2012.

HERMANN, J. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico**. In: GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; CASTRO, L. B; HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2010. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOUAISS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <dicionario.cijun.sp.gov.br/Houaiss>. Acesso em: 15 fev 2014.

IPEA. **Petróleo: da crise aos carros flex**. Brasília. 29 mar. 2010. Disponível em: <desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 mai. 2014

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINGONI, G. **Humor da charge política no jornal**. Comunicação & Educação, São Paulo, 71: 85 a 91, set./dez. 1996. Disponível em: <revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4316/4046>. Acesso em: 15 fev 2014.

MARINHO, R. **Julgamento da revolução**. Rio de Janeiro. 7 out. 1984. Disponível em: <www.robertomarinho.com.br/vida/opiniaio/brasil/julgamento-da-revolucao.htm>. Acesso em: 23 jun. 2014.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, RJ, 2009.

MATIAS, A. F. **Intertextualidade e ironia na interpretação de charges**. 2010, 129 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, São Paulo.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MOTTA, R. P. S. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. In: Revista Topoi, 26 jan/jul 2013, Rio de Janeiro, v. 14, p. 65-85, 2013. Disponível em: <www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi26/TOPOI26_2013_TOPOI_26_A05.pdf>. Acesso em: 10 jan 2014.

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro**. Rio de Janeiro. 31 ago. 2014. Disponível em: <oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604#ixzz35TTjUTpB>. Acesso em: 25 mai. 2014

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PILAGALLO, O. **Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 23 mar. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/157543-imprensa-apoiou-ditadura-antes-de-ajudar-a-derruba-la.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2014.

PRIORE, M. D; VENANCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

SANTOS, R. E; ROSETTI, R (Orgs). **Humor e riso na cultura midiática: viarações na cultura midiática**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SILVA, I. C. **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SODRÉ, Muniz; P. R. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

VILLA, M. A. **Ditadura à Brasileira: 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**, Lisboa, Editorial Presença, 5ª edição, 1999

ANEXOS

Entrevista com o chargista Nelson Coletti⁶⁴:

Primeiro, gostaria de saber como era a rotina de trabalho na redação para produzir as charges. Pediam para desenhar sobre um tema específico? Davam a ideia do que deveria ser feito ou o senhor tinha a liberdade para criar?

Resposta: Havia liberdade para criar na *Folha*. A minha rotina era ler os principais jornais diários e, como convivia com a redação, estava sempre informado dos principais fatos políticos. Assim, normalmente eu já tinha uma ideia do que criar. Mesmo assim, passava pelo crivo do editor-chefe, que normalmente aprovava, mas também sugeria outras ideias em reuniões semanais, dando algumas orientações sobre as temáticas das charges da semana. Mas raramente acontecia de eu fazer uma charge só com as ideias do editor.

O que mudou quando houve a transição para o governo militar no que diz respeito à produção das charges? Ou o trabalho continuou normalmente?

Resposta: Com o golpe militar, toda a imprensa brasileira passou a ser vigiada pelos governos militares. A partir de 1965, ficou muito difícil fazer principalmente charges relacionadas ao governo. A pressão era bastante grande sobre a redação e diversas charges minhas foram censuradas pela direção da *Folha* para evitar problemas com o governo. A orientação da direção do jornal era para desenhar charges que não fossem contra ou a favor do governo, limitando as manifestações a problemas rotineiros como trânsito, enchentes e alguns fatos pitorescos que aconteciam na cidade e no Brasil.

Como era ser chargista e artista durante a ditadura militar? Teve alguma dificuldade? Se sim, quais?

Resposta: Até 1970 fui mais chargista, cartunista e ilustrador na grande imprensa. Nos jornais que trabalhei como funcionário seguia a linha editorial deles, mas nos trabalhos free-lances tinha mais liberdade para criar, especialmente os desenhos de humor, como os cartuns. Ia até a redação para ver os textos, esboçava os desenhos, e aprovados só os finalizava em

⁶⁴ Ilustrador da *Folha de S.Paulo* durante a década de 1960

casa, para remetê-los. Percebia que acontecia o mesmo procedimento com outros colegas chargistas. Quando trabalhava na *Folha*, cheguei a ser advertido pelo governo de São Paulo, quando fiz uma charge sobre as roubalheiras do governador Adhemar de Barros. Levei ao conhecimento da Folha, que me apoiou caso o processo fosse adiante.

Depois, quando passei a me dedicar à pintura, me voltei à produção de paisagens geométricas, que não tinham influência do momento político. Como artista, não tive dificuldades em desenvolver meu trabalho, a não ser a falta de incentivo cultural pelos governos, o que até hoje pouco mudou, uma vez que, para ser pintor no Brasil, a pessoa precisa se dedicar e gostar muito para sobreviver.

O seu posicionamento político, na época, era semelhante ao posicionamento editorial da *Folha de S. Paulo*? Caso não, como lidava com o conflito ideológico?

Resposta: A Folha tentava assumir uma posição neutra, embora a maior parte dos jornalistas fosse contra o governo militar. No entanto, para mantermos o emprego, acabávamos seguindo a linha editorial da *Folha*. Até tentávamos transgredir as normas do jornal, mas éramos advertidos pela chefia da redação com ameaças de demissão. Com o passar do tempo, procurávamos nos adaptar e evitar o confronto com a direção. Eu mesmo me sentia muito coibido, sem poder manifestar, como desejava as repressões e injustiças do governo militar.

Na sua opinião, qual foi o papel das charges na imprensa durante a ditadura?

Resposta: Com exceção do *Pasquim*, que era mais ousado e irreverente, especialmente durante os “anos de chumbo”, poucos chargistas se sentiam com a liberdade de manifestar contra o governo, pois sabíamos que poderia haver sérias represálias. Então, acho que as charges não puderam ter o papel de denúncia e crítica.

Após 50 anos do golpe, o senhor considera que houve mudanças na área das ilustrações políticas? Se sim, o que mudou?

Resposta: Hoje, sem dúvida, há liberdade para criar charges, mas ainda existem jornais que se percebe continuam na linha de não fazer críticas contra os governos, e considero que acabou a era dos grandes chargistas como Jaguar, Fortuna, Hilde, Otávio, Millôr Fernandes, só para citar alguns, pois demonstravam ser mais criativos que os de hoje.

Na sua opinião, o humor pode mudar a visão que as pessoas têm da política? De que forma o humor pode influenciar a política?

Resposta: O humor pode mudar a visão, sim, da política. A charge tem muita força porque é visual, fácil de entender, objetiva, podendo até fazer o papel do editorial de um jornal.

Para o senhor, qual é a importância do humor gráfico para a vida das pessoas de modo geral?

Resposta: Uma charge, um cartum e uma ilustração cômica (piada) acrescentam informações ao texto, dão mais leveza à parte gráfica e visual. Às vezes, podem chamar mais a atenção do leitor para a leitura do texto, seja de um jornal, revista, impresso, ou até mesmo nos materiais de TV e internet, como *site*, blog etc. Quando faço cartuns para publicar no meu *Facebook*, percebo como atraem a atenção das pessoas, que não só elogiam, “curtem”, mas também criticam, se manifestam, como uma forma de se expressarem também.

Como foi a sua formação artística, de onde surgiu o interesse pelas charges e sua contratação na *Folha*?

Resposta: Comecei a trabalhar na *Folha* em 1951, aos 16 anos, como *office-boy* no Departamento de Desenho. Lá estavam Orlando Mattos, como chefe, e os desenhistas Italo Cencini e Carmelio Cruz, hoje consagrados como pintores. Com o tempo passei a auxiliar de desenhista e, após cinco anos, tornei-me também um dos ilustradores. Ilustrava com cartuns matérias, reportagens e crônicas, a seção Sherlock Holmes e fazia os desenhos para a seção de humor na *Ilustrada* que saía aos domingos. Em 1963, fui convidado a fazer os cartuns para a coluna “O Cabresto”, redigida pelo jornalista Ali Khan, que saía nos três periódicos do grupo *Folha* (*Folha de S.Paulo*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*). Era uma das colunas mais lidas da *Folha de S.Paulo* até 1968, quando parou de circular devido a mudanças na redação. Com a aposentadoria do Orlando Mattos, em 1963, passei também a fazer as charges para a *Folha de S.Paulo*, que eram publicadas na página 2, ao lado dos editoriais, como acontece até hoje. Fiquei na *Folha* até 1970, quando pedi demissão por insatisfação salarial, preferindo trabalhar como free-lancer. Outro motivo é que queria tentar me dedicar à pintura, uma vez que sempre pintei quadros, o que consegui com o tempo. Quando saí da *Folha*, como era conhecido no meio, não foi difícil arrumar free-lances. Logo fui convidado para dirigir o Departamento de Publicidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, onde fiquei por um ano. Daí voltei para a imprensa, trabalhando como cartunista nos jornais *Última Hora* e *Diários*

Associados. Ao mesmo tempo, colaborava para as revistas *Visão*, *Quatro Rodas*, *Casa e Jardim* e várias outras, além de fazer capas e ilustrações de livros para diversas editoras. Hoje esporadicamente faço cartuns a pedido de amigos que os publicam em blogs e impressos e publico cartuns e charges no meu site e *Facebook* para manifestar minha indignação com a política brasileira.

O senhor, que trabalhou diretamente com o chargista Orlando Mattos, poderia contar um pouco sobre a atuação dele no jornal?

Resposta: O Orlando Mattos foi um excelente ilustrador, autor de cartuns maravilhosos. Ele foi meu chefe e era uma ótima pessoa. Acho que por ser chefe, assumia uma posição neutra, sem ficar contra a direção da *Folha*, mas também não prejudicava seus subordinados, pelo contrário. Depois que saiu da *Folha*, aposentou-se definitivamente da imprensa, dedicando-se à pintura. Será que esta não seria uma posição dele não só profissional mas também política, ao deixar a imprensa? Talento, ele tinha de sobra.

O senhor se lembra quando parou de fazer ilustrações para a *Folha*? E o Orlando?

Resposta: Na *Folha*, oficialmente comecei como office-boy e terminei como ilustrador, não me oficializaram como chefe do departamento de desenho, um dos motivos pelos quais pedi demissão. Mesmo como chefe, coordenando o setor, continuei a desenhar. Naquela época, fazíamos tudo quanto era tipo de ilustrações (mapas, artes finais até retoque de fotos) que não tinham assinatura. Como fui descuidado em não montar um arquivo pessoal com todos os meus trabalhos, pois o original sempre ficou nas empresas, não tenho como confirmar até que data fiz desenhos assinados. Outro dia, até encontrei um cartum publicado numa revista na década de 60 sem minha assinatura, não sei se esqueci de assinar, se apagaram... Faz muito tempo! Quanto ao Orlando, trabalhava muito como freelancer e pode ter continuado a fazer trabalhos para a *Folha*, mesmo porque era amigo dos proprietários da *Folha*. Infelizmente, como ele já é falecido, não temos como confirmar.

Afirmou o Ministro da Guerra à Tropa: "Ao Primeiro Grito Estaremos de pé Pelo Brasil"

Ao discursar ontem ao Regimento Sampaio, durante as comemorações de mais um aniversário da batalha de Maracá, o General Arar de Castro e Silva disse que o inimigo de lá fora ainda não está derrotado, e que os soldados permanecerão vigilantes nos quartéis, competidos a seu dever, prontos a atenderem à defesa do povo (TEXTO NA SEÇÃO-A PRIMEIRA PÁGINA)



O General Arar de Castro e Silva, chefe do Estado-Maior, discursando ao Regimento Sampaio, durante as comemorações de mais um aniversário da batalha de Maracá, em 1959.

O BRASIL EM FESTA SAÚDA A POSSE DE CASTELO BRANCO

No momento em que o novo Chefe do Governo recruta a Nova Presidência em Brasília, todo o País, de norte a sul, de leste a oeste, celebra a posse de Castelo Branco. O Brasil inteiro está em festa, comemorando a posse do novo Presidente da República. Em todo o País, as ruas estão cheias de gente, e as casas estão iluminadas. As escolas e igrejas também estão abertas, e as famílias estão reunidas. A festa é uma expressão do amor e da esperança do povo brasileiro por um futuro melhor.

SERÁ CONHECIDO HOJE O NOVO MINISTÉRIO

Ao se pôr o sol, o Brasil inteiro estará sabendo o nome do novo Ministério. O General Arar de Castro e Silva, chefe do Estado-Maior, anunciou que o novo Ministério será conhecido hoje, durante a cerimônia de posse do novo Presidente da República.

MÉDICOS BELGAS SABOTAM A MOBILIZAÇÃO MILITAR

Ao se pôr o sol, o Brasil inteiro estará sabendo o nome do novo Ministério. O General Arar de Castro e Silva, chefe do Estado-Maior, anunciou que o novo Ministério será conhecido hoje, durante a cerimônia de posse do novo Presidente da República.

MAIS 67 CIVIS E MILITARES COM OS DIREITOS POLÍTICOS SUSPENSOS

O Conselho Superior de Recrutamento do Exército Brasileiro anunciou que mais 67 civis e militares terão seus direitos políticos suspensos. A suspensão dos direitos políticos é uma medida disciplinar aplicada a militares que cometem crimes de natureza política.



O General Arar de Castro e Silva, chefe do Estado-Maior, discursando ao Regimento Sampaio, durante as comemorações de mais um aniversário da batalha de Maracá, em 1959.



Regimento de São Gonçalo Vai Encaminhar ao DOPS as Armas e as Munições Que Apreendeu

O Regimento de São Gonçalo vai encaminhar ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) as armas e as munições que apreendeu durante uma operação militar. A apreensão das armas e das munições é uma medida de segurança adotada pelo Exército Brasileiro para evitar que elas sejam usadas por grupos armados ilegais.

MINEIROS PREPARAM HOMENAGEM A ALKIMIM

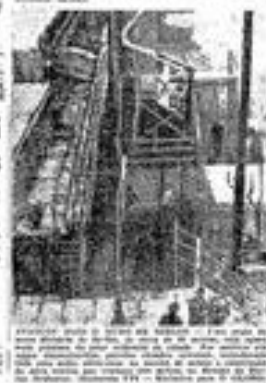
Os mineiros estão preparando uma homenagem ao Alkimir, um herói da resistência mineira. A homenagem será realizada durante a cerimônia de posse do novo Presidente da República.

O GLOBO

FUNDADOR DE TRINCE: MARCONI

Ponto Facultativo Apenas em Brasília

O ponto facultativo será facultativo apenas em Brasília, durante a cerimônia de posse do novo Presidente da República.



As Bases da Reconstrução

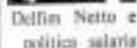
A reconstrução do Brasil é uma tarefa complexa que requer a participação de todos os setores da sociedade. O governo federal, os estados e os municípios devem trabalhar em conjunto para reconstruir a infraestrutura do país, melhorar a educação e a saúde, e promover o desenvolvimento econômico. A reconstrução é uma tarefa de longo prazo que requer paciência e perseverança. O Brasil tem um futuro brilhante se todos os brasileiros se unirem para construir um país melhor.



O General Arar de Castro e Silva, chefe do Estado-Maior, discursando ao Regimento Sampaio, durante as comemorações de mais um aniversário da batalha de Maracá, em 1959.

A reform of practice

to be used, please refer to the following information. The use of the information is subject to the following conditions:

[illegible]

(3) Brasil diante
da "apartheid"

IN THE DISTRICT COURT OF THE UNITED STATES FOR THE DISTRICT OF COLUMBIA



© 1999 by the
 American Psychological Association

HUMOR



Nessa Edição

Como se já foi dito, todos estes aspectos levam ao que "a engenharia de materiais" quer e precisa alcançar: os materiais, a sua produção, a sua utilização, a sua manutenção, a sua reciclagem e a sua eliminação, com a máxima segurança para pessoas e meio ambiente, através de processos produtivos, de distribuição, de utilização e de eliminação, sempre dentro das normas e da legislação em vigor, e sempre com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

Assessing diagrams

Figure 1. A schematic diagram of the experimental setup. The subject is seated in a chair and views the screen through a video camera. The screen displays the target and the starting position of the hand. The hand is moved from the starting position to the target position. The distance between the starting position and the target position is the reach distance. The distance between the starting position and the target position is the reach distance. The distance between the starting position and the target position is the reach distance.

[illegible]

Faria Lima prega união e o diálogo

Q. Conhecemos Schindler uma mulher, em
Montreal, a Silvana e a Ivovalina.
Res. os Conhecimentos Práticos do Di-
strito Especial, Centro do São Paulo, as
situações que podem ocorrer dentro do
caso e dividir a área de trabalho em
colunas ao lado de cada uma. Em São
Paulo, a cerca de 100, a 150, a 200, a
250, a 300, a 350, a 400, a 450, a 500,
a 550, a 600, a 650, a 700, a 750, a 800,
a 850, a 900, a 950, a 1000, a 1050, a 1100,
a 1150, a 1200, a 1250, a 1300, a 1350, a 1400,
a 1450, a 1500, a 1550, a 1600, a 1650, a 1700,
a 1750, a 1800, a 1850, a 1900, a 1950, a 2000,
a 2050, a 2100, a 2150, a 2200, a 2250, a 2300,
a 2350, a 2400, a 2450, a 2500, a 2550, a 2600,
a 2650, a 2700, a 2750, a 2800, a 2850, a 2900,
a 2950, a 3000, a 3050, a 3100, a 3150, a 3200,
a 3250, a 3300, a 3350, a 3400, a 3450, a 3500,
a 3550, a 3600, a 3650, a 3700, a 3750, a 3800,
a 3850, a 3900, a 3950, a 4000, a 4050, a 4100,
a 4150, a 4200, a 4250, a 4300, a 4350, a 4400,
a 4450, a 4500, a 4550, a 4600, a 4650, a 4700,
a 4750, a 4800, a 4850, a 4900, a 4950, a 5000,
a 5050, a 5100, a 5150, a 5200, a 5250, a 5300,
a 5350, a 5400, a 5450, a 5500, a 5550, a 5600,
a 5650, a 5700, a 5750, a 5800, a 5850, a 5900,
a 5950, a 6000, a 6050, a 6100, a 6150, a 6200,
a 6250, a 6300, a 6350, a 6400, a 6450, a 6500,
a 6550, a 6600, a 6650, a 6700, a 6750, a 6800,
a 6850, a 6900, a 6950, a 7000, a 7050, a 7100,
a 7150, a 7200, a 7250, a 7300, a 7350, a 7400,
a 7450, a 7500, a 7550, a 7600, a 7650, a 7700,
a 7750, a 7800, a 7850, a 7900, a 7950, a 8000,
a 8050, a 8100, a 8150, a 8200, a 8250, a 8300,
a 8350, a 8400, a 8450, a 8500, a 8550, a 8600,
a 8650, a 8700, a 8750, a 8800, a 8850, a 8900,
a 8950, a 9000, a 9050, a 9100, a 9150, a 9200,
a 9250, a 9300, a 9350, a 9400, a 9450, a 9500,
a 9550, a 9600, a 9650, a 9700, a 9750, a 9800,
a 9850, a 9900, a 9950, a 10000, a 10050, a 10100,
a 10150, a 10200, a 10250, a 10300, a 10350, a 10400,
a 10450, a 10500, a 10550, a 10600, a 10650, a 10700,
a 10750, a 10800, a 10850, a 10900, a 10950, a 11000,
a 11050, a 11100, a 11150, a 11200, a 11250, a 11300,
a 11350, a 11400, a 11450, a 11500, a 11550, a 11600,
a 11650, a 11700, a 11750, a 11800, a 11850, a 11900,
a 11950, a 12000, a 12050, a 12100, a 12150, a 12200,
a 12250, a 12300, a 12350, a 12400, a 12450, a 12500,
a 12550, a 12600, a 12650, a 12700, a 12750, a 12800,
a 12850, a 12900, a 12950, a 13000, a 13050, a 13100,
a 13150, a 13200, a 13250, a 13300, a 13350, a 13400,
a 13450, a 13500, a 13550, a 13600, a 13650, a 13700,
a 13750, a 13800, a 13850, a 13900, a 13950, a 14000,
a 14050, a 14100, a 14150, a 14200, a 14250, a 14300,
a 14350, a 14400, a 14450, a 14500, a 14550, a 14600,
a 14650, a 14700, a 14750, a 14800, a 14850, a 14900,
a 14950, a 15000, a 15050, a 15100, a 15150, a 15200,
a 15250, a 15300, a 15350, a 15400, a 15450, a 15500,
a 15550, a 15600, a 15650, a 15700, a 15750, a 15800,
a 15850, a 15900, a 15950, a 16000, a 16050, a 16100,
a 16150, a 16200, a 16250, a 16300, a 16350, a 16400,
a 16450, a 16500, a 16550, a 16600, a 16650, a 16700,
a 16750, a 16800, a 16850, a 16900, a 16950, a 17000,
a 17050, a 17100, a 17150, a 17200, a 17250, a 17300,
a 17350, a 17400, a 17450, a 17500, a 17550, a 17600,
a 17650, a 17700, a 17750, a 17800, a 17850, a 17900,
a 17950, a 18000, a 18050, a 18100, a 18150, a 18200,
a 18250, a 18300, a 18350, a 18400, a 18450, a 18500,
a 18550, a 18600, a 18650, a 18700, a 18750, a 18800,
a 18850, a 18900, a 18950, a 19000, a 19050, a 19100,
a 19150, a 19200, a 19250, a 19300, a 19350, a 19400,
a 19450, a 19500, a 19550, a 19600, a 19650, a 19700,
a 19750, a 19800, a 19850, a 19900, a 19950, a 20000,
a 20050, a 20100, a 20150, a 20200, a 20250, a 20300,
a 20350, a 20400, a 20450, a 20500, a 20550, a 20600,
a 20650, a 20700, a 20750, a 20800, a 20850, a 20900,
a 20950, a 21000, a 21050, a 21100, a 21150, a 21200,
a 21250, a 21300, a 21350, a 21400, a 21450, a 21500,
a 21550, a 21600, a 21650, a 21700, a 21750, a 21800,
a 21850, a 21900, a 21950, a 22000, a 22050, a 22100,
a 22150, a 22200, a 22250, a 22300, a 22350, a 22400,
a 22450, a 22500, a 22550, a 22600, a 22650, a 22700,
a 22750, a 22800, a 22850, a 22900, a 22950, a 23000,
a 23050, a 23100, a 23150, a 23200, a 23250, a 23300,
a 23350, a 23400, a 23450, a 23500, a 23550, a 23600,
a 23650, a 23700, a 23750, a 23800, a 23850, a 23900,
a 23950, a 24000, a 24050, a 24100, a 24150, a 24200,
a 24250, a 24300, a 24350, a 24400, a 24450, a 24500,
a 24550, a 24600, a 24650, a 24700, a 24750, a 24800,
a 24850, a 24900, a 24950, a 25000, a 25050, a 25100,
a 25150, a 25200, a 25250, a 25300, a 25350, a

Aumenta a tensão entre Israel e os Estados Unidos. O primeiro-ministro israelense Levi Eshkol afirma que os israelenses não têm nada a temer das tentativas americanas de estabelecer o "estado de Israel". Os Estados Unidos, por sua vez, afirmam que não têm nada a temer das tentativas israelenses de estabelecer o "estado de Israel".

[illegible][illegible]

**A Revolução
no seu 4.º
aniversário**

MILHARES DE MANIFESTANTES DURAM VLADIMIR SALMEIRA, SEM SE SOBRE UMA CASSINETA NA CINCULÁRIA

Impedida pelas circunstâncias, durante o qual se Lugo de S. Francisco esteve em São Paulo quando de lá estava saindo a primeira bandeira a quatro-queros, a esquadra de São Bartolomeu de tilva, hierofante, substituiu-se com uma companhia pelo D.º 17, antes de se iniciar a colônia de a.º 1700.

[illegible]KNOX KLEIN — *Elle de Parisien*, 3.^e série, 17 de junho de 1993 — N.º 11 000

FUNDAÇÃO DE IRENEU MARINHO
 Presidente: IRENEU MARINHO
 Vice-Presidente: JERONIMO MARINHO
 Secretário: IRENEU MARINHO

© MONTAGANA SOCIETY



A CAMARATE DO TÊNIS FICOU EM PÉDIOS, ANTES A SUEGRÃO DE SUA CARIÓTIPO

Polícia, porém, em Brasília, o Ministério Brasileiro de Defesa declarou que dentro de 48 horas estaria constituída, por ordem do Presidente da República, um Grupo de Trabalho para estudar a problemática da violência associada.



INSTITUTE OF FINANCIAL ACCOUNTING (IFA) OF INDIA



ALDO FALLAI, LA RASSEGNA COME CARTA

Faltando apenas 15 milhas aos "jornalistas" canadenses no Pórtico Guadalupe, o Comendante Nogueira de Lima registrou pela Edo da aviação brasileira a sua transposição com perfeição da ordem. Acrescentando que o avião usou como modelo de "pousada" a "pousada atômica" e por isso se "sentiu feliz", terminou por afirmar: "A cidade está de parabéns". O Comendante Nogueira de Lima foi, ainda hoje, um digníssimo chefe da Polícia Federal brasileira. (A. P. M., 10)

Em nota que expõe ações, o General Cavalheiro Leite, Comandante do 5º Exército, afirma que o exército armado, à noite, ocupa o QG na Ilhéuçu, e uma série de atividades militares e de

lleva en el apéndice anexo para ser
un instrumento de trabajo, con los
"Grupos de Nivel, los acronímicos,
los elementos de lista al final", que
se debe llamar "Grupos a diseñar".
El fin de este libro es, a saber:

relaciona que também se despretende de de seu direito, Euzé como um exemplo a um aluno não para a E. Euzé, "Logo depois disso se viu que de Euzé também de 1977. OIA, PÁGINA 10

[illegible]

QUANTO È GIÀ avanzato, ed è molto presto, la stagione degli amori di questi depauperati animali. Ma, se può dirsi che un tal numero di individui si accoppia, non bisogna credere che essi abbiano trovato il modo di sopravvivere. Non dimentichiamo che anche quando si accoppia, si accoppia ancora prima e dopo di ciò. Ma dimentichiamo — come si dimenticano le cose — che si accoppiano anche i ciechi — e che di tutti.

Este mês a Associação Inter-
nacional de Mulheres, em Pa-
ris, vai comemorar o aniversário de
50 anos de sua criação, após 40
anos, depois da fundação, em
1919, internacionalmente conhecida
de "League of Women", pelo nome
de "Liga das Mulheres". Foi a primeira
de todas, depois das transformações
nas estruturas em sua origem em
Paris.





EDICÃO DA VITÓRIA

ANIS 2012 - Rio de Janeiro, 22-24 maio, III de Junho de 2012 - N.º 23.00

O GLOBO

Source: *Handbook of Statistics*, 1990, Vol. 10, pp. 1-10. Reprinted by permission of North-Holland.

O primeiro: o salto de Pelé

Facultativo
hoje e amanhã



Os funcionários terão acesso aos computadores via satélite. Então, depois de concluída em Teófilo Otonari, a obra de 100 milhões de reais, o sistema Global, desenvolvido pelo engenheiro Celso, Primeiro Lorde de Alagoas, que exigiu uma portaria considerável de pessoal brasileiro das repartições públicas, inclusive a esquadra, segundo o Sr. Celso, "as coisas se resolvem, e finalmente ficou que "os funcionários tiveram um acesso muito melhor a todos os serviços e informações de todos". O sistema de Estado vai funcionar por meio de uma rede nacional, a partir de

**MÉDICI
ACERTOU
O PLACAR**

O Presidente Mitter, que assumira a presidência no dia 10 de julho de 1980, logo se lançou ao trabalho, com o objetivo de trazer o Brasil à situação normal, após a suspensão da participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU, em 1976, por causa da invasão da ilha de Cabot, no Rio Grande do Norte, por forças militares brasileiras. Mitter, logo após a sua chegada ao Brasil, em 1980, logo se lançou ao trabalho, com o objetivo de trazer o Brasil à situação normal, após a suspensão da participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU, em 1976, por causa da invasão da ilha de Cabot, no Rio Grande do Norte, por forças militares brasileiras.

O "goal" do alívio



**TIRARAM
AS MEIAS
DE TOSTÃO**

Quando o juiz Scott Glendon lhe deu o apito final, a alegria dos irmãos inventa e grandee e os jogadores foram cercados por uma nuvem de confetes de laranjeira. Era a comemoração do seu primeiro triunfo conquistado pelo Brasil. Tudo, um dos mais sucedidos, foi anunciado a um vencedor "atropelado", perdendo a chance, as chances e os pontos. Outros atletas levam que mudar pra

O Globo – 22 de junho de 1970

FOLHA DE S. PAULO

Ano XLIX - 186.º Jornal a serviço do Brasil - São Paulo, segunda-feira, 22 de junho de 1970 - Nº 14.861

Fora de campo, da 148

Ilustrações: Odebrecht Tavares de Oliveira

Abil. e d. A. Tavares de Oliveira, 121

Eles voltam amanhã com a Taça

Os jogadores da Seleção Brasileira de Futebol voltam amanhã para o Brasil com a Taça de Ouro. O time que venceu a Copa do Mundo de 1958 e a Taça de Ouro de 1962, após uma viagem de mais de dois meses, chega ao Brasil com a Taça de Ouro e a Taça de Prata. O time que venceu a Copa do Mundo de 1958 e a Taça de Ouro de 1962, após uma viagem de mais de dois meses, chega ao Brasil com a Taça de Ouro e a Taça de Prata.

Medici participa do entusiasmo do povo

A presença de Medici no Brasil, a convite do presidente da República, é considerada uma honra para o Brasil. O primeiro-ministro da Itália, Medici, chegou ao Brasil em 1969, para participar da Copa do Mundo de Futebol. Durante sua estadia no Brasil, Medici participou de várias atividades esportivas e culturais, e foi recebido com grande entusiasmo pelo povo brasileiro. Medici também participou da abertura da Copa do Mundo de 1962, e foi recebido com grande entusiasmo pelo povo brasileiro.

Taça Pelé será oferecida em 1972 pelo presidente

A Taça Pelé será oferecida em 1972 pelo presidente da República. A Taça Pelé é uma homenagem ao jogador Pelé, que venceu a Copa do Mundo de 1958 e a Taça de Ouro de 1962. A Taça Pelé será oferecida ao vencedor da Copa do Mundo de 1970, que será disputada no México. A Taça Pelé será oferecida ao vencedor da Copa do Mundo de 1970, que será disputada no México.

Hoje e amanhã feriados nas repartições federais



Dois atletas, depois de vencer o jogo de abertura, A. Copa em jogo, para sempre. (Redação LFP)



Um momento da partida e há a mais grande do Brasil.



Em campo a favor de Pelé. A. Copa em jogo, para sempre. (Redação LFP)



Aqui está a sensação do jogo. O jogador que se tornou o herói do Brasil. (Redação LFP)



Pelé a jogar, o jogador do Brasil. (Redação LFP)



Geisel eleito, por 400 votos a 76



A esquerda: o presidente da Câmara, Roberto Freire de Oliveira, ao lado do governador eleito, Paulo Torres, e do governador eleito, Paulo Torres, e do governador eleito, Paulo Torres.

“Um largo e seguro e decisivo avanço”, ele promete ao País

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— Uma das maiores dificuldades de um governo é a falta de “fôlego” e a presença de um homem capaz de manter o Brasil em segurança.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— Uma das maiores dificuldades de um governo é a falta de “fôlego” e a presença de um homem capaz de manter o Brasil em segurança.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.



A esquerda: o presidente da Câmara, Roberto Freire de Oliveira, ao lado do governador eleito, Paulo Torres, e do governador eleito, Paulo Torres, e do governador eleito, Paulo Torres.

“Espero a ajuda dos paulistas”

— Espero a ajuda dos paulistas, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

Vestibulares: saem hoje listas parciais

— Os vestibulares de São Paulo saem hoje, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

Carlinhos está morto; o pai confessa



A esquerda: o presidente da Câmara, Roberto Freire de Oliveira, ao lado do governador eleito, Paulo Torres, e do governador eleito, Paulo Torres, e do governador eleito, Paulo Torres.

— Encontrei o pai de Carlinhos, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

— A vitória desta eleição, não apenas para o Brasil, mas para o Brasil.

— Depois desta vitória, o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

Três paulistas Mequinho vs. Korchnoi, pelo Nacional à noite

— Três paulistas Mequinho vs. Korchnoi, pelo Nacional à noite, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

Novos preços do leite já estão em vigor

— Novos preços do leite já estão em vigor, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

Cairá 50% o confisco sobre a carne

— Cairá 50% o confisco sobre a carne, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo, e o Brasil é um país mais seguro e decisivo.

